

às mulheres

uma reflexão sobre o espaço público na perspectiva feminina em Campo Grande–MS

Larissa Rodrigues Lucas

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA - FAENG

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LARISSA RODRIGUES LUCAS

ÀS MULHERES:
uma reflexão sobre o espaço público na perspectiva feminina em Campo Grande–MS



Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar Botega do Carmo

CAMPO GRANDE - MS
2024

às mulheres

uma reflexão sobre o espaço público na perspectiva feminina em Campo Grande–MS

Larissa Rodrigues Lucas
orientada por
Prof. Dr. Julio Cesar Botega do Carmo

Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ATA DA SESSÃO DE DEFESA E AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)
DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA
FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA - 2024-2

Ao quinto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se presencialmente a Banca Examinadora, sob Presidência do Professor Orientador **Julio Cesar Botega do Carmo**, para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em acordo aos dados descritos na tabela abaixo:

DATA, horário e local da apresentação	**Nome do(a) Aluno(a), RGA e Título do Trabalho**	**Professor(a) Orientador(a)**	**Professor(a) Avaliador(a) da UFMS**	**Professor(a) Convidado(a) e IES**
05 de dezembro de 2024 **Horário - de 8h00 às 9h20 min** Auditório Jurandir Nogueira - FAENG/UFMS	Larissa Rodrigues Lucas (RGA 2019.2101.062-2) **Tema:** Às Mulheres: uma reflexão sobre o espaço público na perspectiva feminina em Campo Grande–MS	Júlio Cesar Botega do Carmo	Juliana Couto Trujillo	Raína Menezes (PLANURB)

Após a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso pela acadêmica, os membros da banca examinadora teceram suas ponderações a respeito da estrutura, do desenvolvimento e produto acadêmico apresentado, indicando os elementos de relevância e os elementos que couberam revisões de adequação (relacionadas em anexo).

Ao final a banca emitiu o **CONCEITO A** para o trabalho, sendo **APROVADO**.

Ata assinada pela Professora Orientadora e homologada pela Coordenação de Curso e pela Presidente da Comissão de TCC.

Campo Grande, 07 de dezembro de 2024.

Prof. Dr. Julio Cesar Botega do Carmo
Prof. Orientador do TCC

Prof.a Dra. Helena Rodi Neumann
Coordenadora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAENG/UFMS)

Prof. Dra. Juliana Couto Trujillo
Presidente da Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

NOTA MÁXIMA NO MEC UFMS É 10!!!

Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Botega do Carmo**, **Professor do Magisterio Superior**, em 07/12/2024, às 13:22, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

NOTA MÁXIMA NO MEC UFMS É 10!!!

Documento assinado eletronicamente por **Juliana Couto Trujillo**, **Professora do Magistério Superior**, em 07/12/2024, às 16:16, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

NOTA MÁXIMA NO MEC UFMS É 10!!!

Documento assinado eletronicamente por **Helena Rodi Neumann**, **Professora do Magistério Superior**, em 09/12/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5305700** e o código CRC **A7E02425**.

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA
Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária
Fone:
CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

aos meus pais, por sempre me incentivarem a caminhar pela cidade

&

à minha avó, Jeane D'arc (*in memoriam)*, pelos anos em que caminhei junto a ela

agradecimentos

Aos meus pais, Telma e Henrique, por sempre estarem presentes, por fazerem o possível e o impossível por mim, por serem meus maiores exemplos de força e fé. Eu não seria nada sem o amor e o suporte de vocês, obrigada por me apoiarem de todas as formas.

Ao meu irmão Lucas, obrigada por entender minhas reclamações e acreditar que posso ser melhor.

À minha família, de sangue e de coração, que mesmo de longe torce por mim, o carinho de vocês ultrapassa qualquer fronteira.

Ao João, meu companheiro pra tudo, obrigada pela paciência e amor, você é meu ponto de paz em meio ao caos.

Aos meus amigos fernandopolenses, em especial, Beatriz, Camila, Giulia, Gustavo, Julia e Ulisses, obrigada por permanecerem, independente do tempo e da distância.

Aos amigos que o curso me deu, em especial Amanda, Gabrielli, Karla, Madu, Maria Clara, Mariana, Thalya e Thayrones, a melhor parte da faculdade foi ter conhecido vocês, obrigada por me acolherem, por me mostrarem outras perspectivas e por estarem comigo ao longo desses anos.

Ao meu grupo de TCC, Geovana e Thayrones, ter o apoio de vocês e compartilhar os altos e baixos dessa etapa fez toda a diferença.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Julio Botega, por acreditar e encorajar a realização deste trabalho, meu interesse pelo urbanismo começou em suas aulas.

À todos que de alguma forma fizeram parte da minha trajetória, obrigada.

Imagine várias esquinas cheias de mulheres sentadas, conversando, passeando, alimentando as crianças, trocando receitas e livros, planejando a festa do bairro ou apenas entregando-se ao tempo. Imagine esquinas cheias de mulheres jovens observando o mundo passar enquanto saboreiam um chá, discutem política, novelas e o orçamento financeiro mais recente. Imagine esquinas cheias de mulheres mais velhas contemplando o estado do mundo e relembrando suas vidas. Imagine esquinas cheias de mulheres (...) Se podemos imaginar tudo isso, podemos imaginar uma cidade radicalmente diversificada.

(PHADKE, 2011, p. 180, tradução nossa)

resumo

O trabalho busca refletir sobre a relação das mulheres com os espaços públicos, com ênfase na cidade de Campo Grande, MS, e particularmente na região do entorno da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O estudo discute as desigualdades de gênero presentes no espaço e planejamento urbano, historicamente dominado por uma perspectiva masculina. A pesquisa também avalia como a exclusão das mulheres nas tomadas de decisão resultam em ambientes de vulnerabilidade, insegurança e desconforto, afetando a mobilidade feminina. Utilizando teorias feministas e urbanísticas, o trabalho visa propor diretrizes de intervenção urbana que tornem o espaço público mais inclusivo, seguro e acessível para todos, especialmente para as mulheres, baseando-se em pesquisas bibliográficas e entrevistas com o público feminino que frequenta a área. Com as propostas, espera-se obter desenhos urbanos mais seguros, inclusivos e diversos.

Palavras-chave: gênero, espaço público, mulheres, universidade, segurança, conexão, intervenção urbana

abstract

The paper aims to reflect on the relationship of women with public spaces, emphasizing the city of Campo Grande, MS, and particularly the region surrounding the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS). The study discusses the gender inequalities present in urban space and planning, which have historically been dominated by a masculine perspective. The research also assesses how the exclusion of women from decision-making processes results in environments of vulnerability, insecurity, and discomfort, affecting women's mobility. Utilizing feminist and urban theories, the work seeks to propose guidelines for urban intervention that make public space more inclusive, safe, and accessible for everyone, especially women, based on bibliographic research and interviews with the female audience frequenting the area. With these proposals, it is hoped to achieve safer, more inclusive, and diverse urban designs.

Keywords: gender, public space, women, university, security, connection, urban intervention

sumário

✦ introdução

1 gênero, espaço público e o ser mulher

1.1 gênero e interseccionalidade
1.2 espaço público
1.3 o papel da mulher ao longo da história
1.4 a mulher e o espaço

2 contextualização urbana

2.1 Campo Grande e o feminino
2.2 a cidade universitária UFMS

3 referências: conceitos e projetos

3.1 Praça d'en Baró - Equal Saree
3.2 Requalificação Urbana da Lagoa do Tabapuá
3.2 Guarded Bus Stop - Eletromidia

4 diagnóstico do local
4.1 localização
4.2 a universidade
4.3 questionário em campo
4.4 o trecho escolhido

5 projeto
5.1 diretrizes conceituais
5.2 diretrizes projetuais
5.3 projeto
5.4 mobiliário
5.5 novos trajetos

6 considerações finais

7 referências bibliográficas

introdução



introdução

O espaço público é um elemento essencial para a vivência urbana, servindo como palco para interações sociais, atividades econômicas e expressões culturais. No entanto, a maneira como esses locais são experienciados diverge significativamente entre os diferentes grupos sociais. Em especial, **a relação das mulheres com o espaço público revela questões importantes sobre as dinâmicas de poder, segurança e inclusão no quotidiano urbano.**

Historicamente, o planejamento urbano tem sido dominado por uma visão masculina, que frequentemente ignora as necessidades e as experiências dos corpos femininos, reforçando a criação de barreiras e ambientes excludentes, que limitam as diversas vivências femininas. Isso acontece não apenas no que se refere as estruturas urbanas, mas também em outras esferas, como exposto pela filósofa Simone de Beauvoir:

> É uma estranha experiência, para um indivíduo que se sente como sujeito, autonomia, transcendência, como um absoluto, descobrir em si, a título de essência dada, a inferioridade: é uma estranha experiência para quem, para si, se arvora em Um, ser revelado a si como alteridade. É o que acontece à menina quando, fazendo o aprendizado do mundo, nele se percebe mulher. A esfera a que pertence é por todos os lados cercada, limitada, dominada pelo universo masculino: por mais alto que se eleve, por mais longe que se aventure, haverá sempre um teto acima de sua cabeça, muros que lhe barrarão o caminho. (BEAUVOIR, 1967, p.39)

Assim, este trabalho ressalta a importância da perspectiva e participação feminina nas diversas escalas dos espaços. Reconhecendo essa necessidade, o estudo visa uma melhor compreensão sobre os conceitos que permeiam essa temática. Também admite-se a importância da análise histórica, com o propósito de entender como a dicotomia hierárquica entre os gêneros se estabeleceu, além de propor reflexões sobre a relação das mulheres com os espaços atribuídos a elas.

As questões abordadas ao longo da pesquisa serão analisadas conforme as particularidades da área de estudo escolhida, a região do entorno da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, situada em Campo Grande–MS, considerando seu contexto e processo histórico.

Dessa forma, este trabalho visa desenvolver diretrizes para um projeto de intervenção urbana, implementando estratégias e ações no espaço urbano que auxiliam na resolução das problemáticas do local. Assim, o projeto visa proporcionar segurança através de conexões, além de conforto e representatividade, considerando a diversidade de usuários da região, seus percursos e necessidades, resultando em espaços mais inclusivos e seguros para todos.

Em uma recente entrevista ao programa britânico “The Graham Norton Show”, um grupo de atores conversavam sobre algumas técnicas que aprenderam para seus papéis, quando um dos atores comenta que vários objetos podem ser usados para se defender, como por exemplo um celular. Outro ator, em um tom de ironia, responde: “Quem pensaria nisso? Se alguém me atacar não vou pensar ‘espera, me deixe pegar meu celular’” e todos acabam rindo, exceto a atriz que também participava da conversa. Depois de algumas risadas, ela se posicionou dizendo que **“as mulheres precisam pensar nisso o tempo todo”**, gerando um breve momento de reflexão entre eles.

Esse tipo de situação reforça como a percepção de segurança entre os corpos é diferente e precisa ser considerada. Dessa forma, a relevância do tema escolhido advém da importância de se discutir o modo em que as mulheres são apresentadas aos espaços, que foram majoritariamente criados por homens ao longo da história. As divergências de experiências entre os corpos perpetuam em desigualdades que dificultam na autonomia feminina, implicando em ambientes hostis não apenas para as mulheres, mas afetando outros grupos sociais interseccionados a elas.

Os problemas urbanos, e consequentemente sociais, decorrentes dessas divergências se manifestam de diversas maneiras, como o agravamento de assédio e violência nas ruas, além da sensação de vulnerabilidade e insegurança pela falta de infraestrutura necessária, resultando em locais excludentes que limitam e comprometem a qualidade de vida das mulheres. Ao analisar o processo de desenvolvimento de espaços públicos, nota-se como a inclusão da perspectiva feminina é importante, visto a possibilidade de atender demandas diversificadas, capazes de abranger uma pluralidade ainda maior de pessoas, beneficiando não apenas o público feminino, mas toda a comunidade.





Figura 1 e 2: entrevista no programa “The Graham Norton Show”
Fonte: Reprodução Youtube (adaptado pela autora)

O objetivo geral deste trabalho é apresentar uma **reflexão sobre a relação das mulheres com o espaço público**, de modo a propor diretrizes para um desenho urbano mais inclusivo e seguro.

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- compreender conceitos relacionados ao tema, como as definições de gênero, interseccionalidade e espaço público;
- entender a narrativa das mulheres em relação à sua história e ao espaço que lhes foi delimitado;
- analisar o processo histórico da área de intervenção, tanto na escala da cidade, como também na escala da Universidade e seu entorno;
- identificar estratégias e soluções viáveis para as problemáticas apontadas;
- propor diretrizes mais específicas conforme as demandas do local de intervenção e seu público, tendo em vista a perspectiva feminina;

Para o desenvolvimento deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas, buscando em livros, artigos, dissertações, monografias, revistas e notícias por referenciais teóricos que discorram sobre o tema e as especificidades da área de intervenção. A fundamentação teórica sobre gênero, mulheres e espaço público é de suma importância para compreender as problemáticas que permeiam esse assunto. Para garantir soluções plausíveis, foram analisadas referências projetuais que se encaixam no contexto apresentado, utilizando-se da perspectiva feminina para propor espaços voltados à segurança e ao cuidado.

Visando um diagnóstico da área escolhida para a intervenção, foram realizadas breves entrevistas ao longo de toda extensão da Cidade Universitária da UFMS, com o intuito de inteirar-se sobre a percepção do público feminino, que frequenta a região de forma mais ativa. Dessa forma, através das respostas obtidas e dos diagnósticos teóricos, as diretrizes desenvolvidas buscam por uma melhoria nas conexões do local, visando por espaços de qualidade, acessíveis e seguros de forma igualitária.

gênero, espaço público e o ser mulher

1



1 gênero, espaço público e o ser mulher

A necessidade da discussão de gênero e espaço público deriva das divergentes experiências que o masculino e o feminino possuíram ao longo de suas trajetórias. Relacionando essa questão com o desenvolvimento das cidades, nota-se uma tendência de desigualdade em seus desenhos urbanos, uma vez pensados a partir da perspectiva masculina da sociedade, que ainda reproduz padrões hierárquicos patriarcais.

A arquiteta e urbanista Zaida Muxí acredita que a partir do momento que apenas uma experiência é levada em conta na hora de projetar espaços, tudo o que não se enquadra nessa concepção estabelecida torna-se desconhecido, negado e esquecido (MUXÍ, 2018). Com a dominação dos homens nas tomadas de decisão, as escolhas feitas foram visadas para atender as necessidades masculinas, isolando outras parcelas da sociedade.

A fim de desenvolver desenhos urbanos de espaços públicos mais inclusivos e igualitários mostra-se necessário pensar um planejamento urbano através da perspectiva de gênero, visto que historicamente as mulheres foram excluídas da organização do espaço, resultando em ambientes de vulnerabilidade e insegurança (DETOMI, 2019). Montaner e Muxí afirmam que:

> A segurança e a percepção da cidade são muito diferentes para as mulheres e para os homens, de maneira que é importante conhecer suas experiências ao planejar espaços públicos. Usos, limites, transparência, visibilidade e iluminação são variáveis que devem ser levadas em conta de acordo com a experiência das mulheres. (MONTANER, MUXÍ, 2011, p. 208, tradução nossa)

Uma vez assimilada a desigualdade presente no espaço público, é possível notar como seu desenho urbano pode afetar seus acessos, seus usos e as atividades de seus habitantes de formas distintas. Com isso, Vieira (2013) assegura que “o espaço urbano é demarcado pelo gênero, aqui compreendido, (...) como construção social, mas também como um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (VIEIRA, 2013, p.33). A arquiteta e urbanista Isabel Velázquez também declara que:

> Portanto, podemos afirmar que a participação das mulheres em cargos de responsabilidade no desenho da cidade é mínima, ou melhor, inexistente, como em muitos outros âmbitos da vida política ou empresarial. A reflexão sobre esse tema não é apenas para confirmar essa desigualdade mas analisar o que ela implica em relação ao desenho da cidade e entender quais são as sutis combinações que nos permitem decifrar que a cidade é um reflexo de valores bastante masculinos. (VELÁZQUEZ, 2000, p.68, tradução nossa)

É importante ressaltar que pensar e projetar espaços que visem a perspectiva feminina não prejudicará a experiência masculina. Muxí, *et al.* (2011), faz essa indagação e entende que:

> O que significa repensar um bairro com uma perspectiva de gênero? Significa trabalhá-lo apenas para as mulheres, ou seja, em oposição aos homens? Não, trata-se de pensar em um bairro e em uma cidade com todos os seus detalhes e em todas as suas escalas, desde a complexidade e a diversidade, sem dar prioridades exclusivas. (...) Trata-se de construir ou reconstruir bairros que não perpetuem diferenças e desigualdades de gênero, classe, raça ou idade. É sobre (...) estudar, analisar e registrar a realidade para alcançar áreas urbanas mais adequadas. (MUXÍ et al., 2011, p.107, tradução nossa)

Desse modo, propostas que suprimem essas diferenças e desigualdades resultam em espaços mais inclusivos e igualitários para todos, incluindo minorias que muitas vezes também são excluídas do processo de desenvolvimento urbano. Isso acontece porque a mobilidade da mulher muitas vezes não é uma experiência individual, uma vez que pode abranger outros grupos sociais, como crianças, idosos, enfermos e companheiros. Assim, “um planejamento urbano pensado a partir das experiências da mulher, tenderá a reduzir os espaços de vulnerabilidade, inclusive de outros grupos da sociedade” (VALENTIM, 2022, p. 18).

Com o propósito de desenvolver uma análise entre gênero e espaço público, nota-se a necessidade de contextualizar e compreender alguns conteúdos que envolvem essa discussão. É importante ressaltar que os conceitos que serão abordados possuem inúmeras teorias e linhas de pensamento formuladas ao longo dos anos, e aqui apresentaremos algumas das diversas perspectivas existentes.

1.1 gênero e interseccionalidade

No decorrer dos anos, o conceito de gênero foi progressivamente discutido e contestado. Apesar de muito referido desde as primeiras fases do movimento feminista pós-guerra, foi a partir dos anos 1990, por conta de novas perspectivas mundiais, que a categoria gênero ganhou mais espaço para discussões (MORAES, 1998).

A socióloga Linda Nicholson defende que a palavra “gênero” é geralmente empregado de duas formas, sendo estas como oposição ao “sexo”, ou seja, algo construído socialmente *versus* algo dado biologicamente, sendo assim entendidos como termos distintos. A outra forma, segundo Nicholson (2000), é utilizar o termo gênero como parâmetro para toda construção social que relaciona a diferença entre o ser masculino e o ser feminino. A autora ainda concluiu que o último uso surgiu visto que “perceberam que a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo aparece” (NICHOLSON, 2000, p.9).

Sobre isso, Muxí (2018) similarmente acredita que o termo gênero, no contexto ocidental, também é uma construção social e cultural que foi moldado historicamente, com o objetivo de atribuir capacidades e espaços específicos, além de prioridades para cada sexo. Assim dizendo, o gênero acaba tendo o poder de transformar os seres biologicamente ditos “macho” e “fêmea”, a partir de seus respectivos sexos, em seres sociais, homens e mulheres (AMUSSEN, 1985).

A historiadora Joan Scott acredita em uma definição baseada em duas argumentações que se relacionam entre si, definindo o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (...) uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Como mencionado por Scott (1995), o gênero tem relações diretas com as formas de poder, como também acredita a socióloga Maria Lygia Quartim de Moraes, citando que:

> A expressão ‘relações de gênero’, tal como vem sido utilizada no campo das ciências sociais, designa, primordialmente, a perspectiva culturalista em que as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens. Em outras palavras, o que chamamos de homem e mulher não é o produto da sexualidade biológica, mas sim de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder. (MORAES, 1998, p.100)

Em muitos casos, constata-se que o termo gênero também é utilizado para representar as mulheres com o objetivo de demonstrar seriedade, como é dito por Scott, que afirma que:

> Na sua utilização recente mais simples, ‘gênero’ é sinônimo de ‘mulheres’. Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo ‘mulheres’ por ‘gênero’. Em alguns casos, mesmo que essa utilização se refira vagamente a certos conceitos analíticos, ela visa, de fato, obter o reconhecimento político deste campo de pesquisas. Nessas circunstâncias, o uso do termo ‘gênero’ visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois ‘gênero’ tem uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’. (SCOTT, 1995, p. 75)

Quando relacionada ao espaço, a geógrafa Joseli Maria Silva acredita que:

> O ser mulher se define num contexto de relações sociais e a identidade feminina é, portanto, permanentemente reelaborada, está em constante movimento. Enquanto produto complexo de relações sociais, a definição identitária feminina se dá intimamente ligada à construção da masculinidade, arranjando uma ligação complementar e ao mesmo tempo oposicional (SILVA, J., 2003, p. 34).

Observa-se uma constância em tratar o debate envolvendo as definições de gênero apenas de forma binária, refletindo um modo polarizado de se pensar a questão. Entretanto, é fundamental considerar que a diversidade e a complexidade presentes no desenvolvimento da pluralidade dos gêneros nos corpos, como cis, trans, não-binário, desempenham papéis importantes nas argumentações e discussões sobre o tema (ABREU, 2021). Portanto, é importante ressaltar que a mulher e o “ser feminino” que serão mencionados ao longo do trabalho são necessariamente aqueles que se identificam como tal.

Posto isto, e tomando como base o que foi dito sobre a complexidade humana quando abordada a temática gênero, é importante reconhecer a existência de outros fatores discriminatórios, como etnia, classe social, condições físicas e sexualidade, que se associam com o gênero feminino e ocasionam camadas de opressão ainda mais profundas.



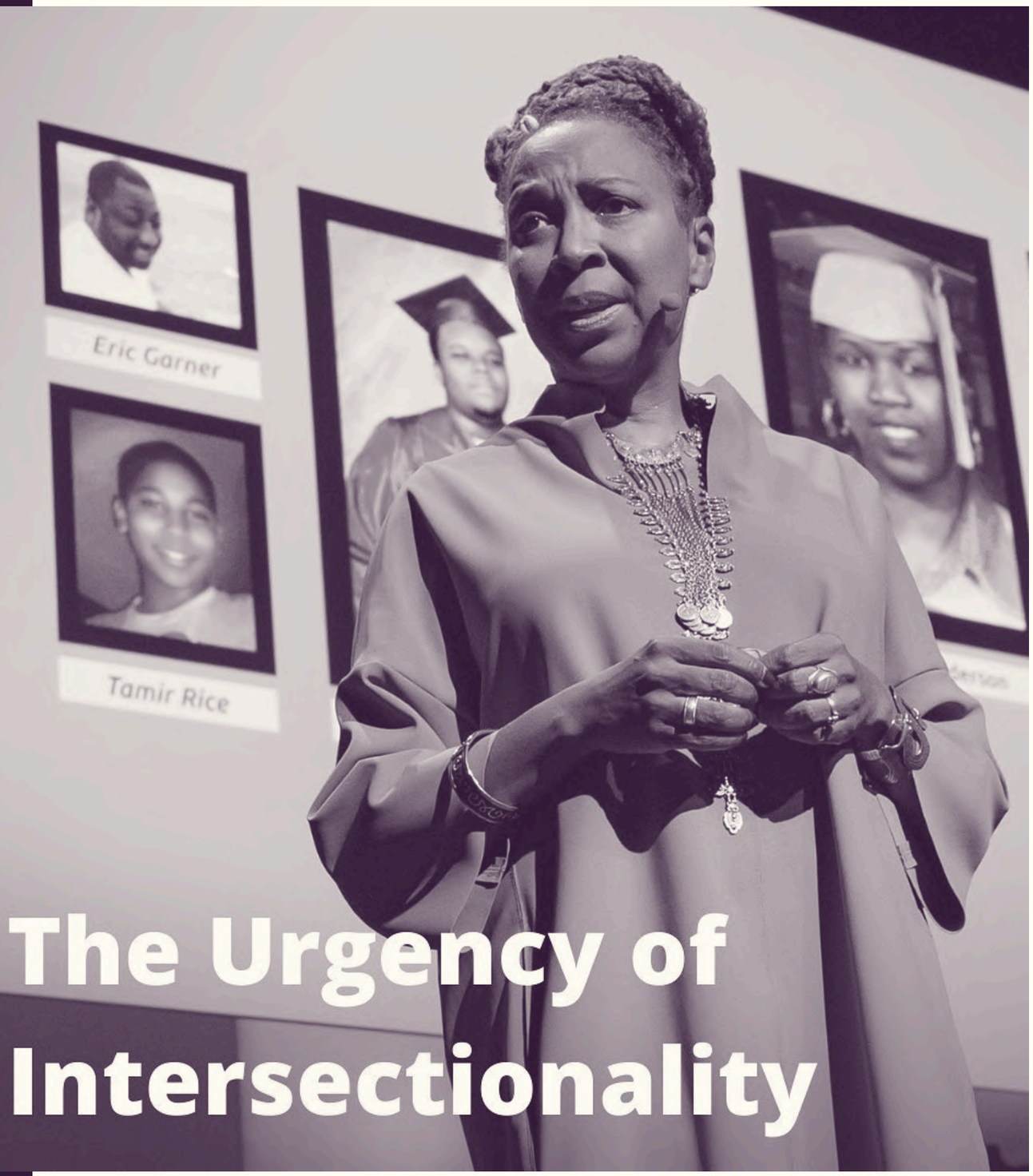


Figura 3: Kimberlé Crenshaw
Fonte: TEDxSanta Clara University (adaptado pela autora

Apesar do debate social e racial já existir no início dos estudos sobre gênero e do próprio movimento feminista, a ideia de interseccionalidade não recebia a importância devida. Assim, no final da década de 1980, a advogada e ativista **Kimberlé Crenshaw** formula a teoria da interseccionalidade ao constatar que a existência de diferentes identidades sociais e biológicas podem resultar em maiores proporções de discriminação quando interligadas, fazendo com que esses grupos sofram ainda mais segregação (SILVA, B., 2016).

Anteriormente, a discussão em torno de gênero não contemplava outras dimensões femininas, fazendo com que muitas mulheres fossem invisibilizadas, generalizando a repressão ao gênero feminino a partir das experiências de mulheres brancas, heteronormativas e de classe média ou alta. Foi a partir das reivindicações de mulheres desacolhidas por não se situarem nesse padrão inicialmente imposto que suas demandas e características específicas também começaram a ser abordadas, fazendo com que outras análises identitárias dentro do feminismo começassem a ser construídas (INOMATA, 2019).

Dessa forma, levando em conta a diversidade de indivíduos envolvidos pelos valores do feminismo, o conceito de interseccionalidade pode ser entendido como uma ferramenta de análise, com o intuito de considerar que essas características se interseccionam entre si, e com isso alcançam níveis ainda mais elevados de submissão.

De acordo com Scott (1992):

> A categoria de gênero, usada primeiro para analisar as diferenças entre os sexos, foi estendida à questão das diferenças dentro da diferença. A política de identidade dos anos 80 trouxe à tona alegações múltiplas que desafiaram o significado unitário da categoria “mulheres”. Na verdade, o termo “mulheres” dificilmente poderia ser usado sem modificação: mulheres de cor, mulheres judias, mulheres lésbicas, mulheres trabalhadoras pobres, mães solteiras, foram apenas algumas das categorias introduzidas. Todas desafiavam a hegemonia heterossexual da classe média branca do termo “mulheres”, argumentando que as diferenças fundamentais da experiência tornaram impossível reivindicar uma identidade isolada. (SCOTT, 1992, p. 87)

Com isso, observa-se que “as relações de gênero não tem uma essência fixa, e quanto mais itens marginalizados combinados entre si, consequentemente, maior o nível de opressão sofrido” (INOMATA, 2019, p. 26). Para ilustrar, a autora citada desenvolve um diagrama que demonstra que quanto mais dessas características marginalizadas se conectam, maior vulnerabilidade terá o indivíduo:

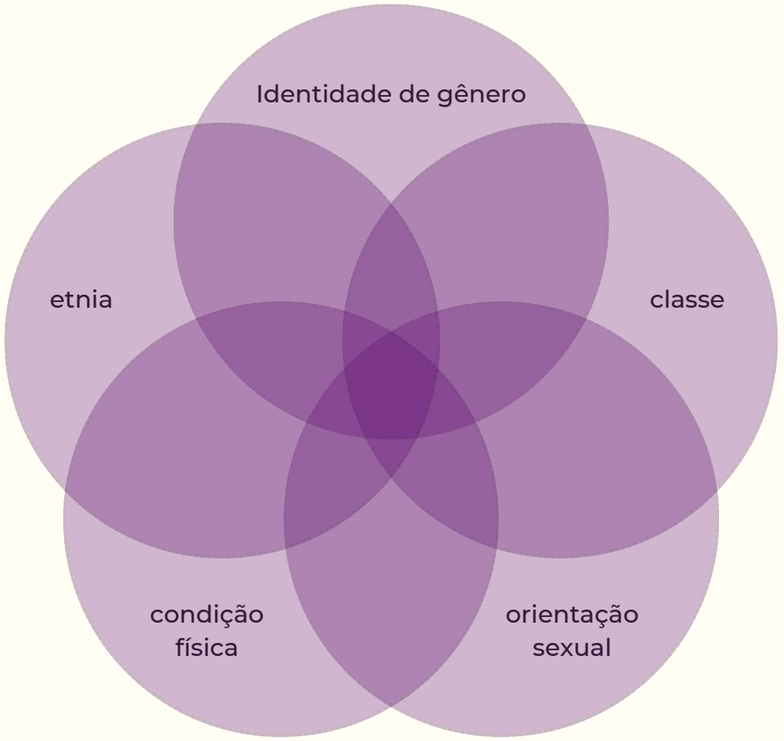


Figura 4: Diagrama exemplificando as categorias de opressão
Fonte: INOMATA, 2019 (adaptado pela autora

Logo, nota-se também a importância de uma interpretação interseccional no que diz respeito ao planejamento e desenho urbano, dado que cada indivíduo experiencia a cidade de modo diverso e, na maioria das vezes, de forma desigual. Isso pode ser visto, por exemplo, quando analisamos a maneira como a comunidade LGBTQIA+ se envolve em locais mais centralizados, buscando maior segurança, como também a recorrente forma de ocupação da população negra, que advinda de séculos de segregação e racismo estrutural, encontra dificuldade em se consolidar de forma econômica e social no espaço, sendo obrigados muitas vezes a se deslocar para as periferias, bem como os imigrantes, que tentam se estabilizar em um mesmo bairro em busca de preservar suas culturas, tal como os povos originários que lutam por sua sobrevivência na terra que de direito pertence a eles.

As características mencionadas anteriormente através do diagrama são apenas algumas das múltiplas identidades presentes nos cidadãos. É fundamental considerar também como esses corpos interseccionados interagem com o espaço e de que forma fatores como a (in)acessibilidade e a (in)segurança podem afetar o modo que esses usuários utilizam o espaço.

1.2 espaço público

No intuito de realizar uma análise de como a mulher se articula no contexto urbano, torna-se também necessário uma breve definição sobre o espaço público e sua relação com os corpos que o usufruem. Do mesmo modo, torna-se inevitável a associação e a distinção entre o público e o privado e suas relações com as formas de poder na cidade.

Na tentativa de definir o conceito de espaço público ao longo da história, várias perspectivas de análise foram abordadas na busca por significados que abrangessem a complexidade de dimensões que o espaço público origina, posto seu caráter social, de projeto e de funcionalidade. De acordo com Narciso (2009), que se baseia em Ascher (1995):

> (...) o termo de espaço público aparece pela primeira vez num documento administrativo em 1977, no quadro de um processo de intervenção pública, agrupando na mesma categoria os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana e o mobiliário urbano. O espaço público é considerado como aquele espaço que, dentro do território urbano tradicional (especialmente nas cidades capitalistas, onde a presença do privado é predominante), sendo de uso comum e posse coletiva, pertence ao poder público. (NARCISO, 2009, p. 266)

Em seu livro Morte e Vida de Grandes Cidades, a autora **Jane Jacobs** também apresenta uma breve definição sobre o espaço público quando o diferencia de outros espaços existentes nas cidades, sendo que:



> (...) espaço público, é utilizado para a circulação pública geral de pedestres. É um espaço em que as pessoas se movimentam livremente, por livre escolha, no percurso de um lugar a outro. Ele inclui as ruas, vários dos parques menores e às vezes os saguões de prédios, quando usados livremente como área de circulação. (JACOBS, 2000, p.180)

Montaner e Dias (2017) acreditam na importância do público dentro do espaço urbano, e defendem a pluralidade desse espaço, visto seus meios de entendimento e evolução. Dessa forma, os autores apontam que a definição de espaço público foi sendo desenvolvida conforme o contexto local, afirmando que:

> Em primeiro lugar, pode ser qualificado com respeito à função de edifícios públicos que os caracterizam, ainda que foram variando com o tempo e em função do sentido de cada espaço. Também pode ter sido gerado como espaço livre articulado em torno a uma preexistência ou infraestrutura, como é um rio, um porto marítimo ou uma praia. Finalmente, os novos processos de recuperação do uso para transeuntes foi incorporando a globalidade da rua como espaço público. (MONTANER; DIAS, 2017, s/p)

Indovina (2002) afirma que é a partir do espaço público que a cidade se inicia, defendendo o espaço público como sendo a própria cidade. Isso pode ser confirmado a partir de três pontos de vista apresentados pelo autor sobre o espaço público, que:

I. possibilita a **vida urbana**, tanto nas questões de infraestrutura voltada à mobilidade, como estradas, passeios, largos, mas também quando relacionada a espaços que possuem funções e usos específicos, como parques e jardins, ou seja, é uma condição para que se exista a cidade;

II. estabelece uma **identidade** ao lugar, muitas vezes como um símbolo local, como pode ser observado em cidades que possuem praças e ruas conhecidas que facilitam na identificação da área;

III. viabiliza a **socialização**, facilitando a manifestação de grupos sociais, culturais e políticos, ou seja, “espaços nos quais a palavra possa ser expressa” (INDOVINA, 2002).

Posto isso, com o propósito de auxiliar no entendimento e elaboração do trabalho, interpreta-se que o conceito de espaço público existe tanto na esfera territorial, como um lugar físico, seja de permanência ou passagem, presente nas cidades, com a possibilidade de ser identificado pelos seus habitantes e visitantes, mas também no âmbito social, como um local de expressão coletiva de domínio público, com o intuito de ser acessível e seguro aos seus usuários, a fim de viabilizar encontros, percursos e até manifestações culturais e políticas.

Logo, compreende-se que usufruir do espaço público é fundamental para a plena vivência urbana, visto o poder espacial e social que este carrega consigo. No entanto, Monnet (2007) acredita que, na prática, o espaço público não alcança essa definição idealizada:

> O espaço público não é um simples espaço livre, uma versão simples da continuidade ou extensão do espaço privado ou da habitação, nem mesmo um espaço coletivo apropriado por vizinhos. Sua vocação igualitária, seu princípio de acessibilidade, que em teoria o governa, está longe de ser uma realidade na prática. Todo mundo não é admitido em um espaço da mesma maneira. Alguns/mas podem desfrutar de mais liberdade que outros. A esfera pública não é um espaço de e para todos (MONNET, 2007, p. 220-221).

Essa desigualdade presente nos espaços públicos tem relação com sua formação predominantemente masculina, tornando invisível a participação feminina no processo de produção do espaço, uma vez que favorece dados quantitativos que visam uma neutralidade inatingível e aspectos do espaço de dominação masculina (SILVA, J., 2003). Isso acontece em virtude de que o espaço inicialmente destinado à mulher era exclusivamente privado, como será abordado mais adiante.

Em vista disso, Gonzaga (2004) ainda reflete que, mesmo atualmente, o espaço da cidade destinado à mulher seriam “extensões do espaço privado do lar”, ou seja, locais nos quais o corpo feminino é mais recorrente na cidade, como mercados, feiras, postos de saúde, sendo assim “(...) o espaço público admitido para as mulheres é o ‘espaço público expandido do lar’. (...) é espaço público, porém, no fundo, extensão das atividades do lar” (GONZAGA, 2004, p. 189). Percebe-se que mesmo os espaços citados pela autora não são efetivamente espaços públicos, baseando-se nas concepções abordadas anteriormente. Em outras palavras, a mulher quando presente no âmbito público está apenas de passagem, presa a incumbências que são prolongamentos de suas atividades dentro de casa, consolidando o sentimento de não pertencimento no espaço público. “Existem lugares praticamente proibidos às mulheres – políticos, judiciários, intelectuais, e até esportivos...–, e outros que lhes são quase exclusivamente reservados - lavanderias, grandes magazines, salões de chá...” (PERROT, 1998, p. 37).

Constata-se, consequentemente, que o homem exerce poder sobre o espaço, e esse poder reflete também sobre a mulher, tanto no contexto público quanto no privado. Com relação às formas de poder, “a própria estrutura urbana procedente da dicotomia público e privado é parte responsável por determinar quais são os sujeitos atuantes em cada espaço e suas devidas funções sociais” (GOMES, 2023, p.37).

Historicamente, a sociedade moderna valoriza o público como garantia de igualdade e oportunidades, à medida que o privado é construído no sentido de propriedade e intimidade (MONTANER; MUXÍ, 2011). Posto isso, uma vez atribuída ao homem a responsabilidade pelo setor produtivo, na esfera pública, à mulher acaba sendo destinado o setor reprodutivo, na esfera privada, sendo uma prolongação da propriedade para o homem. Tal fato pode ser notado quando analisamos a história, ou pelo menos as partes as quais temos acesso.

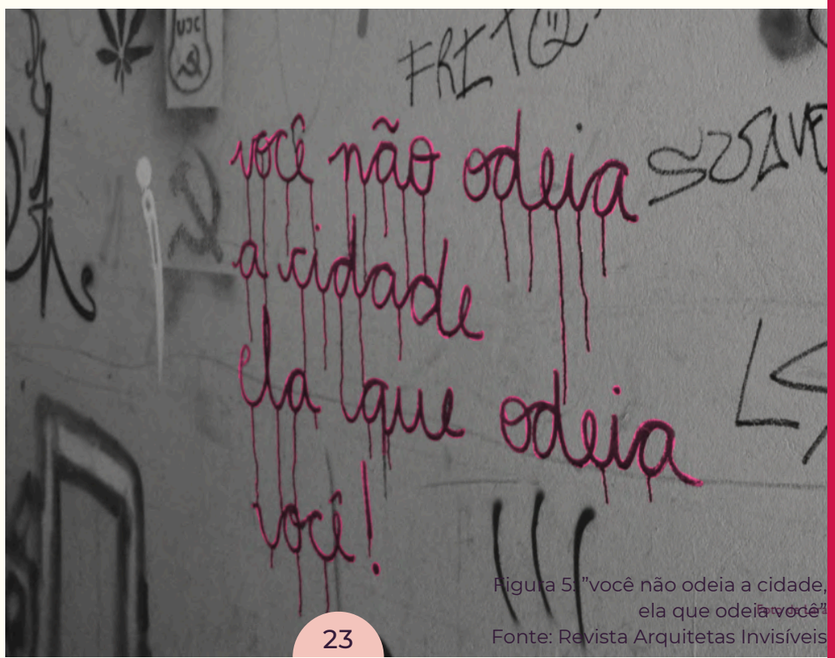


Figura 5: ”você não odeia a cidade, ela que odeia você”
Fonte: Revista Arquitetas Invisíveis

(...) as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. (PERROT, 2007, p. 16-17.)

(...) os homens que contaram ou falaram sobre a história da mulher o fizeram sob a sua ótica (ALAMBERT, 1997 apud GONZAGA, 2004, p. 74.)

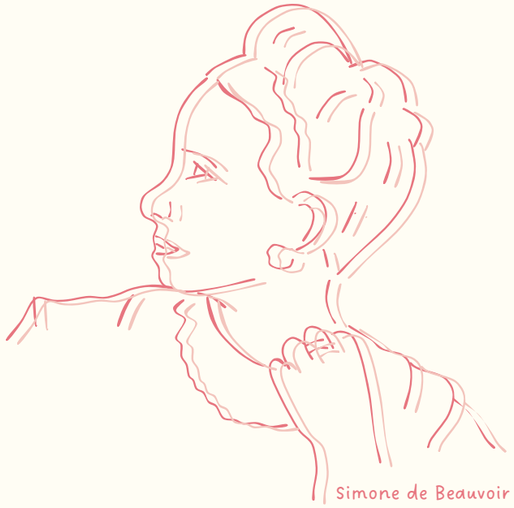
1.3 o papel da mulher ao longo da história

Gonzaga (2004) acredita que para entender o macro problema da mulher na sociedade é necessário refletir historicamente os caminhos percorridos por ela ao longo da trajetória da humanidade. Isso se faz necessário, pois "é revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu." (BEAUVOIR, 1970, p. 81).

Entretanto, para tal análise, é preciso fontes, registros, vestígios e documentos. Perrot (2007) afirma que quando relacionada à história, a presença da mulher "é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. (...) As estatísticas quase sempre são assexuadas." (PERROT, 2007, p. 21). Isso é notado uma vez que no contexto pré-histórico a grande parcela de informações é destinada ao homem, iniciando desde já uma espécie de neutralidade quanto ao desenvolvimento da humanidade.

Ainda assim, Beauvoir (1970), Gonzaga (2004) e Alambert (2004) concordam que desde as sociedades primitivas, a mulher tinha um papel influente, com trabalhos manuais, na confecção de utensílios, de cuidado com as crianças e com os mais velhos, além da força para trabalhar no cultivo de alimentos e domesticação de animais. Essa grande responsabilidade atribuída às mulheres fortaleceram clãs maternos, nos quais a paternidade era desconhecida e os ensinamentos eram passados entre gerações por meio de linhas matrilineares (GONZAGA, 2004).

Nesse período as mulheres foram reconhecidas como uma personificação da prosperidade e fertilidade, sendo elevadas à categoria de deusas, pela capacidade de conceber a vida, como **Beauvoir** apresenta:



> Aparecem, então, as divindades femininas através das quais se adora a ideia da fecundidade. (...) Em virtude dos poderes que detém, olham-na como feiticeira, como mágica; associam-na às preces, torna-se às vezes sacerdotisa (...) em certos casos, participa do governo da tribo, e acontece até que o exerça sozinha. Essas épocas remotas não nos legaram nenhuma literatura. Mas as grandes épocas patriarcais conservam em sua mitologia, monumentos e tradições, a lembrança de um tempo em que as mulheres ocupavam uma situação muito elevada. (BEAUVOIR, 1970, p.90)

No entanto, a autora entende que, mesmo com a existência de histórias mitológicas protagonizadas por seres femininos, monumentos e tradições baseadas no sistema matriarcal, os homens que escreveram a história a qual temos acesso não reconhecem o papel da mulher como superior ou semelhante ao deles, apenas a elevaram a um domínio mítico, como exposto pela autora:

> Esses fatos induzem a supor que existia nos tempos primitivos um verdadeiro reinado das mulheres; (...) Mas, em verdade, essa idade de ouro da mulher não passa de um mito. (...) não era ela para o homem um semelhante: era além do reino humano que seu domínio se afirmava: estava, portanto, fora desse reino. A sociedade sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mãos dos homens. (BEAUVOIR, 1970, p.91).

Assim, partindo de um recorte temporal de milênios, atingimos outro marco que incentivou ainda mais a discrepância na história: o surgimento do patriarcado. De acordo com Alambert (2004), com o advento do arado e da economia baseada na acumulação material, um novo modo de vida foi apresentado à sociedade, no qual surgiram os dominados e os dominadores.

Foi a partir de uma sociedade dividida por classes e baseada na ideia da propriedade privada, que o papel do homem na sociedade, como detentor de terras e escravos, passou a ser mais valorizado e a mulher tornou-se uma de suas posses, sendo designada a ela a função social de reprodutora da linhagem, posto que “sua história confunde-se com a história da herança” (BEAUVOIR, 1970, p.102). É importante ressaltar que com o surgimento de classes, a mulher também ocupava posições distintas de acordo com seu nível social. Como exemplo podemos citar as servas, que possuíam mais contato com o ambiente público em decorrência de seus afazeres e serviços:

> A dependência das mulheres em relação aos homens na comunidade servil estava limitada pelo fato de que, sobre a autoridade de seus maridos e de seus pais, prevalecia a autoridade dos senhores (...) tentavam controlar cada aspecto de suas vidas, desde o trabalho até o casamento e a conduta sexual. (FEDERICI, 2017, p.52)



Essa transição de papéis femininos citada anteriormente pode ser observada nas civilizações ocidentais durante o período da Idade Antiga. A mulher foi inicialmente elevada a uma natureza praticamente sobre-humana, como constatado nos inúmeros episódios mitológicos da sociedade homérica, nos quais a participação feminina foi influente. Entretanto, esse foi um período também marcado pela formação de uma sociedade escravista a partir da divisão de classes e com a criação do Estado (GONZAGA, 2004).

Segundo Gonzaga (2004), as mulheres espartanas possuíam certa liberdade que se igualava aos homens, apesar de sua educação corresponder aos interesses do Estado, que entendia a mulher como procriadora de gerações sadias. Com isso, ao longo da Idade Antiga, mesmo nas grandes cidades gregas e romanas consideradas desenvolvidas democraticamente, a mulher foi utilizada como um instrumento de procriação. Nessa fase, o patriarcado foi consolidado, como citado por Gonzaga:

> Em Roma, a autoridade do pai era enorme. Ele era a principal base de constituição do Estado. Na casa, o pai era o senhor absoluto, com direito de vida e morte sobre todos que viviam sob sua autoridade. E nessa família as mulheres não tinham direito a ter um nome próprio (...). Casada ou solteira, a mulher estava sempre sob o domínio do homem. (...) Entre os escravos, a mulher não tinha o direito de escolher seu marido. Era o senhor que escolhia seu parceiro. (GONZAGA, 2004, p. 82-83)

Novamente se faz necessário compreender que a mulher na situação de esposa possuía obrigações mas também permissões, como acompanhar o marido em alguns afazeres e auxiliá-lo na administração dos bens e da família, diferente do que ocorria com as escravas, que sofriam ainda mais a dominação do homem por conta de sua classe, como citado anteriormente. É importante destacar que nessas civilizações a mulher não era vista como uma cidadã e por isso não exercia funções públicas ou atos políticos, onde “não limitam mais seus direitos como filha, esposa, irmã, é como sexo que lhe recusam a igualdade com o homem, pretextando, para dominá-la, ‘a imbecilidade, a fragilidade do sexo’” (BEAUVOIR, 1970, p. 116).

Marcado pelo fortalecimento da Igreja Católica e suas ideologias que reforçam o sistema patriarcal, a Idade Média reforçou a dependência da mulher perante o homem. No decorrer do período, o cristianismo, que partindo de um olhar masculino, delimitou as mulheres a uma dicotomia, na qual elas se encaixariam ou à imagem de Eva, criada a partir do homem e a pedido dele, a pecadora que persuadiu Adão, levando-o à tentação e à expulsão do paraíso, ou à imagem de Maria, a santa virgem e obediente, que fora capaz de conceber seu filho sem pecar (FOLLADOR, 2009). A figura da Deusa-Mãe, presente inicialmente nas sociedades matriarcais, foi substituída, tendo seu lugar tomado pela imagem de um criador soberano, tanto dos elementos quanto dos seres vivos, sendo esse um Pai onipresente e onipotente (GONZAGA, 2004).

Figura 6: Bruxa número 1, 1892
Fonte: Opera Mundi, adaptado pela autora

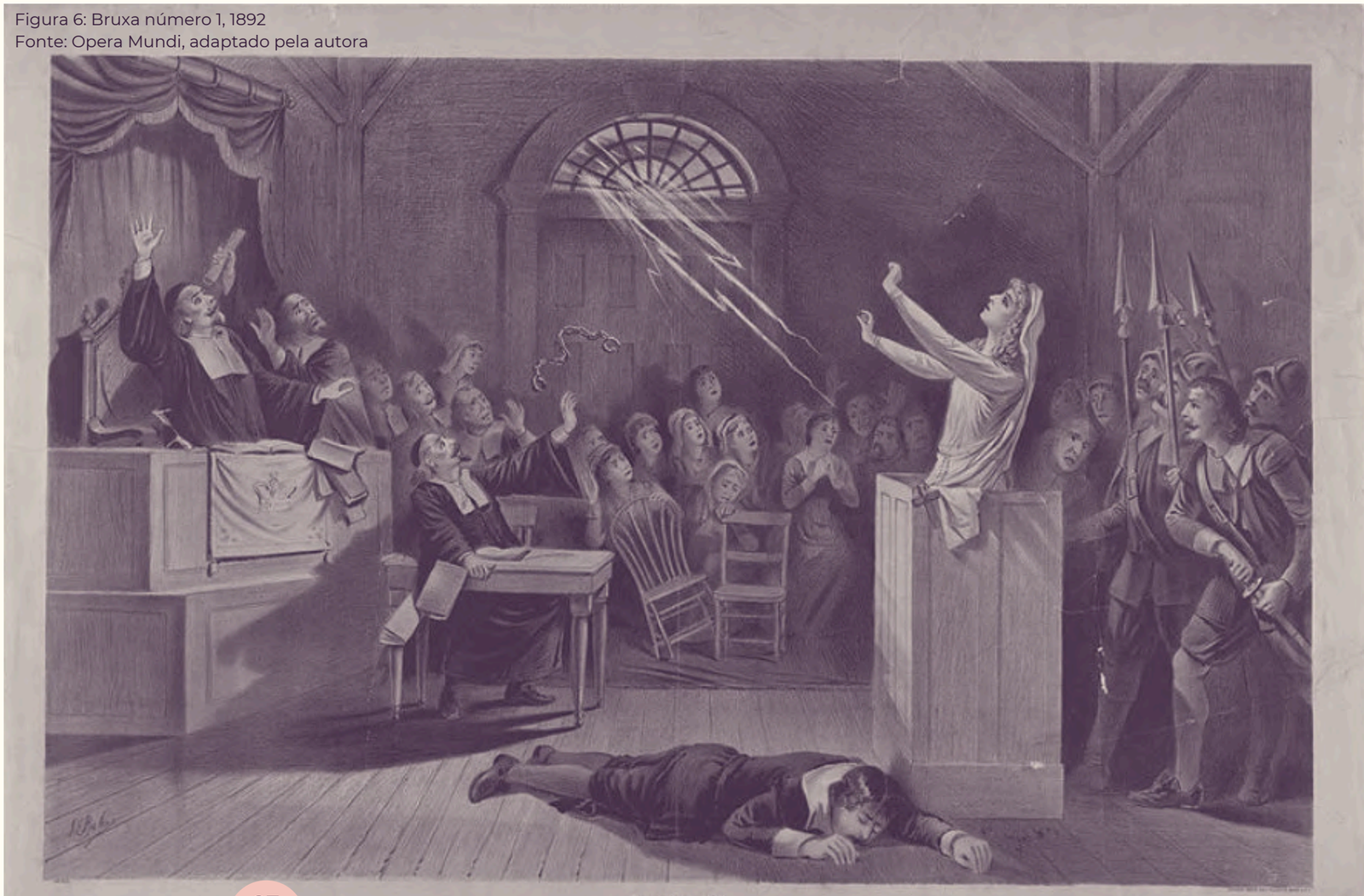




Figura 7: Joan of Arc's Death at the Stake, 1843
Fonte: Flickr, adaptado pela autora

Entende-se dessa forma como a Instituição Católica comandava a sociedade, ditando quais ações seriam as corretas para cada indivíduo. De acordo com Federici (2017), o clero, reconhecendo o poder das mulheres sobre os homens no contexto sexual e visando acabar com a relação “mulher-sexo”, associou a sexualidade como um objeto de vergonha. Assim, a mulher, na qualidade de esposa, deveria visar a reprodução da espécie, enquanto o ato sexual como exercício de prazer era considerado um pecado mortal (GONZAGA, 2004).

Para enfrentar aquelas que cometiam qualquer ato considerado um desvio de fé ou uma ofensa aos dogmas religiosos, a Igreja instaurou a chamada Santa Inquisição, que tinha o objetivo de perseguir e julgar práticas, que, na visão religiosa, eram relacionadas à bruxaria. Esse movimento de repressão ficou conhecido como caça às bruxas, perdurando durante anos, por toda a Europa (FARIAS et al., 2022). Sobre isso, Gonzaga reforça:

> A caça às feiticeiras foi terrível, levou a um tremendo genocídio, que só terminou no seculo XVIII (...). O pretexto da feitiçaria serviu em muitos casos para o exercício de vinganças torpes ou para alguns fins meramente políticos e de interesse pessoal. Lembremos aqui o caso de Joana d’Arc, que, após ter entrado triunfante em Orléans, à frente das tropas francesas, foi entregue, por outros franceses, aos ingleses - que ela havia derrotado em Orléans -, que a julgaram como feiticeira e queimada viva. (GONZAGA, 2004, p.91)

As mulheres condenadas por heresia buscavam por autonomia, tanto de caráter sexual, mas também social, visto sua procura por conhecimentos medicinais oriundos de fontes naturais, por exemplo. Federici (2017) afirma que:

> A heresia denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas, e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade que, pela primeira vez na Idade Média, redefinia todos os aspectos da vida cotidiana (o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres), colocando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais. (FEDERICI, 2017, p. 70)

Com isso, as mulheres hereges tornaram-se grandes ameaças à sociedade patriarcal e religiosa instaurada, apenas por contestarem o sistema no qual estavam inseridas. É importante ressaltar que a caça às bruxas não foi um movimento apenas contra as mulheres, mas também a todos que praticavam atos de heresia. No entanto, de acordo com Farias *et al* (2022), os

homens que eram condenados estariam sob influência de alguma mulher, culpabilizando a presença feminina.

Mesmo caracterizado como um período de mudanças, do surgimento de novos pensamentos, ideologias e transições econômicas, o Renascimento reforçou a imagem da mulher de um ser inferior. Segundo Gonzaga (2004), a busca pelo lucro fez com que o sistema feudal desse espaço ao capitalismo, intensificando a divisão de classes e a propriedade privada, o que contribuiu com o aumento do trabalho das mulheres em ambientes domésticos, exploradas por seus patrões. A autora entende que havia mulheres nobres e privilegiadas, mas que nem elas possuíam o título de cidadã, visto que seus bens deviam ser passados ao seu marido.

Com a ascensão da burguesia, a concepção do lugar da mulher ficou ainda mais evidente como responsável pelo lar, pela moral e pelos bons costumes. Perrot (1991) acredita que com o fortalecimento das definições de esfera pública e privada, os papéis sexuais se estabeleceram como uma oposição, com homens políticos e mulheres domésticas.

No Brasil, colonizado e construído a partir de uma ótica masculina, eurocêntrica e ocidental, a história das mulheres foi marcada pelo patrimonialismo. Ferreira (2018) recorda que:

> As mulheres não só não trabalhavam como também ficavam trancafiadas em casa, distantes da rua e distantes do espaço público, pois este era considerado profano, e apenas os homens tinham permissão para frequentar. À mulher cabia o papel de sedentária e caseira, incumbindo-se dos cuidados da casa e dos filhos, sem exposição pública. (FERREIRA, 2018, p.89)

É necessário frisar que mesmo submissas de uma forma geral, era de acordo com sua classe e raça que essa submissão acontecia de forma acentuada. As mulheres de classes mais baixas e, considerando a história escravocrata, negras, já eram previamente responsáveis tanto por trabalhos domésticos, como também pelos públicos. Com isso, mesmo participando mais efetivamente do espaço, elas não eram bem-aceitas na sociedade. Peccini (2016) reforça que sendo o espaço privado destinado à mulher, aquelas que ocupavam os espaços públicos não deveriam ser socialmente respeitadas. A autora conclui que:

> Quanto mais longe do padrão socialmente aceito a mulher é, mais ela é segregada de todo espaço determinado como respeitável. A rua, portanto, lhe é dada, como se dizendo que ela não merece, nem ao menos, o papel de “rainha do lar”. Este é o lugar dado, historicamente, às prostitutas, às mulheres negras, às mulheres transexuais/transgêneros e pobres (PECCINI, 2016, p.56)



Figura 8: “capitalismo também depende do trabalho doméstico”
Fonte: Red Women’s workshop, adaptado pela autora



Figura 9: “é isso ai, Jane”
Fonte: Red Women’s workshop, adaptado pela autora

Na visão de Gonzaga (2004), “o fim do século XVIII corresponde ao desabar de um mundo e o começo de outro, tanto para homens quanto para mulheres”. Com o advento de grandes revoluções que marcaram as sociedades ocidentais, nota-se a ascensão da busca por direitos femininos. Na Revolução Francesa, na qual as mulheres tiveram uma participação revolucionária ativa, ainda lhes foram negadas o reconhecimento como cidadã, dificultando sua participação na vida pública.

Com o capitalismo, a mulher do proletariado se faz necessária no campo de trabalho externo ao doméstico. Beauvoir (1970) destaca que:

> Como o súbito desenvolvimento da indústria exige uma mão-de-obra mais considerável do que a fornecida pelos trabalhadores masculinos, a colaboração da mulher é necessária. Essa é a grande revolução que, no século XIX, transforma o destino da mulher e abre, para ela, uma nova era. (BEAUVOIR, 1970, p. 148)

As mulheres passam a trabalhar para além do setor reprodutivo, com jornadas de trabalho extensas e duplas, dado que as responsabilidades da casa pertenciam a elas. No entanto, mesmo com seus deveres proletários, não possuíam os direitos dados aos homens, como salários igualitários, direito ao voto e nem mesmo à cidade. Desse modo, o movimento feminista ganha espaço e ampliam-se as críticas ao sistema idealizado masculino. As reivindicações femininas buscavam por igualdade, tanto na esfera econômica por salários mais justos, mas também na participação política através do voto, além de sua emancipação na sociedade, na vida pública, como um ser independente da figura masculina.



Figura 10: marcha em Nova York, 1970
Fonte: Observer, adaptado pela autora

Os recortes históricos feitos ao longo desse tópico nos apresentam um breve entendimento da trajetória feminina. É válido destacar novamente que ao longo da história existiram inúmeras formas de opressão que refletiram de formas distintas àqueles que não seguiam o padrão vigente. As histórias das mulheres de diferentes classes e raças são ainda mais negligenciadas, e por conta disso é preciso reconhecer que “as camadas e as lutas de cada uma, por mais que se interseccionem em alguns momentos pontuais, correram e correm também em paralelo e de formas diferenciadas” (ABREU, 2021, p. 39).

As construções e justificativas históricas feitas a partir da perspectiva masculina atravessam marcos temporais e espaciais, e continuam afetando a vida das mulheres e sua relação com o espaço físico e social. Isso acontece, segundo Muxí (2018) por conta da “falsa neutralidade e universalidade na transmissão do conhecimento e na construção de relações históricas” (MUXÍ, 2018, p. 11, tradução nossa). Sendo assim, Scott (1992) reitera que:

> (...) reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros", ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais (SCOTT, 1992, p.77-78).

Figura X: marcha em Nova York, 1970
Fonte: Disponível adaptado pela autora



Figura 11: “o trabalho de uma mulher nunca acaba”
Fonte: Red Women’s workshop, adaptado pela autora

1.4 a mulher e o espaço

Como já apresentado, o espaço público representa uma parcela importante da cidade, tanto por conta da área, mas também a partir de uma visão social, como um local de possibilidades, discussões e posicionamentos. Contudo, “o acesso das mulheres à cidade nunca se deu da mesma maneira que os homens” (GONZAGA, 2004, p. 20), como constatado a partir da análise histórica.

Com a estruturação de uma sociedade patriarcal, o homem estabelecido como figura dominante determina como o corpo feminino acessa e ocupa os espaços por ele definidos, pois, “as mulheres eram tidas como a representação do privado, e sua participação ativa como mulheres em praça pública era rejeitada por praticamente todos os homens” (PERROT, 2009, p.23). Com isso, nota-se que o termo “público” se tornou pejorativo quando relacionado à mulher, visto sua forte ligação ao privado e às respectivas atividades e responsabilidades dadas ao ser feminino, enquanto o “homem público” gera uma demonstração de poder e reconhecimento. Portanto, entende-se que a partir da divergência entre as concepções e as vivências entre homens e mulheres, as relações sociais desses sujeitos na sociedade se formam de maneira desigual.

A respeito disso, Muxí (2018) reitera que a maneira que o espaço é apresentado e hierarquizado interfere diretamente no resultado das relações sociais do indivíduo. Logo, entende-se que historicamente as mulheres tiveram suas atividades limitadas e, apesar dos avanços atuais, essa limitação persiste ao passo que verificamos como os espaços públicos desconsideram as necessidades dos corpos femininos, principalmente no que diz respeito à segurança, acessibilidade e representatividade, como apontado por Gonzaga (2011), "(...) o fato de alguém ser mulher, com as imposições e encargos recebidos da sociedade, interfere em sua mobilidade e acessibilidade e na utilização do espaço público e privado" (GONZAGA, 2011, p. 47).

Muxí (2018) também afirma que o espaço é moldado a partir dos papéis a serem desempenhados ali, do mesmo modo que esses papéis são conformados segundo o espaço. Ou seja, a divisão sexual do trabalho estabelecida no decorrer da história, condicionou as mulheres aos serviços domésticos relacionados ao lar e ao cuidado das pessoas que ali moravam e contribuiu para a restrição da mulher no espaço público. Para exemplificar, a autora declara que:

> As pinturas holandesas do século XVII contribuem para a visualização da construção da divisão de gênero. Os interiores habitados por mulheres que trabalham nas tarefas domésticas, sempre atrás de uma janela e sem rosto. Nestes louvores à domesticidade, a mulher é aprisionada em um espaço em que ainda tem a obrigação de cuidar e regenerar (MUXÍ, 2018, p. 26).

Essa divisão sexual do trabalho que surgiu ao longo da história se consolidou ainda mais com o desenvolvimento do sistema capitalista, conforme destacado por Vianna (2014):

> A divisão sexual do trabalho hierarquiza o trabalho reprodutivo em relação ao produtivo: o primeiro não é valorizado pela sociedade, em primeiro lugar porque não é enxergado enquanto trabalho, e sim como algo que a mulher/esposa/mãe faz por amor e dedicação a sua família, e em segundo lugar, pois não é remunerado. Essa hierarquização torna o trabalho doméstico feminino completamente invisibilizado em relação ao trabalho produtivo, pois é este último que traz a renda para a família, enquanto, pela lógica do capital, o trabalho reprodutivo não cria nem agrega valor, e assim seria inferior em relação ao produtivo, que é o único valorizado socialmente. Cria-se uma base dual para a família: o homem provedor e a mulher na função de dona-de-casa e mãe, e mesmo que ela trabalhe, sua renda será vista como simplesmente complementar à do homem (VIANNA, 2014, p. 23-24).

Ao reconhecer a desigualdade existente na concepção do espaço, nota-se como esse trabalho reprodutivo, realizado majoritariamente pelas mulheres, afeta de forma significativa suas vivências, tanto no ambiente privado quanto público. Montaner e Dias (2017) acreditam que atualmente essas responsabilidades estão sendo mais distribuídas, contudo, as estatísticas apontam que continuam sendo as mulheres que se dedicam às "tarefas invisíveis" e, portanto, "não são consideradas no momento de decidir políticas urbanas e projetar espaços públicos" (MONTANER, DIAS, 2017, s/p).



Figura 12: A Leiteira, 1658-1660
Fonte: Google Arts & Culture, adaptado pela autora

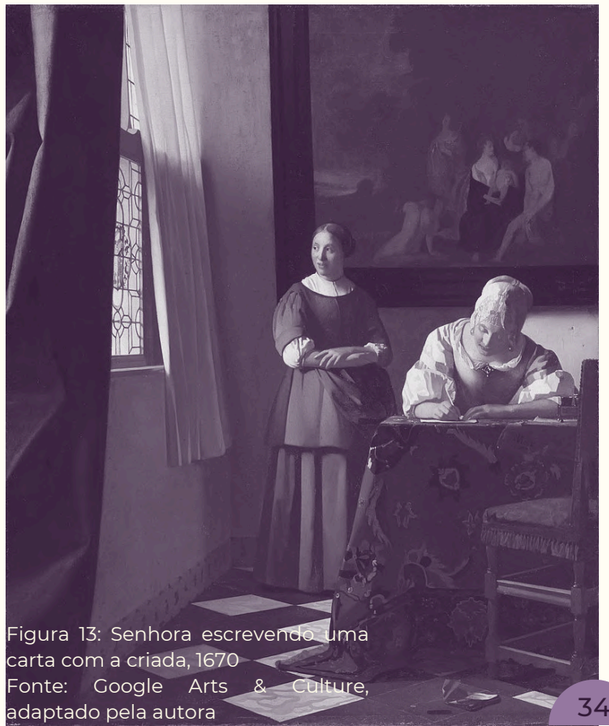


Figura 13: Senhora escrevendo uma carta com a criada, 1670
Fonte: Google Arts & Culture, adaptado pela autora

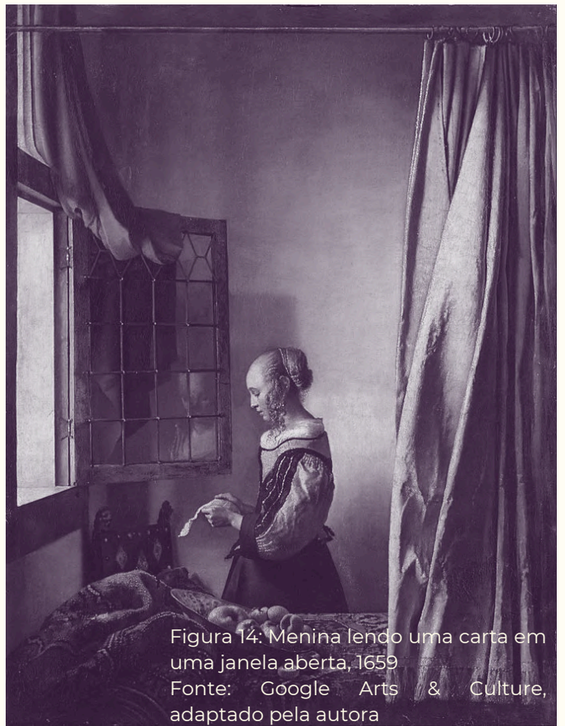


Figura 14: Menina lendo uma carta em uma janela aberta, 1659
Fonte: Google Arts & Culture, adaptado pela autora



Figura 15: Uma empregada dormindo, 1656-1657
Fonte: Google Arts & Culture, adaptado pela autora

Essa disparidade pode ser notada quando analisamos a configuração da mobilidade feminina, que se baseia em suas tarefas relacionadas ao lar e às pessoas que dela dependem, em relação ao padrão masculino, que acontece de forma mais linear, voltado ao trabalho e ao lazer. Esses distintos deslocamentos exemplificam a influência dos papéis de gênero no aproveitamento dos espaços. Calió (1997) pontua que:

> O papel das mulheres na reprodução da força de trabalho e na família, torna-as presença marcante e quase que obrigatória nas lutas sociais pela melhoria dos serviços urbanos e qualidade de vida. Devido às suas tarefas domésticas e participação na comunidade (sobretudo as mulheres mais pobres), são as mais afetadas pela crise dos serviços urbanos que aumenta, consideravelmente, suas responsabilidades. Isoladas no espaço privado do lar ou à sua extensão pública (o posto de saúde, a farmácia, o hospital, a loja, o supermercado, a feira, o açougue, a padaria, a escola, o parque, etc.), elas travam uma luta incessante contra o relógio, tentando administrar sua vida quotidiana (CALIÓ, 1997, p.7).

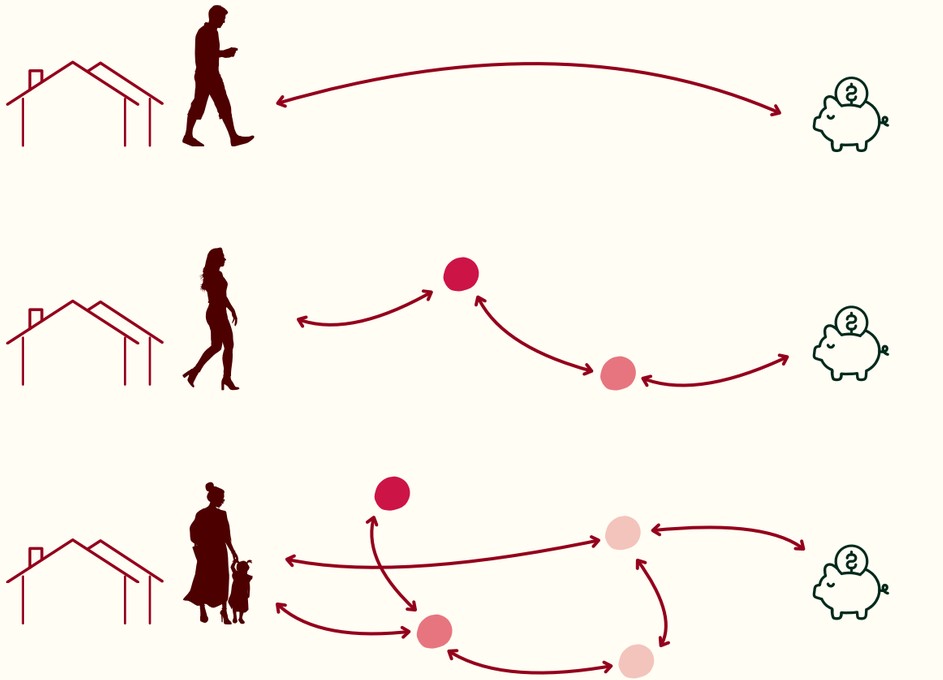


Figura 16: Diferentes mobilidades
Fonte: Coletivo Punt6, adaptado pela autora

Dessa forma, mesmo com os obstáculos que se manifestam no espaço urbano, as mulheres estão constantemente presentes, em razão de demandas, inicialmente privadas, que se estendem ao espaço público, o que gera uma sensação errônea de neutralidade espacial. A autora complementa que “misturada na multidão, a mulher vive uma falsa impressão de igualdade de uso e de mobilidade urbana” (CALIÓ, 1997, p. 5).

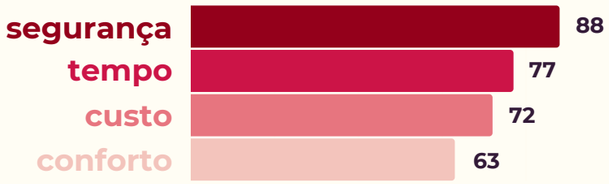
A arquiteta, urbanista e escritora Joice Berth acredita que a desigualdade presente no espaço urbano é vista de forma naturalizada, visto que são problemas que acompanham a formação histórica da sociedade (TEDX TALKS, 2021). De acordo com Berth (apud TEDX TALKS, 2021), o direito à cidade, apresentado por Henri Lefebvre, que acredita que os cidadãos e seus grupos sociais devem integrar-se sobre todas as redes, circuitos de comunicação, de informações e de trocas, não é assim feito quando analisamos a hierarquia presente no espaço, a partir das questões raciais, sociais e de gênero. A arquiteta também apoia-se no conceito de cidadania mutilada, idealizado pelo geógrafo Milton Santos, que defende que se o indivíduo não vivencia as cidades de maneira igualitária, justa, equilibrada e integral, quer dizer que este não pode ser considerado um cidadão (TEDX TALKS, 2021).



Figura 17: Joice Berth
Fonte: Revista Gama, adaptado pela autora

Ou seja, mesmo acessando os espaços de forma mais ativa, a mulher não é vista como uma cidadã em sua plenitude, dado as barreiras que se apresentam no espaço, restringindo a experiência urbana feminina. Dentre essas restrições, a falta de segurança é uma grande limitadora dos movimentos do corpo, sendo não apenas uma condição feminina, mas também afetando todos os grupos que utilizam o espaço. Entretanto, uma vez inserido no espaço público, os corpos das mulheres também são vistos como corpos públicos, constantemente sexualizados e assediados, tanto de forma física como também moral.

% fatores que mais preocupam em seus deslocamentos



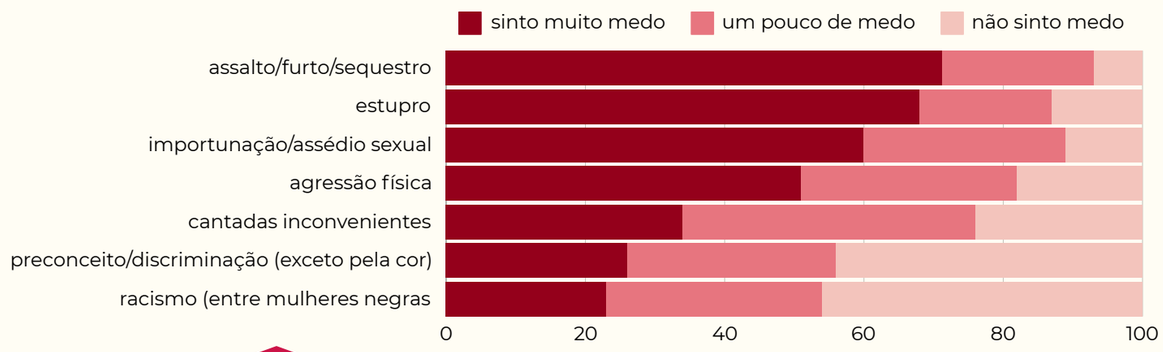
"Os espaços públicos são mais perigosos para as mulheres do que para os homens"



8 em cada 10 mulheres acreditam que os **espaços públicos** são mais **perigosos** para elas do que para os homens

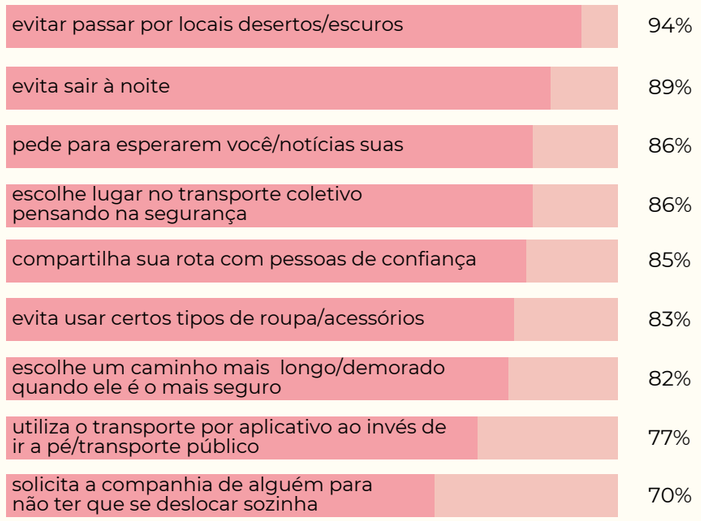
Por quais motivos as mulheres se sentem inseguras em seus deslocamentos?

assédio, estupro, assalto: a maioria das mulheres se desloca pelas cidades com medo de que alguma dessas situações aconteça

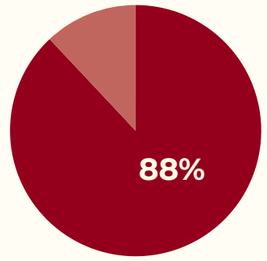


97% das mulheres sentem medo e **83%** sentem **muito medo** de que pelo menos uma dessas situações aconteça em seus deslocamentos

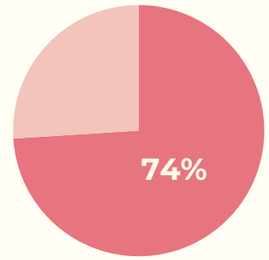
% medidas adotadas por medo ou insegurança
(sempre + as vezes)



88% conhecem ao menos uma mulher que **sofreu violência** quando se deslocava



74% das mulheres já **sofreram violência** em seus deslocamentos



meios de locomoção em que vivenciou uma situação de violência

71% a pé

56% ônibus

29% carro particular

15% carro de app

14% metrô

11% moto

9% bicicleta

6% moto de app

3% táxi

Figura 18: Percepções e experiências das mulheres quando se deslocam pelas cidades, 2023
Fonte: Instituto Locomotiva, adaptado pela autora

Vale ressaltar que a sensação de vulnerabilidade feminina não é sentida exclusivamente em locais públicos, dado os altíssimos índices de violência doméstica, que se agravaram ainda mais no período pandêmico. Também sabe-se que no ambiente de trabalho produtivo, as mulheres são as maiores vítimas de violência e assédio (INSTITUTO PATRICIA GALVÃO & INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2020). Além disso, quando fazemos um recorte racial, o número de mulheres negras vítimas de violência é ainda maior, reforçando a interseccionalidade entre as camadas de opressão (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023).

Sendo assim, percebe-se que não há um espaço seguro para as mulheres, sua vulnerabilidade fica evidente tanto no privado como no público. Os dados relacionados à violência contra a mulher e a insegurança vivenciada por elas nos despertam sobre a necessidade de políticas e ações capazes de combater as desigualdades de gênero, auxiliando na busca por pertencimento (TAVARES, 2017). Antunes (2015) conclui que:

> Apesar da revolução no consumo e da presença gradual da mulher no espaço público, a verdade é que esta ainda não está num espaço próprio, está em todos os lugares, mas não pertence a nenhum, nem à casa, nem à rua, nem ao privado, nem ao público. O desejo de um espaço próprio significa a expressão física da consciência da individualidade, pois historicamente, segundo diversos autores, a arquitetura responde a necessidades masculinas (ANTUNES, 2015, p. 16-17).

O não pertencimento das mulheres nos espaços refuta a ideia do universalismo, que "deveria corresponder à diversidade de experiências de opressão e injustiça, afirmando demandas particulares (como das mulheres) para finalidades políticas universais" (TAVARES, 2015, p. 47). Montaner e Muxi (2011) reiteram que a cidade é planejada para um homem, mais especificamente para aquele em plenas condições físicas e bem remunerado, sendo as mulheres vistas como meros acompanhantes. Assim, a ideia do homem universal não abrange a diversidade dos indivíduos, como exposto por Tavares (2015), que entende que:

> o princípio base da arquitetura e urbanismo modernista era racionalizar o espaço conforme um modelo de homem, o homem tipo, o homem síntese. A própria possibilidade de compor um padrão universal e totalizante, de ser humano ou urbano, demonstra a predominância da concepção totalizadora modernista e a desconsideração da diversidade social, cultural, geracional, racial e de gênero (TAVARES, 2015, p. 48).

Logo, compreende-se que cotidianamente, a partir de suas práticas individuais e/ou coletivas, as mulheres sofrem por conta da naturalização da invisibilidade de suas experiências e seus interesses, mesmo sendo agentes ativos nas cidades (TAVARES, 2017). Gomes (2023) considera que do ponto de vista urbano, as mulheres são entendidas como espectadoras, em razão de participarem, mas não serem as protagonistas da vida urbana, mas também como estrangeiras, que devem ser combatidas enquanto buscam seu espaço. Sobre isso, Calió (1997) aponta que as mulheres só terão o pleno exercício da cidadania a partir do enfrentamento direto dos obstáculos presentes no meio urbano, pois, "somente a compreensão profunda e a incorporação pelas teorias urbanas e pelas políticas públicas das reflexões sobre as relações patriarcais (...), será possível reconhecer e afirmar a existência das mulheres na cidade" (CALIÓ, 1997, p.7).



Figura 19: "nós exigimos"
Fonte: Red Women's workshop, adaptado pela autora



Figura 20: American Girl in Italy, 1951
Fonte: Ruth Orkin photo archive, adaptado pela autora

contextualização urbana 2



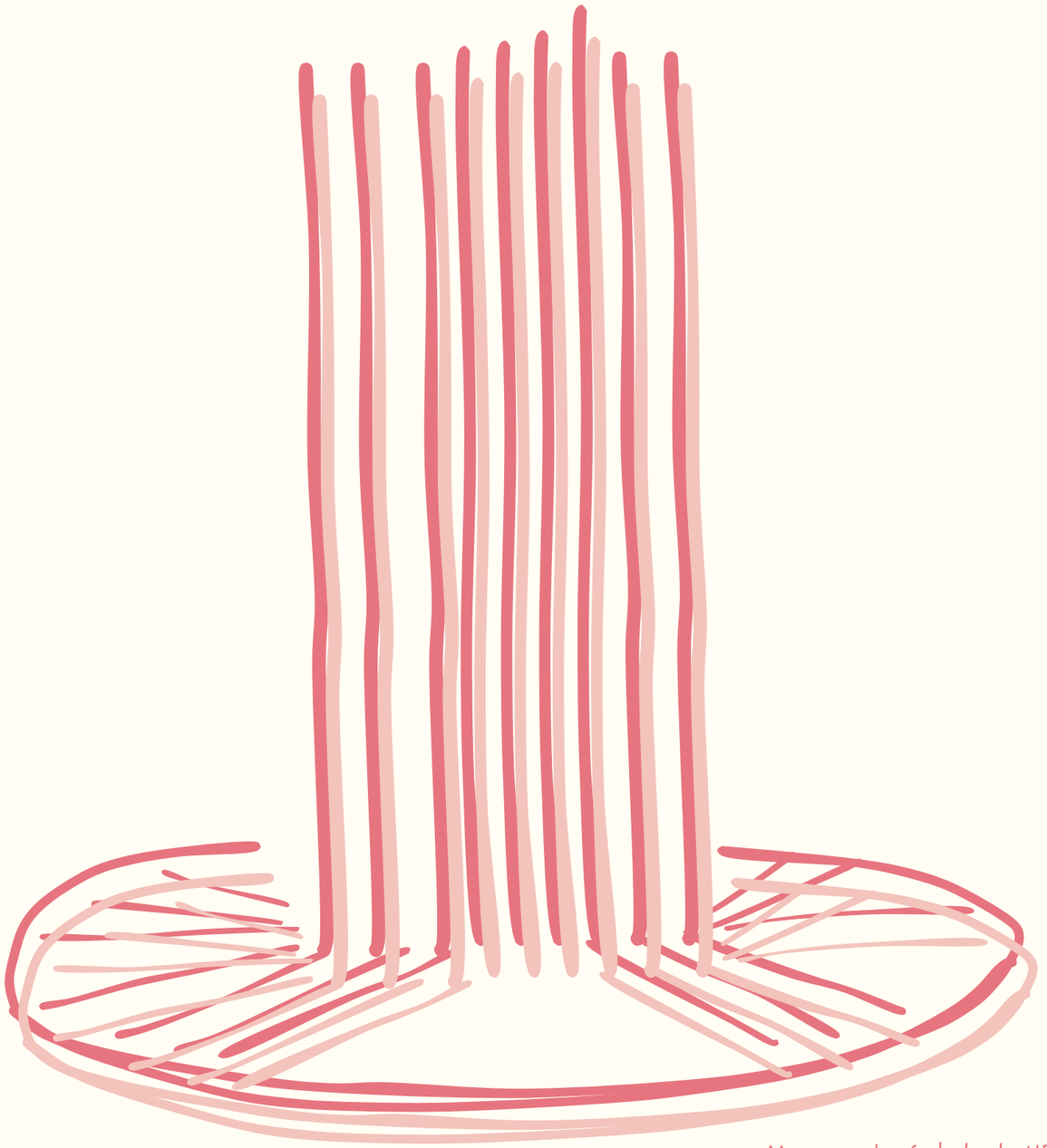
2 contextualização urbana

Como observado, as vivências urbanas de cada indivíduo divergem, principalmente de acordo com seu gênero, raça e classe social, dentre outros fatores. Este trabalho, refletido a partir da perspectiva feminina e sua relação com o espaço, forma-se dispondo como base nas desigualdades relacionadas ao gênero, sem ignorar as distintas condições interseccionadas a esse grupo que agravam tal diferença de percepções.

Para essa reflexão espacial, a área urbana do município de Campo Grande foi escolhida, e em especial uma região na qual o número de frequentadores é alta e com potencial de aumento, o entorno da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mesmo antes de se tornar a capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande foi palco de avanços urbanos que destacaram a cidade e influenciaram a implantação de uma universidade no local, assunto que será melhor abordado no decorrer do capítulo.

De modo particular, a escolha pelo município de Campo Grande também acontece em virtude de uma aproximação pessoal, dado que a capital foi um dos principais campos de pesquisa ao longo da trajetória acadêmica. A especificação da região do entorno da universidade se dá também por conta de vivências enquanto acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição citada.

Assim, o trabalho incorpora uma análise ainda mais efetiva, fundamentada não apenas em questionamentos pessoais, abrangendo também discussões entre colegas de curso e de todo o campus da Cidade Universitária. Isso foi constatado na pesquisa de campo realizada, e cujos resultados serão apresentados durante o trabalho, resultando em opiniões e pontos de vista que evidenciam a não neutralidade do espaço.



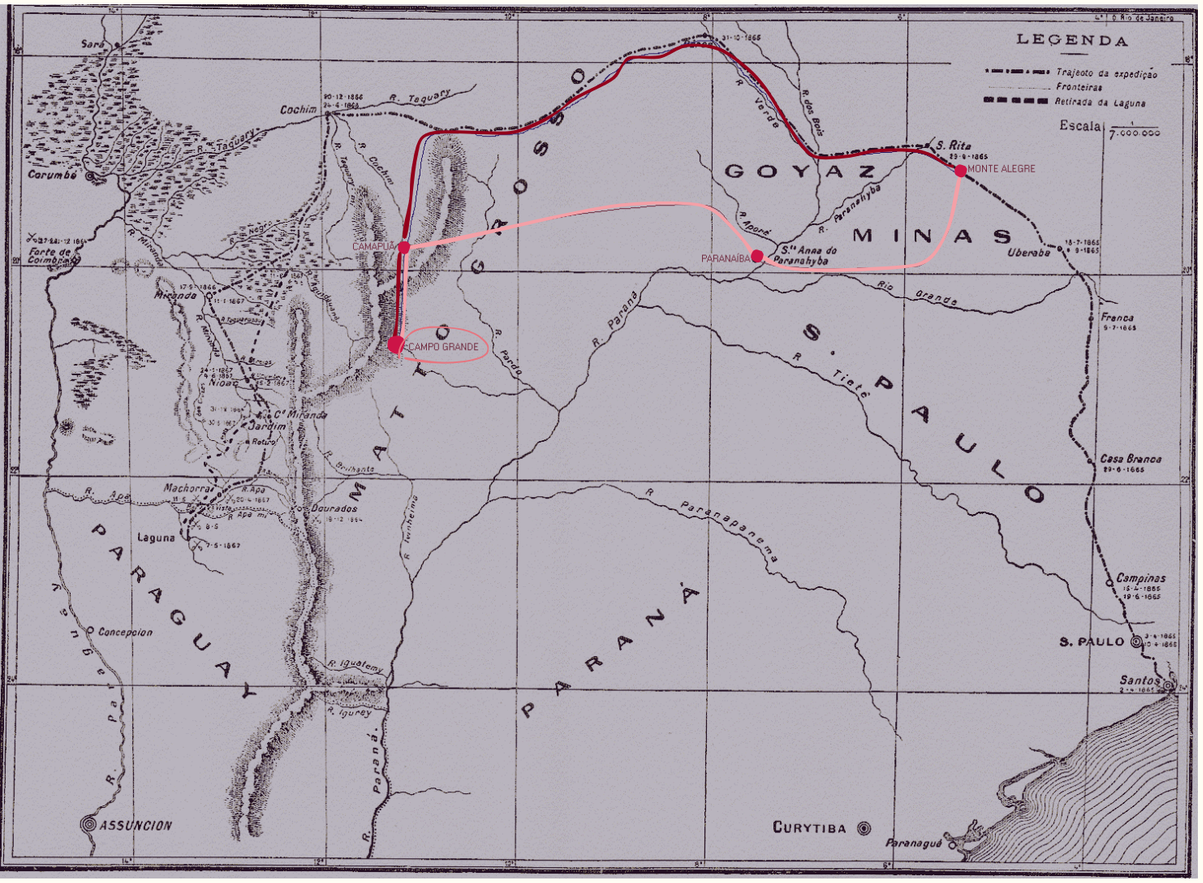
Monumento símbolo da UFMS

2.1 Campo Grande e o feminino

No intuito de auxiliar a contextualização espacial e buscar por presenças femininas na cidade, faz-se necessário acessar um breve histórico sobre a formação urbana do município de Campo Grande, a fim de compreender melhor as relações que constituíram esse território. De acordo com Carlos (2001, apud OLIVEIRA, L., 2018) as cidades se originam com base nos produtos gerados a partir das relações entre natureza e sociedade, presentes em um espaço geográfico. Sobre isso, Oliveira (2018) complementa que:

> A relação entre sujeito e espaço é formada por meio de como a sociedade e seus indivíduos se enxergam, se identificam e agem sobre ele. Um espaço não é apenas constituído por formas físicas, mas também pelo significado que essas formas adquirem para um grupo social e como esse grupo se relaciona com elas. (OLIVEIRA, L., 2018, p. 42)

No caso de Campo Grande, sua idealização inicia-se em 1872, com a chegada do movimento migratório de comunidades de áreas limítrofes na região sul do antigo Estado de Mato Grosso, que buscavam por solos férteis e propícios para a criação de gado, principalmente após a decadência das minas e devido às consequências da Guerra do Paraguai (IBGE, 2013). A comitiva do mineiro José Antônio Pereira se estabelece na confluência dos atuais córregos Prosa e Segredo, constatando a fertilidade do solo, a amenidade do clima e a existência de boas pastagens. Assim, em 1875 é iniciada a ocupação do Arraial de Santo Antônio de Campo Grande, que em 1889 passa a ser o Distrito de Paz de Campo Grande, sendo elevado à categoria de Vila em 1899, e posteriormente à categoria de Cidade em 1918 (ARCA, 2011).



primeira viagem em 1872

segunda viagem em 1875

Figura 21: Viagens de José Antônio Pereira
Fonte: Campo Grande MS NET, adaptado pela autora

Segundo Weingartner (2008), ainda no início do século XX, o local era constituído por uma única via de traçado irregular, sem uma organização planejada. As ocupações eram feitas nas proximidades da água e situavam-se nas regiões mais altas do terreno. O autor também afirma que os principais atrativos para a apropriação e a fixação no espaço foram a disponibilidade de terras devolutas e o potencial agrícola proporcionado pela ambiência local. Oliveira (2018) defende que é no processo de fixação que ocorre o primeiro passo para a formação das cidades, dadas as transformações relacionadas às necessidades coletivas e organizações sociais.

Trubiliano (2008) acredita que a localização geográfica de Campo Grande contribuiu para o crescimento do número de pessoas no local, em conjunto com a implantação da linha ferroviária Noroeste do Brasil (NOB) em 1914. A ferrovia auxiliou no crescimento territorial e populacional, e consequentemente influenciou no desenvolvimento urbano, delineando parâmetros para a formação e organização do traçado urbano, conforme analisado por Weingartner (2008):

> o desenho do espaço urbano passa a ser composto por vias largas e permeado de espaços livres (...). A princípio, essa normatização foi direcionada como forma de controle de epidemias e de melhoria da salubridade de cidades industriais e portuárias brasileiras (...). Mas, ela foi estendida às cidades ferroviárias, implantadas no início do século XX, sendo incorporada à legislação urbana (por meio dos Códigos de Postura) e ao traçado dos planos de alinhamento de ruas e de praças das cidades criadas ou adaptadas, como se verificou nos núcleos urbanos situados no trajeto da Ferrovia Noroeste do Brasil (WEINGARTNER, 2008, p. 36)

No decorrer dos anos, o traçado urbano foi ampliado, conservando sua malha viária ortogonal inicial. Os loteamentos urbanos se desenvolveram principalmente no eixo nordeste-sudoeste da cidade, ocupando as áreas de cotas mais elevadas, se distanciando dos fundos de vale dos córregos.

Na década de 1960, com o advento de investimentos e planos para o desenvolvimento da região Centro-Oeste, influenciados pela construção de Brasília, e com o intuito de transmitir a importância da área em razão de sua localidade, Campo Grande passou por m rápido crescimento urbano, tanto demográfico como territorial. Neste período, divergindo do traçado inicial, sua expansão sofreu fragmentações e deslocamentos, com a implementação de áreas urbanas descontínuas, gerando loteamentos que, quanto mais afastados

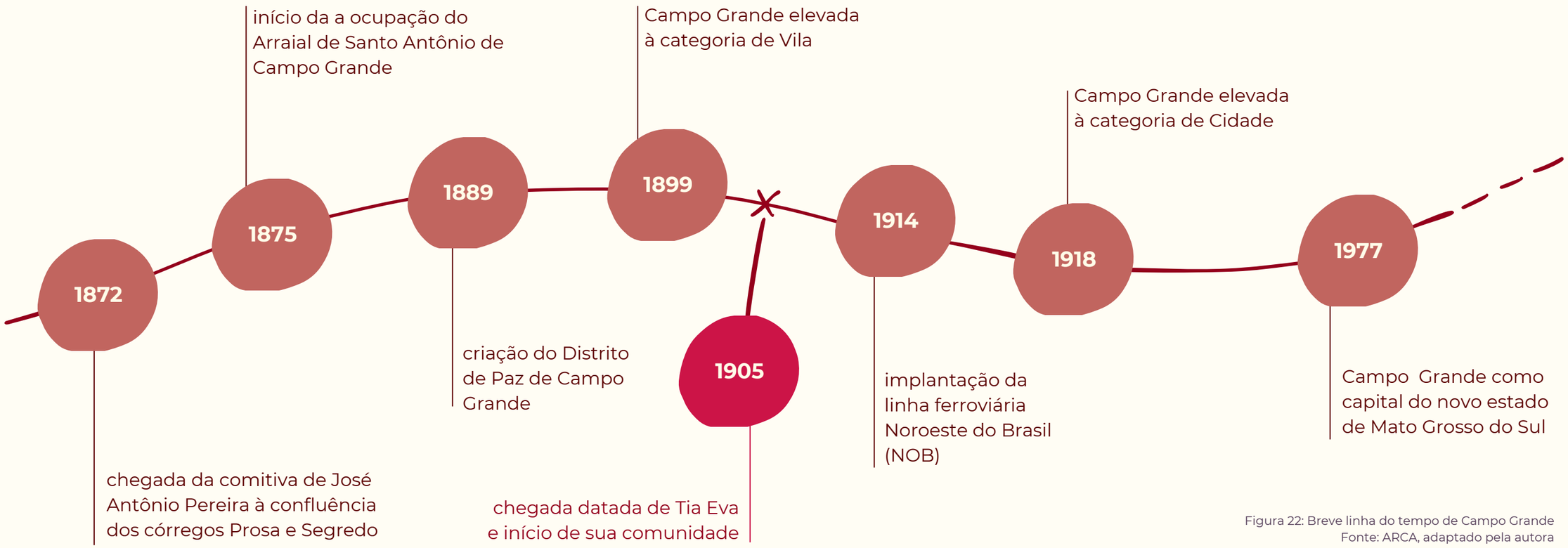


Figura 22: Breve linha do tempo de Campo Grande
Fonte: ARCA, adaptado pela autora

do centro, mais eram subutilizados e com pouca infraestrutura (Weingartner, 2008; GOMES, 2023). Nota-se dessa forma que esse processo de formação mais dinâmico da cidade resultou em traçados diferentes, principalmente em regiões que anteriormente eram consideradas periféricas, mas que atualmente abrangem pontos importantes da cidade.

Com base nos recortes temporais feitos nessa breve análise, é possível compreender a formação urbana e o contexto da mulher na cidade. Ou melhor dizendo, a inexistência da perspectiva feminina para o desenvolvimento da trama urbana, conforme os relatos históricos. Entretanto, ainda que invisibilizadas, Campo Grande teve influências femininas, mesmo que não citadas em primeiro plano quando discutimos a formação da cidade. Sabe-se que as comitivas migratórias eram lideradas por homens, que iniciavam a ocupação e as construções no local, mas quem as consolidava eram as mulheres. Fernandes (2019) considera que:

> Mulheres maduras ou jovens, poucas delas tiveram escolha ao se unirem a homens, geralmente rudes, em grande número da mesma família, primos e até tios. Partiram de seu reduto natal em busca de um novo e desconhecido lugar para colonizar, formar novas fazendas e comércios. Criaram filhos, inventaram seus próprios espaços e deixaram um legado. Essas mulheres, ainda que seus esposos fossem evidenciados na memória da colonização, tiveram um papel fundamental nesse processo (FERNANDES, 2019, s/p).



Dentre as personalidades femininas que constituíram esse espaço, podemos mencionar algumas, como a mineira **Maria Carolina de Oliveira**, a esposa de José Antônio Pereira e mãe de sete filhos, que junto de seu marido e comitiva chegou na região e consolidou-se como tecelã. Outra pioneira no desenvolvimento de Campo Grande foi a ex-escrava **Eva Maria de Jesus**, que ficou conhecida como Tia Eva, e estabeleceu uma comunidade quilombola que leva o seu nome, e mesmo com sua grande importância social, auxiliando os moradores do local como benzedeira e parteira, sua história ocupa um espaço desvalorizado nas narrativas sobre a formação do território campo grandense. Aproximando-se da temática do trabalho, a professora **Oliva Enciso** teve grande participação na luta para a implantação de cursos de nível superior em Campo Grande, auxiliando na criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, que futuramente se estruturou, tornando-se a atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que terá sua criação comentada ainda durante esse capítulo.

É evidente que houve outras inúmeras mulheres que influenciaram o desenvolvimento de Campo Grande nas mais diversas áreas, muitas delas apagadas da história. A invisibilidade da mulher em Campo Grande é um reflexo dos corpos femininos em um panorama histórico, como foi observado no primeiro capítulo. Dessa forma, a proposta desse trabalho se torna ainda mais relevante, visto seu intuito de buscar um espaço de pertencimento a elas.



Figura 23: mural de Tia Eva na rua 14 de Julho
Fonte: Arquivo pessoal, adaptado pela autora

2.2 A Cidade Universitária da UFMS

Como dito, a partir dos anos 1960, o município de Campo Grande passou por um processo de desenvolvimento que afetou sua estrutura urbana e demográfica. Na época, ainda pertencente ao estado do Mato Grosso, a cidade possuía mais habitantes que a capital Cuiabá, tornando-se uma das principais cidades do interior do estado. Ainda nessa década, também iniciou-se um movimento para a criação de uma instituição de ensino superior, inicialmente chamada de Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, com sede em Campo Grande, apoiado principalmente pelos professores Oliva Enciso e Hércules Maymone.

De acordo com Enciso (1984) e Oliveira (2016) no final da década de 1920 já existira uma faculdade com esse mesmo nome que funcionou por um breve período até encerrarem suas atividades. À vista disso, a farmacêutica formada por esse curso, a professora Oliva Enciso, na busca pela reabertura da faculdade em questão, optou pela fundação de uma nova faculdade, recebendo o apoio da Associação dos Farmacêuticos do Sul de Mato Grosso, presidida por Hércules Maymone, e da Associação Campograndense dos Cirurgiões Dentistas. Assim, iniciou-se um intenso movimento entre os profissionais da área, conseguindo apoio popular e do então governador do estado, Fernando Corrêa da Costa, fazendo com que em 1962 o governo estadual decretasse a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, provisoriamente instalada no Colégio Estadual Campo-grandense, no período noturno.

É importante lembrar que, com a política vigente da época, a influência militar se estendia a diversas áreas, incluindo a educação, que teve sua expansão no município principalmente entre as décadas de 1930 e 1960. Oliveira (2016) reforça que:

> Apesar do motivo explícito da criação dos cursos ser a formação profissional dos jovens que não tinham condições de se deslocar para os grandes centros – e o fato do não retorno dos que tinham condições –, segundo Maymone (1989), a abertura dos cursos correspondia às estratégias militares de ocupação da região fronteiriça, fixando os jovens no Centro-Oeste, garantindo-se, assim, a ocupação na região (OLIVEIRA, M., 2016, p. 75).

Em relação à atuação militar, a autora ainda acrescenta que:

> Campo Grande deve aos militares a existência da UFMS. Além de a maioria dos professores e alunos serem militares, a ajuda do Hospital Geral Militar na conservação do prédio – inclusive com os materiais usados pelos alunos e a limpeza do local – foi imprescindível para a continuação de seu funcionamento (OLIVEIRA, M., 2016, p. 78).

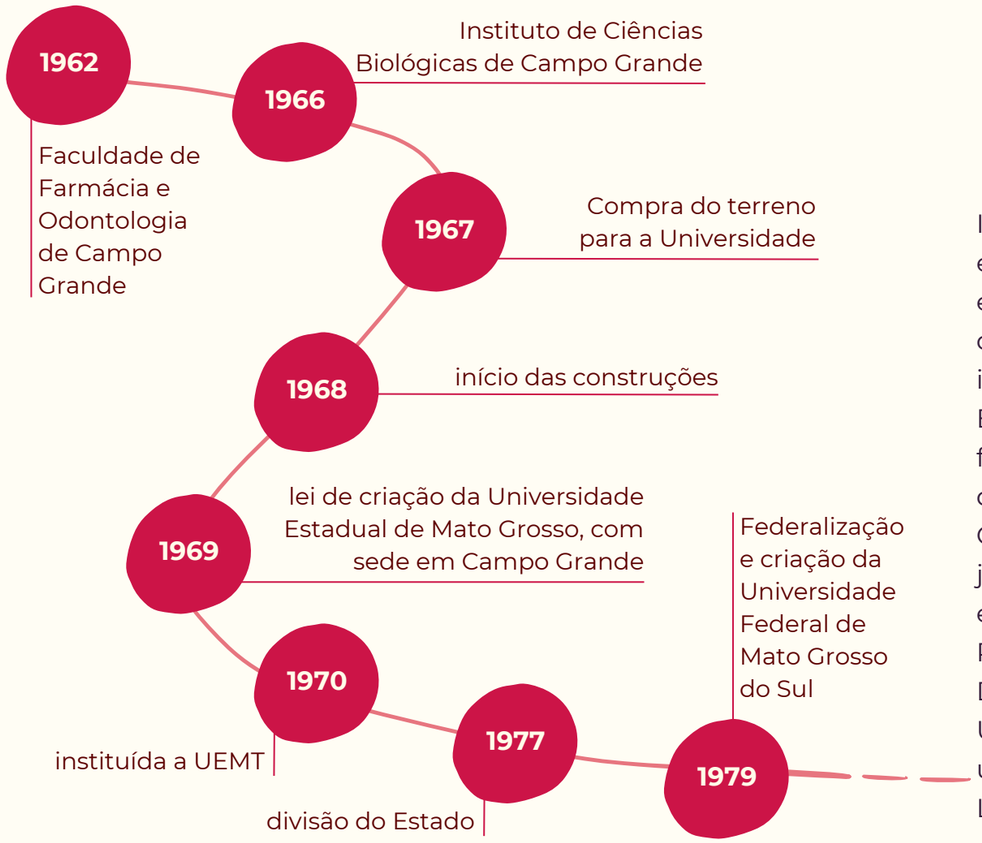
Assim, o governo de Mato Grosso foi um grande apoiador da “revolução política” que se consolidava no país, posteriormente definida como golpe militar. Esse apoio advinha por acreditarem que os militares valorizariam e promoveriam o desenvolvimento da região (OLIVEIRA, M., 2016).



Oliva Enciso

Com o estabelecimento da faculdade, mesmo em local provisório, iniciou-se o processo de expansão dos cursos disponibilizados, fazendo com que em 1966 ocorresse a formação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, com a incorporação do curso de Medicina. No mesmo ano, a busca por uma área suficientemente grande que pudesse comportar a instituição já havia sido iniciada, com alguns pré-requisitos como estar situada no máximo a 5 km do centro comercial da cidade, possuir uma linha regular de ônibus, entorno com rodovias asfaltadas, ser abastecida de energia elétrica e estar localizada em terras possíveis para estudos (ROSA, 1993).

Diante disso, durante a gestão do Governador Pedro Pedrossian em 1967, foi realizada a compra de um terreno de inicialmente 49 hectares, situada as margens da rodovia asfaltada, a 4,3 km do centro comercial, na saída para São Paulo, região que abrange a Universidade até os dias atuais (ROSA, 1993). Assim, as obras foram iniciadas em 1968, com áreas demarcadas para seus devidos usos, delimitando a zona acadêmica, a comunitária, a desportiva e social, a hospitalar e administrativa, seguindo o Plano Integrado de Desenvolvimento estabelecido pelo Conselho da época. A construção, defendida pelo governador, não seria para um instituto, e sim visando uma universidade, e para isso, outras áreas acadêmicas deveriam ser pensadas e implementadas.



Em 1969, já haviam sido criados o Instituto Superior de Pedagogia em Corumbá, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras em Três Lagoas, que integrados ao Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, iniciaram a formação da Universidade Estadual de Mato Grosso. A partir de 1970, foram criados em Campo Grande os Centros de Estudos Sociais, Tecnológico, Aplicados, Ciências Biológicas e Educação Física, que juntamente com os centros educacionais existentes em Corumbá, Três Lagoas, Rondonópolis e adicionando também em Dourados, fizeram com que fosse instituída a UEMT, com sede em Campo Grande e unidades em Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Rondonópolis.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso em 1977, a Universidade, agora localizada na capital do novo estado, passou pelo processo de federalização, concretizado em 1979, denominando-se Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O campus localizado em Campo Grande é denominado Cidade Universitária desde sua concepção. Para Pinto (2009), esse termo denomina uma região delimitada e autônoma, regida por regras acadêmicas, que inicialmente inserida nos arredores das cidades, acabavam sendo envolvidas por elas, como aconteceu no caso da UFMS. O autor também acredita que o termo campus universitário não é sinônimo de cidade universitária, visto que esse dependeria da infraestrutura da cidade onde se situa.

Apesar de atender aos critérios de localização, que eram baseados no que havia acontecido com a Universidade Federal de Santa Maria, o terreno escolhido ainda era considerado uma área periférica da cidade, visto que o desenvolvimento urbano mais evidente acontecia na região central. Mas a implantação de uma instituição de ensino superior, que proporcionaria espaços de lazer para a comunidade externa, auxiliou na expansão local, intensificando ainda mais o processo urbano na região:

> Apesar dos muitos laboratórios, a estrutura física parecia estar voltada mais ao atendimento da comunidade em geral, inclusive as atividades de cultura e lazer, do que para a pesquisa científica. É o caso, por exemplo, do Estádio de futebol e do auto cine. A piscina e o parque aquático, de forma indireta, pois, poderiam também ser utilizados para fins acadêmicos (OLIVEIRA, M., 2016, p.125).

Figura 24: Construções na Cidade Universitária, década de 70
Fonte: Arquivo Central da UFMS, adaptado pela autora



Analisando o cenário atual de implantação da universidade, apesar de conhecida como cidade universitária, a instituição ainda é dependente da infraestrutura urbana de Campo Grande. Embora exista a oferta de lazer para a comunidade interna e externa, tendo em vista a presença de um complexo aquático, desportivo e espaços livres para recreação de atividades, a conexão com o entorno é falha, dada a presença de grades ao longo de toda a extensão universitária.

Outro ponto que impede a plena independência da universidade é a ausência de moradia, tanto para atender acadêmicos quanto professores. Pinto (2009) ressalta que uma cidade universitária deveria ter:

> Capacidade de oferecer ensino, mas também de abrigar centros de pesquisas, acolher alunos e professores, proporcionar, enfim, todos os serviços próprios de qualquer cidade (...) Os serviços que os campus brasileiros oferecem (...) são restritos e deficientes. Os alojamentos para estudantes disponibilizam poucas vagas e não há moradia para os professores. Serviços, como transportes, só funcionam com regularidade nos dias úteis e comércios necessários à subsistência são raros. Cinema, museu e teatro são inexistentes. Os campus brasileiros não são autossuficientes; dependem ainda, e muito, das cidades em que estão localizados, embora muitas vezes voltem-lhes as costas. O termo cidade universitária não passa de uma aspiração que nunca se realizou. (PINTO, 2009, p. 46-47)

Ao longo de toda a extensão do entorno da UFMS, podemos visualizar alguns serviços como mercado, lavanderia, restaurantes, academias, além de moradias privadas que atualmente atendem aos estudantes locais. Entretanto, a conexão com esses locais é o que dificulta seu uso de forma acessível e segura, visto a necessidade de travessia de vias arteriais extensas e de trânsito rápido, que prejudicam a mobilidade urbana do pedestre.



Figura 25: mapa centralizando a Universidade Federal de Mato Groso do Sul e seu entorno
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande (PMCG), adaptado pela autora

referências conceituais e projetuais 3



3 referências conceituais e projetuais

Com o intuito de auxiliar na elaboração de propostas projetuais para o trabalho, é essencial o embasamento em projetos que dialoguem com as questões apresentadas ao longo da pesquisa, a fim de gerar possíveis soluções a partir das estratégias adotadas por eles. Para tal, serão analisadas iniciativas que evidenciam a presença das mulheres no espaço, tanto nas tomadas de decisão, como também em seus usos.

É importante salientar que segregar um espaço específico para as mulheres com a intenção de protegê-las não faz com que as problemáticas existentes se anulem. Restringir as relações sociais é prejudicial no processo de compreender as mulheres como corpos que possuem direitos e autonomia. Logo, a elaboração de projetos que levem em conta as vivências e as percepções femininas do local, propiciam espaços mais igualitários, acessíveis e seguro para todos.

3.1 Projeto “Plaça d’en Baró” [Equal Saree]

Local: Santa Coloma de Gramenet, Barcelona, Espanha

Ano: 2019

3.1 Projeto “Plaça d’en Baró”

A Equal Saree é um coletivo de mulheres arquitetas urbanistas, que abordam a arquitetura e o desenho urbano a partir de uma perspectiva feminista em conjunto com a população local que utiliza os espaços. Com sede em Barcelona, desde 2010 atuam de forma local, regional e internacional, com projetos de pesquisa, formação e ativismo social na Índia, em Marrocos e pela Catalunha. O coletivo defende que o planejamento urbano é uma ferramenta essencial para a democratização do uso das cidades e desempenha um papel importante na garantia da qualidade de vida dos cidadãos.

cidades diversificadas
que não perpetuam desigualdades de gênero, posição social, origem, etnia, estado de saúde, orientação sexual ou idade, entre outras.

cidades cuidadosas
que colocam as tarefas de cuidado na esfera pública para torná-las visíveis, valorizá-las e democratizar a responsabilidade.

cidades sustentáveis
que respeita os ambientes e as comunidades que os habitam, de forma ambiental, mas também econômico e social.

O projeto da Praça de Baró procura integrar novas atividades voltadas a meninas e meninos de 6 aos 12 anos, abrangendo um desenho de espaço público com perspectiva de gênero. A proposta baseia-se na reflexão coletiva sobre os usos e critérios de desenho para o espaço, com o intuito de facilitar a convivência de diversas pessoas. Para auxiliar em seu desenvolvimento, o projeto contou com a participação das crianças, além das opiniões de outros usuários do local. O desenho resultante é uma praça permeável e aberta ao bairro, com diversidade de espaços e usos para atender às necessidades dos diversos públicos, com ambientes confortáveis e elementos que explicam o processo de desenho colaborativo com as crianças do bairro.

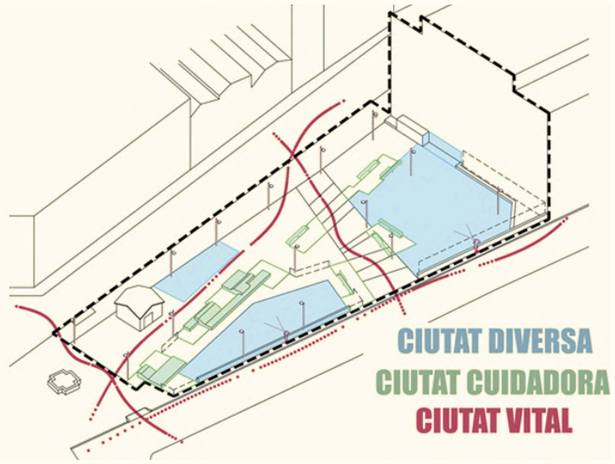


Figura 26: Esquema de fluxos e ambientes para a praça
Fonte: Equal Saree



Figura 27: Desenho feito pelas crianças
Fonte: Equal Saree



Figura 28: Desenho feito pelas crianças
Fonte: Equal Saree



Figura 29: Desenho feito pelas crianças
Fonte: Equal Saree

De acordo com o coletivo, os principais objetivos do projeto de remodelação da praça foram:

I **Diversidade:** elaborar uma variedade de espaços para permitir a complementariedade de usos e atender as necessidades dos diferentes usuários. Para isso, foram gerados ambientes diversos que incentivavam modalidades lúdicas diferentes e não estereotipadas, ao mesmo tempo que permitiam o descanso dos adultos. Mesmo com características variadas, os ambientes ocupam superfícies semelhantes para não gerar hierarquias ou priorizar alguma atividade específica, favorecendo um uso mais igualitário da praça, visto que com múltiplas opções é possível satisfazer diferentes preferências.



Figura 30: Perspectiva do projeto
Fonte: Equal Saree



Figura 31: Projeto da praça
Fonte: Equal Saree

II **Cuidado:** colocar as tarefas reprodutivas e de cuidado no centro das decisões urbanas. Com essa finalidade, a praça dispõe de um espaço central confortável, sombreado e com elementos orgânicos, onde as famílias podem conviver e cuidar de suas crianças de forma descontraída, dado que os espaços ao redor podem ser visualmente acessados. Visando também o cuidado com o meio ambiente, grande parte da superfície da praça possui um pavimento permeável que permite que a água da chuva seja filtrada para o lençol freático.

III **Vitalidade:** ampliar a conexão social do bairro e contribuir para melhorar a percepção de segurança no ambiente. Uma das estratégias do projeto foi abrir a praça para o bairro, demolindo grande parte dos muros existentes em seus arredores, a fim de promover a permeabilidade física e visual com o entorno. Além disso, garantir a multiplicidade de percursos e ligações entre a praça e o tecido urbano, eliminar espaços residuais e dispor de uma iluminação homogênea e suficiente, foram fatores que auxiliaram na melhoria da percepção de segurança do local.

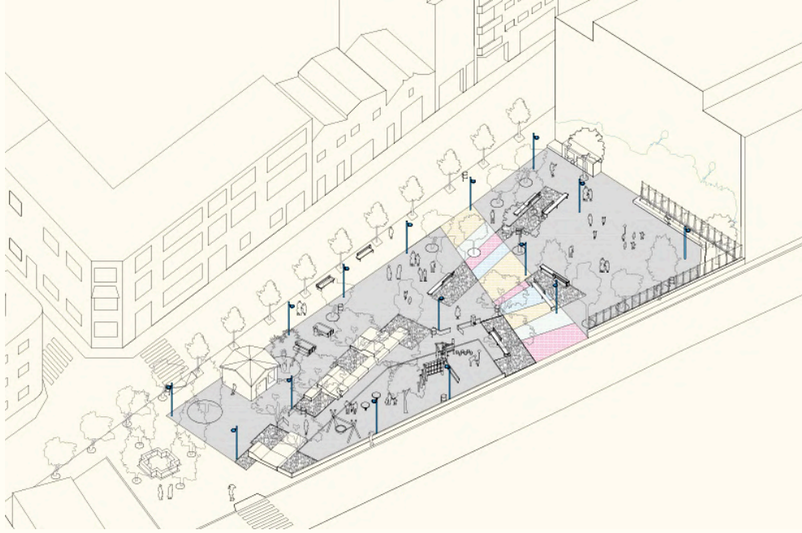


Figura 32: Perspectiva do projeto
Fonte: Equal Saree



Figura 33: Planta de implantação da praça
Fonte: Equal Saree







Dessa forma, o projeto foi pensado como um espaço recreativo em sua totalidade, promovendo atividades inclusivas e diversificadas, gerando espaços de convivência confortáveis junto à natureza. Para tal, a perspectiva feminina é fundamental, tanto ao longo do processo participativo, como também no desenvolvimento do projeto técnico. Ademais, reconhece as crianças como agentes ativos nas decisões sobre seus ambientes quotidianos, motivando um processo de aprendizagem para meninas e meninos.







Figura 34, 35, 36, 37, 38 e 39:
Praça d'en Baró, 2019
Fonte: Equal Saree

3.2 Requalificação Urbana da Lagoa do Tabapuá [CERTARE Engenharia e Consultoria]

Local: Fortaleza, Brasil

Ano: 2019

3.2 Requalificação Urbana da Lagoa do Tabapuá

O projeto de requalificação urbana da Lagoa do Tabapuá tem como principal objetivo promover a integração entre a população e o espaço público localizado no entorno da Lagoa. Para isso, as principais premissas do projeto foram propor usos diversificados ao longo do espaço, com o intuito de atrair diferentes públicos, e também valorizar o potencial paisagístico e hídrico que já existia no local. Assim, o projeto assegura uma sequencia de diferente usos, com o auxilio de uma paginação de piso diversificada, além de possuir um mobiliário urbano disposto nas principais áreas de estar e convivência, com a disponibilidade de placas indicativas.

Mesmo sendo um projeto urbano, uma edificação foi proposta afim de auxiliar na implementação de novos usos. Sua materialidade é composta por blocos de concreto, madeira, aço e vidro, estruturada de maneira que a cobertura elevada possibilita aproveitar recursos como ventilação e iluminação natural.

Os revestimentos utilizados no projeto foram o piso intertravado e o piso fulget, em tonalidades e cores diferentes, criando paginações de piso atrativas, com o intuito de gerar interesse aos usuários, auxiliando também na diferenciação dos usos nos espaços. É importante ressaltar que para esse projeto, as árvores já existentes foram uma forte diretriz de desenho.







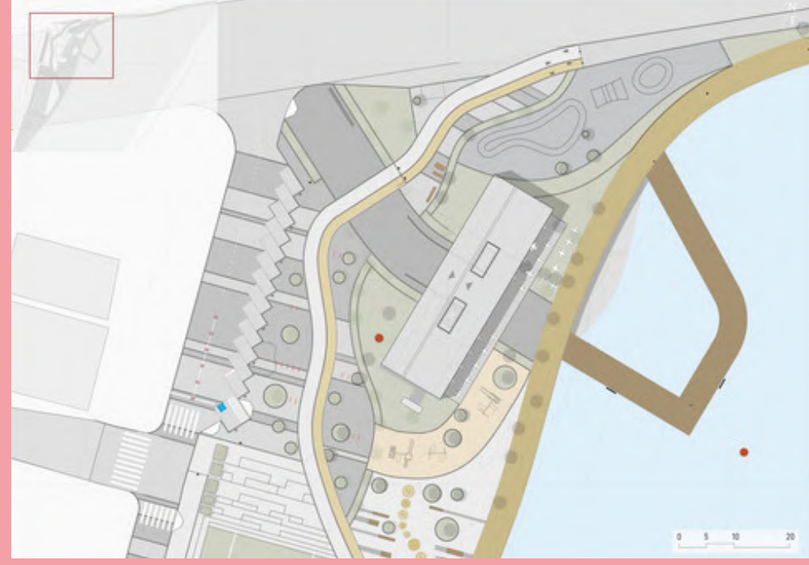






Figura 40, 41, 42, 43, 44 e 45: projeto de requalificação urbana
Fonte: Archdaily

3.3 Guarded Bus Stop [Eletromidia]

Local: Campinas/São Paulo/Rio de Janeiro, Brasil

Ano: 2023

3.3 Guarded Bus Stop

A empresa Eletromidia é especializada na veiculação de anúncios publicitários através de diversos canais. Seus anúncios estão presentes em transportes públicos, terminais rodoviários urbanos, edifícios, shoppings e aeroportos. A empresa tem como missão continuar crescendo e aprimorando suas operações, guiada pela criatividade, inovação e tecnologia, com o objetivo de oferecer soluções publicitárias cada vez mais eficazes.

Com o intuito de enfrentar o grave problema de assédio vivido quase diariamente por mulheres, o Guarded Bus Stop foi desenvolvido. A empresa tomou a iniciativa de equipar os pontos de ônibus com tecnologias que contribuem para aumentar a segurança das usuárias enquanto aguardam a chegada do transporte.

Para isso, os painéis, conhecidos como MUBs (totens clássicos ou "outdoors de chão"), exibirão uma mensagem perguntando se a pessoa precisa de companhia até a chegada do ônibus. Ao aceitar, uma chamada de vídeo será iniciada, e um funcionário aparecerá na tela para acompanhá-la enquanto aguarda o veículo. Os sensores de presença são ativados automaticamente com a diminuição do fluxo de pessoas. Com isso, os painéis publicitários eletrônicos presentes no ponto de ônibus se transformarão em um meio de comunicação com um atendente, tornando-o um acompanhante para quem está sozinha.

Os pontos de ônibus são equipados com internet 5G, para uma melhor conexão, tela touch screen, facilitando a interação e o acionamento do sistema, câmera noturna, aumentando a visibilidade do ambiente, além de imagens com alta qualidade e microfone, que permite uma comunicação eficiente com o atendente na tela. Também dispõem de iluminação LED adequada e opções de acessibilidade.

Por ser uma chamada de vídeo ao vivo, caso seja necessário, o atendente consegue solicitar ajudar através das autoridades do local. Segundo a empresa Eletromidia, nos testes realizados não houve essa necessidade, uma vez que a iluminação e a tecnologia implantada contribuem para desencorajar atos criminosos.

Mesmo tendo sido implantado recentemente no Brasil, o projeto de um “ponto de ônibus vigiado” pode ser facilmente aplicado em diversos municípios, auxiliando a combater atos de violência e assédio, proporcionando mais segurança, de uma forma viável e eficaz.

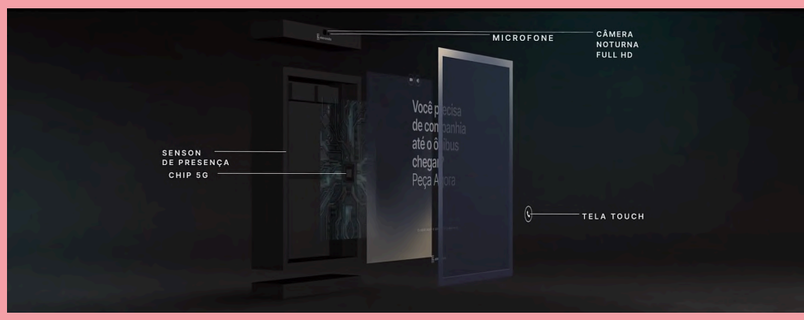










Figura 46: imagens do vídeo sobre o Guarded Bus Stop
Fonte: Reprodução Youtube

diagnóstico do local 4



4.1 localização

Com o intuito de compreender a situação atual da região onde o projeto será proposto, torna-se importante uma breve análise da sua localização. O município de Campo Grande situa-se na região central do Estado de Mato Grosso do Sul, com uma área territorial de 8.082,978 km², sendo a capital do estado desde sua divisão em 1977.

área urbana
252,63 km²

área territorial
8.082,978 km²

população
898.100 hab

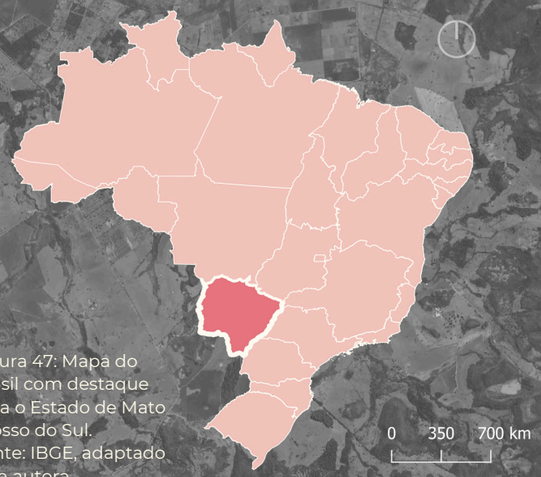


Figura 47: Mapa do Brasil com destaque para o Estado de Mato Grosso do Sul.
Fonte: IBGE, adaptado pela autora

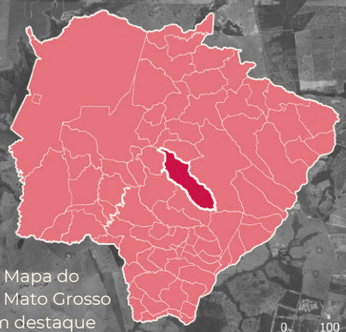


Figura 48: Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul com destaque para o Município de Campo Grande.
Fonte: IBGE, adaptado pela autora



Figura 49: Mapa do Município de Campo Grande com destaque para a área urbana.
Fonte: IBGE, adaptado pela autora

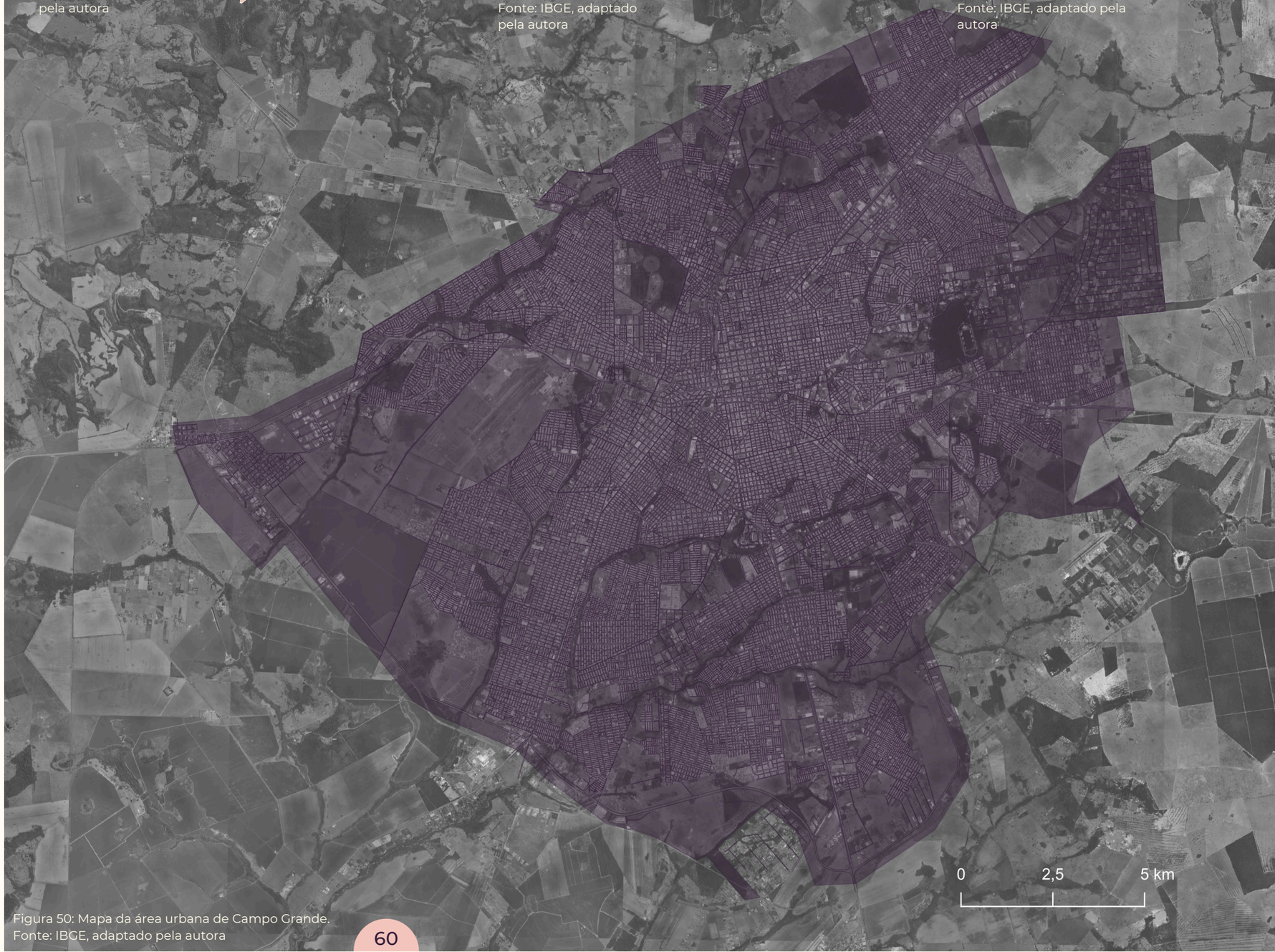


Figura 50: Mapa da área urbana de Campo Grande.
Fonte: IBGE, adaptado pela autora

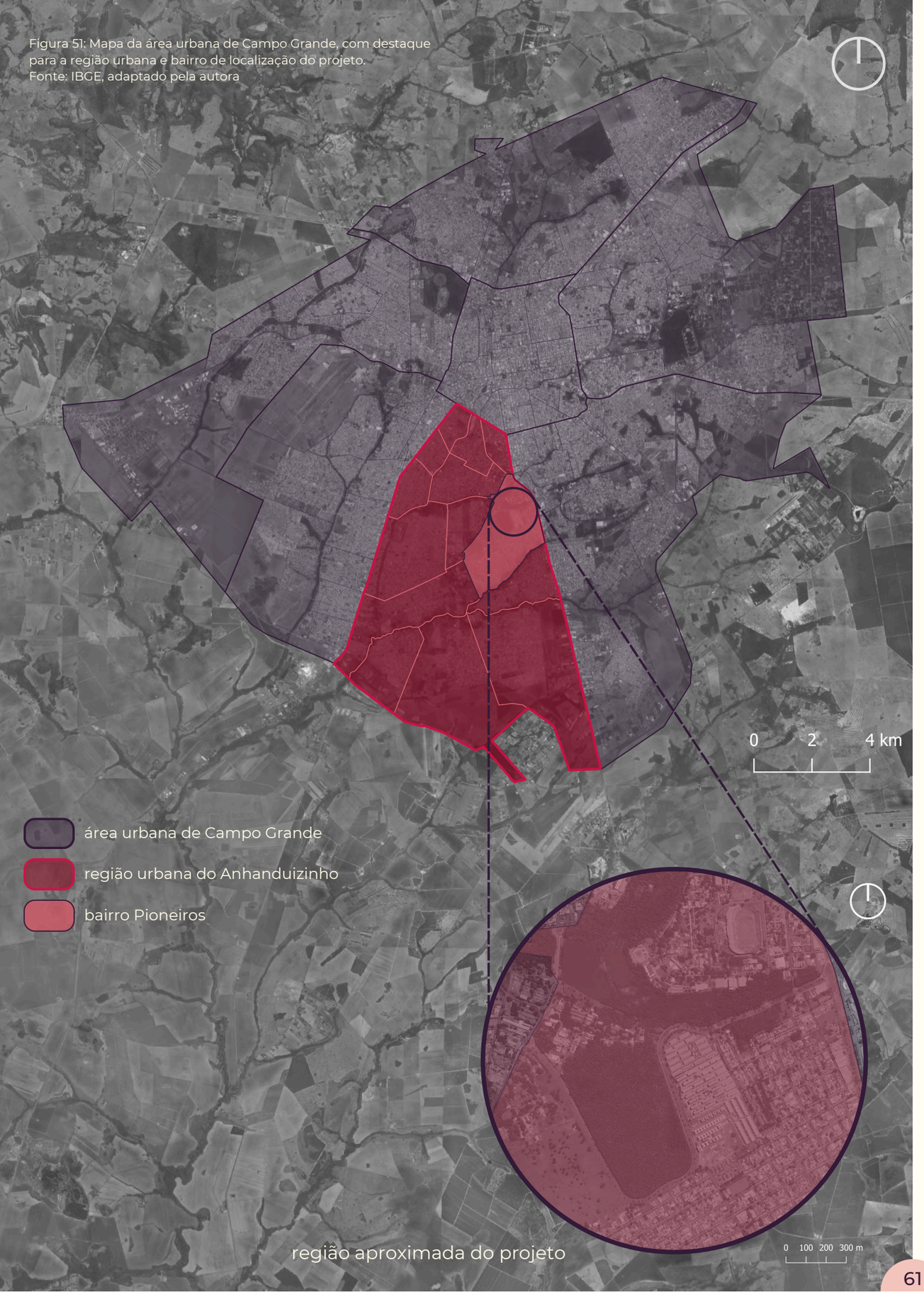


Figura 51: Mapa da área urbana de Campo Grande, com destaque para a região urbana e bairro de localização do projeto.
Fonte: IBGE, adaptado pela autora

De acordo com o IBGE (2022), a população do município de Campo Grande corresponde a 898.100 habitantes, gerando uma densidade demográfica de 111,11 hab/km². Ainda segundo os dados obtidos através do Censo Demográfico de 2022, o número de mulheres ultrapassa em mais de 36 mil o número de homens no município, representando 52% da população de Campo Grande.



Essa diferença vem aumentando em comparação ao Censo Demográfico de 2010, que apresentava 24 mil mulheres a mais do que os homens na época. **Mas onde estão as mulheres em Campo Grande?** Através de uma reportagem do site Campo Grande News (2023), foi possível perceber a divergência de locais onde elas são mais vistas, como mostra o trecho da notícia a seguir.

CAMPO GRANDE NEWS 25 ANOS — CONTEÚDO DE VERDADE

A dona de casa Fabiana [illegible], de 39 anos, tem percebido o cenário. “Eu percebo no Centro, nas escolas, no posto de saúde. Nunca parei para pensar sobre isso, mas percebo que tem mais mulher do que homem”, disse.!!!

Já o aposentado Airton [illegible], de 65 anos, acha ao contrário e defende seu grupo. “Acho que tem mais homem que mulher. Frequento os bailes à noite e só tem homem. Acho que é assim por falta de comunicação, as pessoas aqui não conversam muito”, pontua.

Figura 52: Trecho da reportagem
Fonte: Campo Grande News, adaptado pela autora

Observa-se que as mulheres são mais comumente encontradas em espaços relacionados ao cuidado, às atividades domésticas e à família, conforme discutido no primeiro capítulo do trabalho, enquanto os ambientes de lazer, especialmente à noite, são predominantemente frequentados por homens.

4.2 a universidade

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul possui um total de nove campi distribuídos ao longo de todo o Estado, com sua sede administrativa e campus principal em Campo Grande, conhecida como Cidade Universitária. O campus situa-se na região urbana do Anhanduizinho, no bairro Pioneiros e possui área de aproximadamente 1,58km², com um perímetro aproximado de 6,2 km.

De acordo com as informações disponibilizadas pela universidade, o campus é dividido em quatro setores que abrangem as edificações presentes ao longo de sua extensão. Para acessá-los, existem 5 portões disponíveis, conforme o mapa disposto, adaptado pela autora para melhor entendimento. A plataforma UFMS em números (2024), também apresenta dados sobre a parcela da população que frequenta o campus. Conforme disponibilizado pelo sistema, 8.729 mulheres estão presentes na Cidade Universitária, entre discentes, docentes e servidoras, representando 51,9% do total de pessoas vinculadas à universidade.

A partir desses dados e com o objetivo de obter resultados estatisticamente significativos através de um questionário destinado à percepção feminina do espaço, foi realizado um cálculo amostral, utilizando como base o total de 8729 mulheres como população homogênea, considerando um erro amostral de 5% e um nível de confiança de 90%, era necessário obter o mínimo de 170 respostas, que serão apresentadas a seguir.

calculadora amostral

população
8729

erro amostral (%)
5

nível de confiança
90%

distribuição da população
mais homogênea (80/20)

} 170 mulheres a serem entrevistadas



Figura 53: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

4.3 questionário em campo

Com o propósito de compreender a situação atual da região onde o projeto será proposto, foi elaborado um breve questionário para ser aplicado por toda a extensão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pensado para ser uma entrevista rápida com o público feminino que frequenta a universidade, as perguntas elaboradas foram:

Qual sua faixa etária?

Qual meio de locomoção você utiliza com mais frequência para chegar à UFMS?

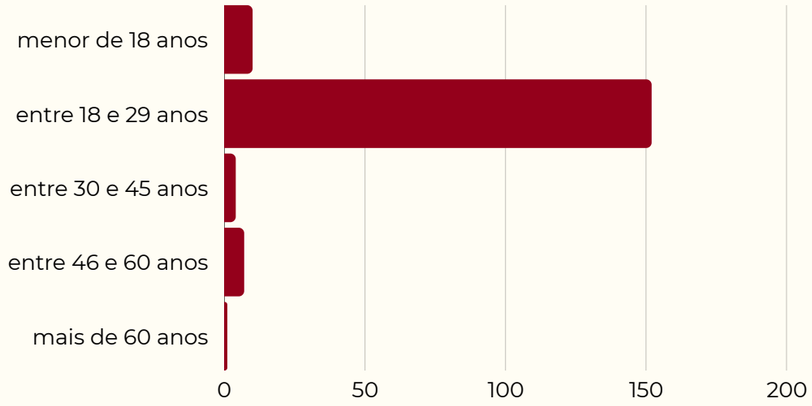
Qual entrada da UFMS você utiliza com mais frequência?

Qual(is) trecho(s) no entorno da UFMS você sente maior insegurança e/ou vulnerabilidade?

Dentre as perguntas, apenas a última dava a possibilidade de marcar mais de uma opção, obtendo um total de 285 respostas em relação aos trechos mostrados.

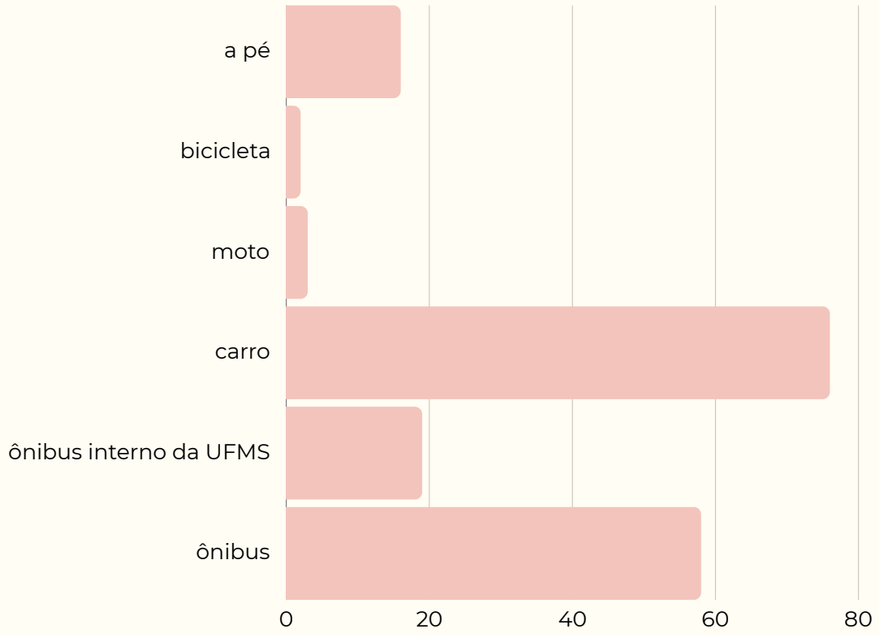
O percurso feito para obter as respostas compreendeu toda a extensão da Cidade Universitária da UFMS, a fim de captar o público que utiliza os trechos de todo o entorno da universidade. Ao todo, 174 mulheres foram entrevistas, abrangendo acadêmicas, docentes e servidoras, e os resultados obtidos foram:

Qual sua faixa etária?



A maioria das entrevistadas estavam caminhando pelo campus ou próxima aos blocos de seus respectivos institutos, sendo estas estudantes, o que justifica a grande porcentagem de respostas **entre 18 e 29 anos.**

Qual meio de locomoção você utiliza com mais frequência para chegar à UFMS?



Dentre as entrevistadas, **43,6%** utilizam o **carro** e **33,3%**, o **ônibus** como meio de locomoção mais frequente para chegar à UFMS, enquanto que **10,9%** utilizam o **ônibus interno da UFMS** e **9,1%** chegam ao campus **à pé**.

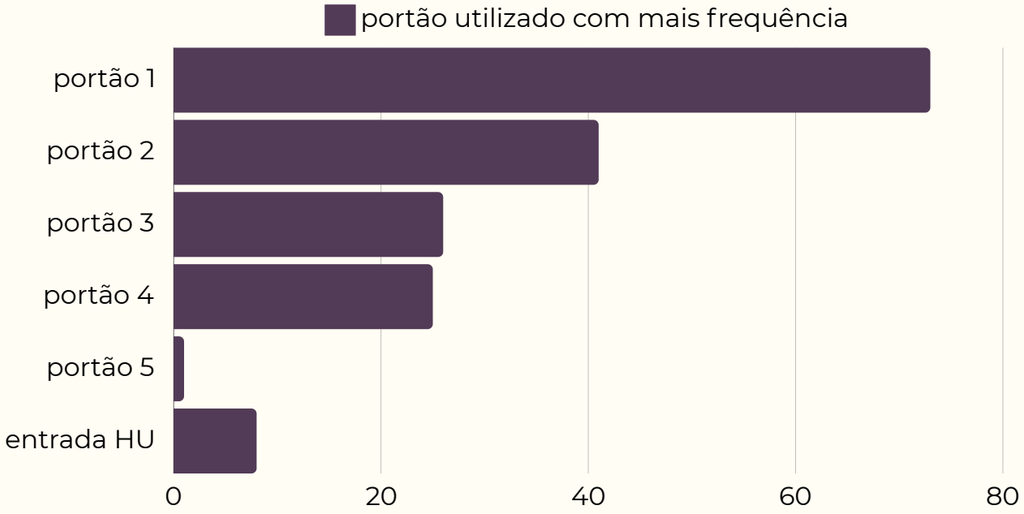
Mapa utilizado no questionário



Figura 54: Mapa para o questionário
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

O questionário contava com um mapa de localização, que identificava os portões, além de determinar trechos do entorno da universidade que ligavam essas entradas entre si.

Qual entrada da UFMS você utiliza com mais frequência?



A entrada mais utilizada é o **portão 1,** que foi escolhido por **41,9%** das entrevistadas. Esse portão é denominado como principal e fica localizado próximo à reitoria e ao monumento símbolo da UFMS, possuindo uma boa infraestrutura para os veículos motorizados que adentram ao campus, enquanto que o pedestre precisa se atentar por conta da via arterial e rápida que existe no entorno.



Figura 55: Portão 1
Fonte: Google Street View, 2024

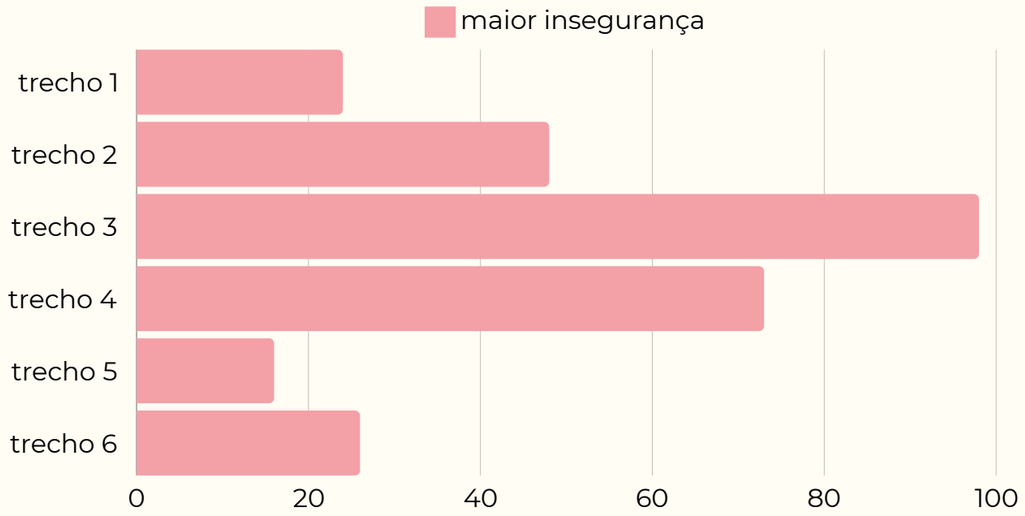
Mapa utilizado no questionário



Figura 56: Mapa para o questionário
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

Utilizando o mapa disponibilizado no questionário, as mulheres entrevistadas puderam analisar o trecho no qual elas sentem maior insegurança e vulnerabilidade.

Qual(is) trecho(s) no entorno da UFMS você sente maior insegurança e/ou vulnerabilidade?



Nessa questão, era possível marcar mais de uma das alternativas que continham os trechos estabelecidos no mapa, resultando em um total de **285 respostas**, ou seja, ao menos 2/3 (dois terços) das entrevistadas escolheram mais de um trecho. O trecho considerado mais vulnerável e inseguro foi o **trecho 3,** localizado na região sul do entorno da UFMS, sendo o maior em extensão quando analisamos as entradas mais próximas a ele.



Figura 57: Trecho 3
Fonte: Google Street View, 2024

4.4 o trecho escolhido

Com o intuito de compreender melhor a dinâmica da extensão indicada para intervenção, a fim de definir pontos estratégicos para o projeto, apresenta-se o diagnóstico da área, com base no trecho escolhido.

O trecho 3 fica localizado entre o portão 3 e o portão 4 da UFMS, e possui uma extensão de aproximadamente 3,9 km. É composto em sua maioria pela Avenida Senador Antônio Mendes Canale, além da rua Portuguesa e de parte da Avenida Senador Filinto Muller. Sua longa dimensão e a falta de entradas ao longo do caminho dificultam a conexão do entorno com a parte interna da universidade, fazendo com que o trecho se torne inseguro e predominantemente utilizado por veículos motorizados. Além disso, o trecho abrange a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), uma área de preservação de 50 hectares presente dentro dos limites do campus.

Analisando a evolução urbana da região, nota-se que seu desenho urbano foi desenvolvido a partir da delimitação da área a ser preservada. Entretanto, o traçado proposto provocou perda de vegetação, diminuindo a área dedicada inicialmente à UFMS. Percebe-se também o início das construções das moradias do entorno da via traçada, auxiliando na expansão populacional na região.

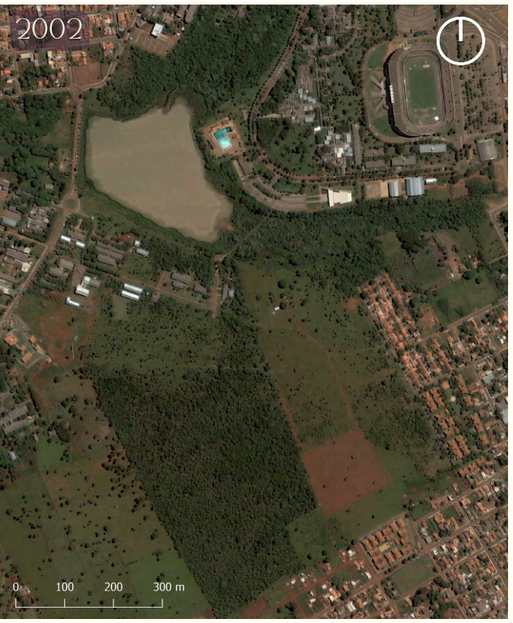






Figura 58, 59, 60 e 61: Evolução urbana da região
Fonte: Google Earth



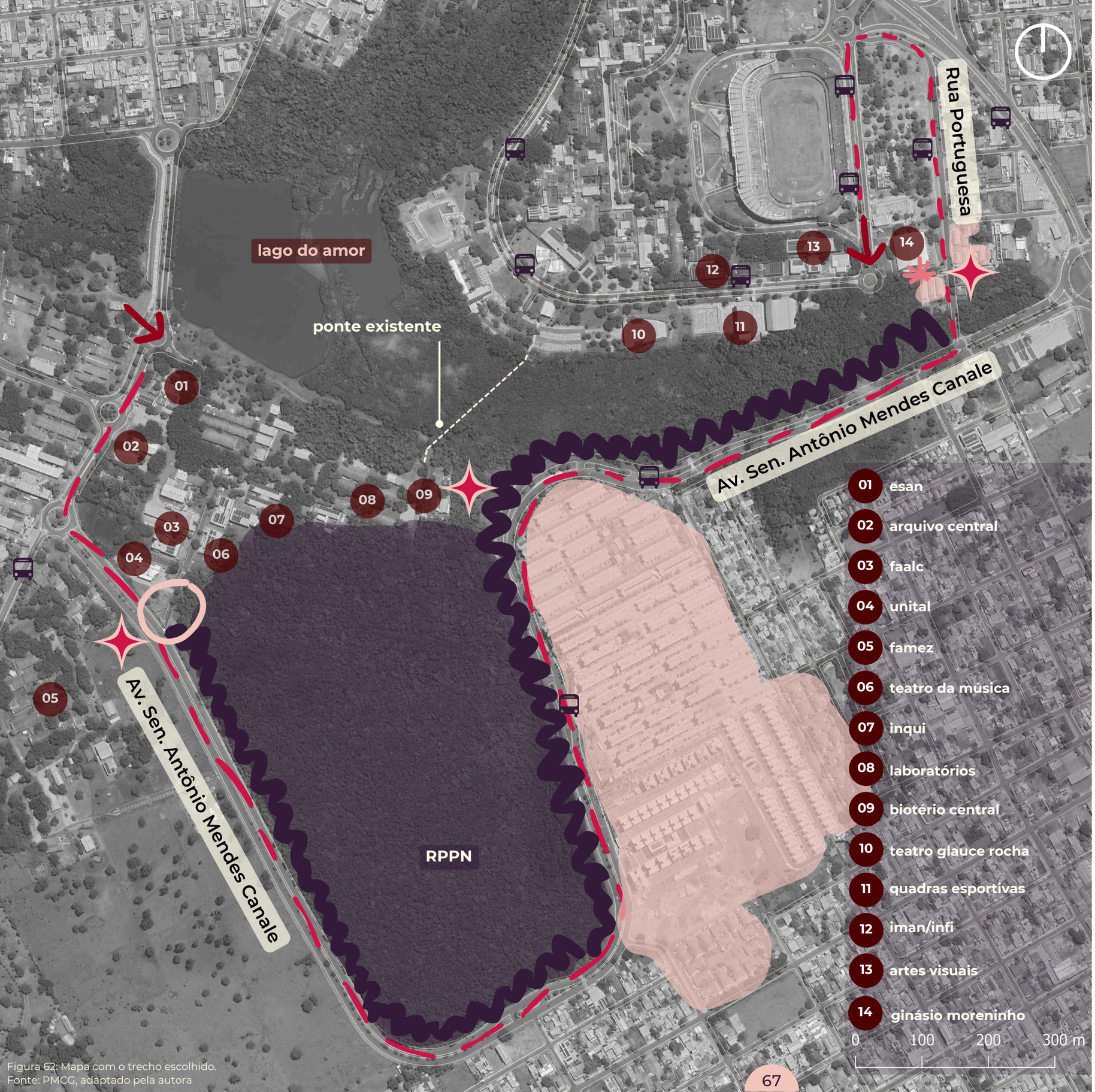


Figura 62: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

situação atual

Aproximando-se do trecho escolhido, é possível fazer uma análise espacial, considerando seus elementos, como a presença de uma barreira vegetativa, vias largas e calçadas com pouca infraestrutura, além das edificações e espaços importantes dentro do perímetro da universidade. O trecho também apresenta alguns pontos com potencial projetual, como uma rua sem saída, portão em desuso e uma área com menor densidade vegetativa, situados no decorrer do trajeto.

- Entradas da UFMS
- Portão fechado
- Barreira vegetativa
- Trajeto entre as entradas atuais
- Rua sem saída
- Ponto de ônibus
- Condomínios residenciais
- Reserva Particular do Patrimônio Natural
- Local estratégico

Rua Portuguesa

ponte existente

Av. Sen. Antônio Mendes Canale

Av. Sen. Antônio Mendes Canale

0 100 200 300 m

Figura 63: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

principais áreas de intervenção

Analisando o trecho, é possível notar algumas áreas com potencial para intervenções urbanas mais especificas, que estarão dispostas no trabalho após o diagnóstico do trecho a seguir. É importante ressaltar que as intervenções a serem propostas se aplicam ao longo de todo o trecho, e por conta disso as áreas de projeto foram pensadas de forma estratégica, com a finalidade de abranger ao máximo sua extensão.



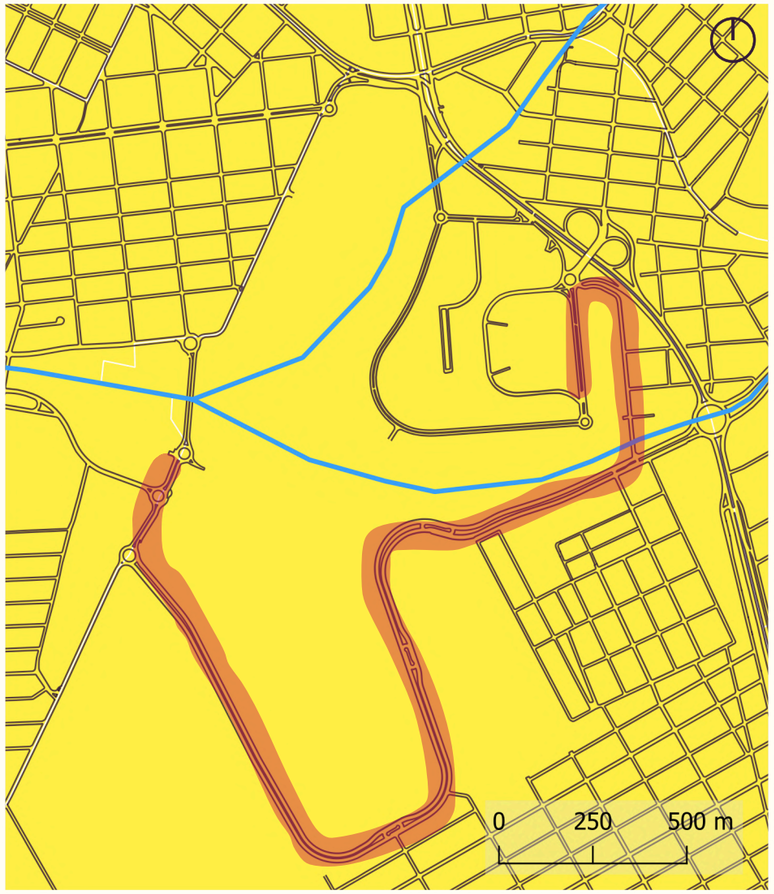
Fonte: Arquivo pessoal, 2024.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024



Fonte: Google Street View, 2024



macrozona urbana

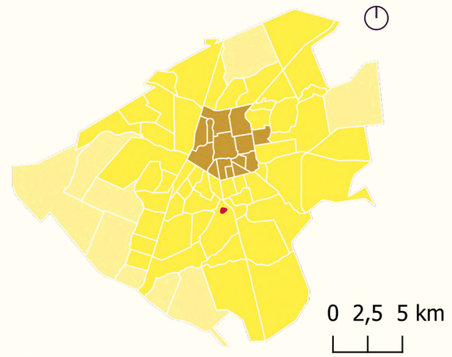
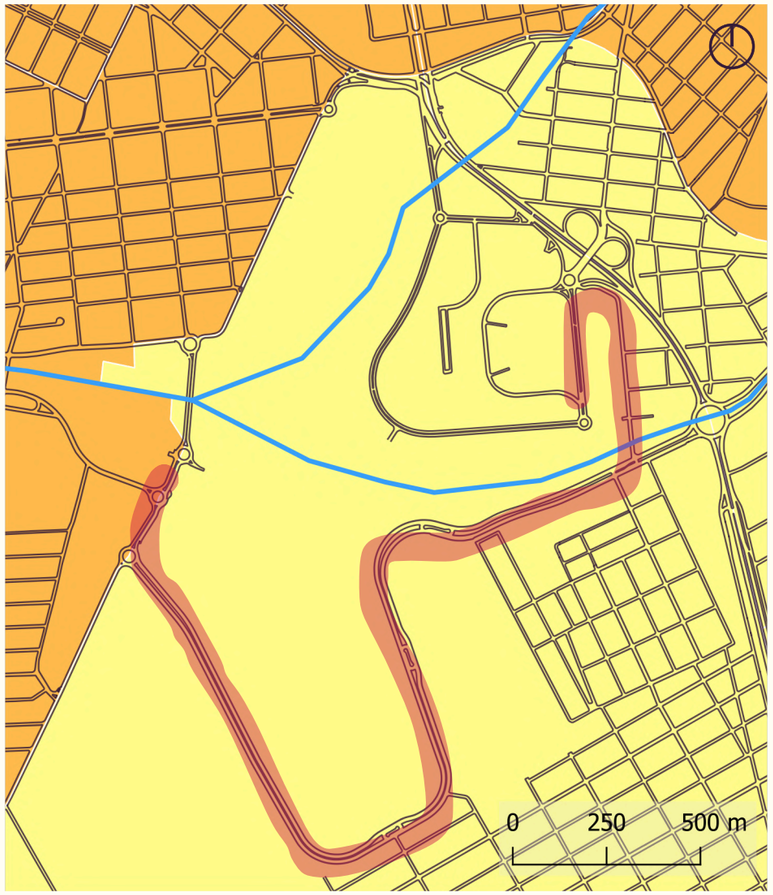


Figura 64: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

legislação

De acordo com o Plano Diretor de Campo Grande, o macrozoneamento urbano auxilia nas diretrizes relacionadas ao uso e ocupação do solo. No caso do trecho escolhido, que situa-se na **macrozona 2**, é estimulado seu adensamento e a ocupação de lotes vazios. O trecho também está presente na **zona urbana 4,** que reforça o incentivo a usos diversificados, como comércios e serviços. Em relação ao zoneamento ambiental, o trecho está localizado na **zona ambiental 4**, que possui índice de relevância ambiental 0,4 e taxa de permeabilidade de 30%, o que mostra como a permeabilidade do local é um fator importante, dado sua porcentagem.



zona urbana

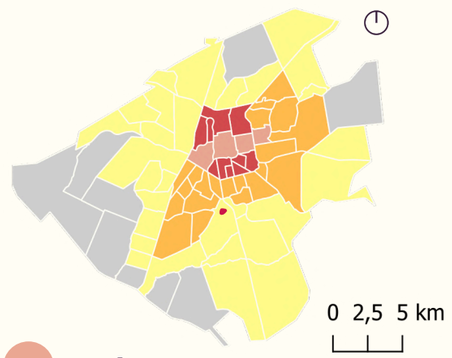
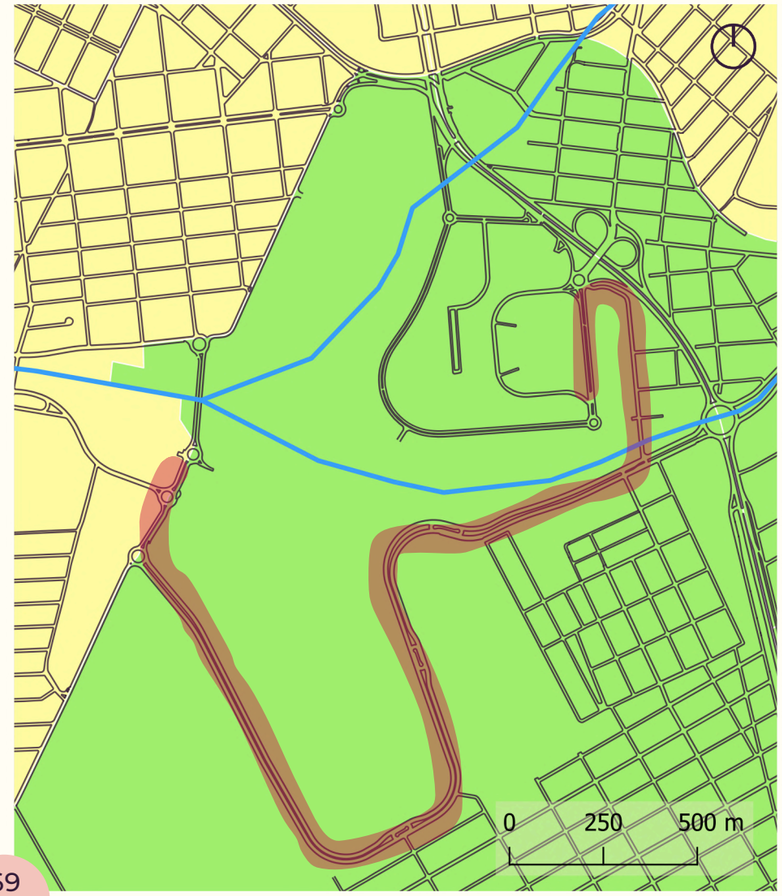


Figura 65: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora



zona ambiental

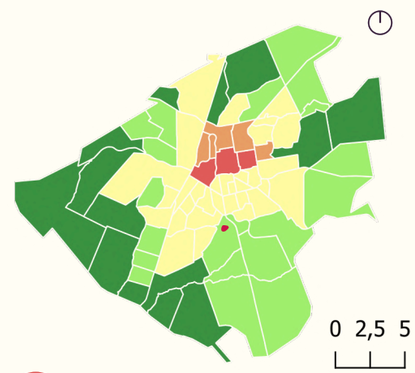
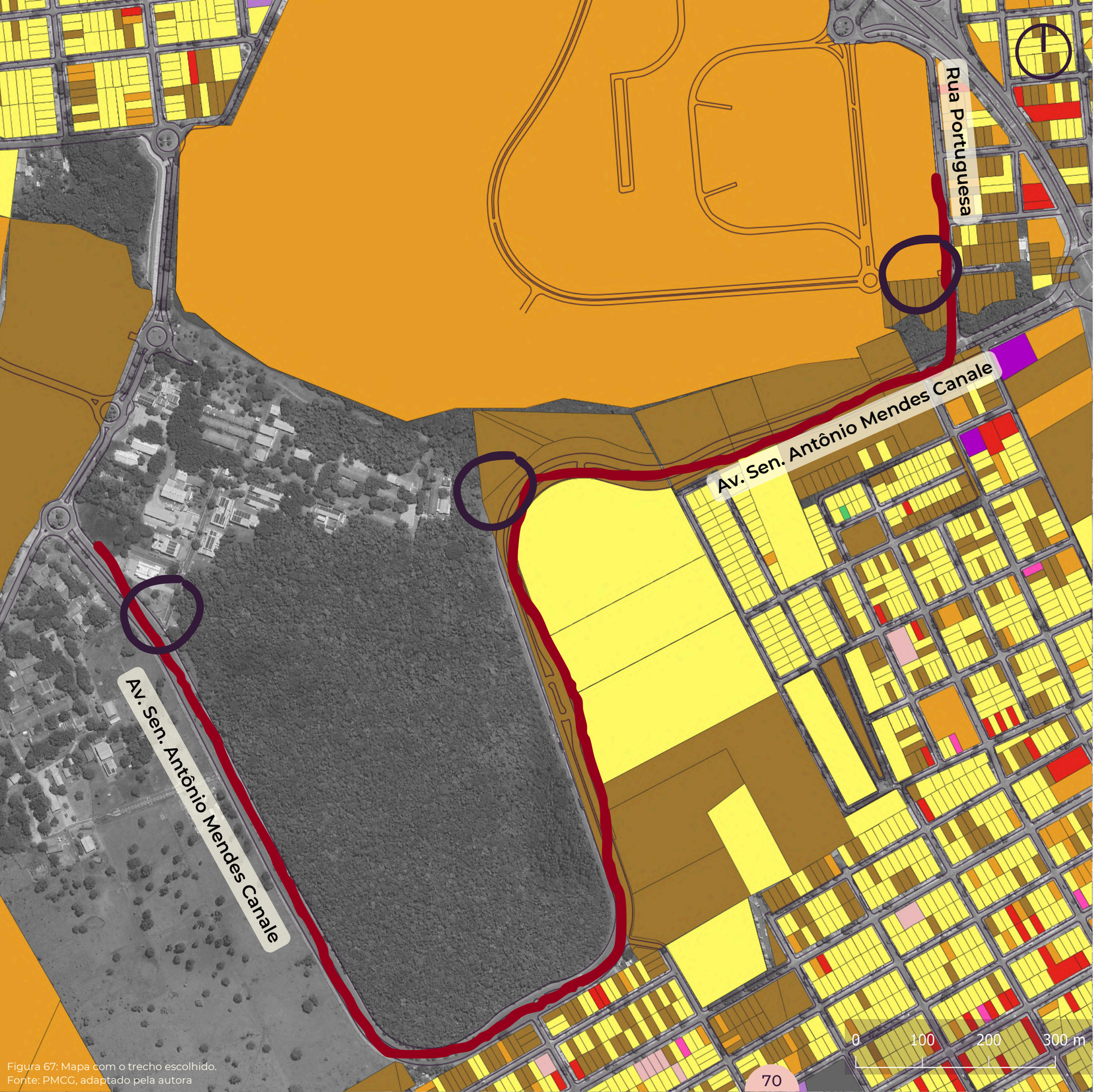


Figura 66: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

uso e ocupação do solo

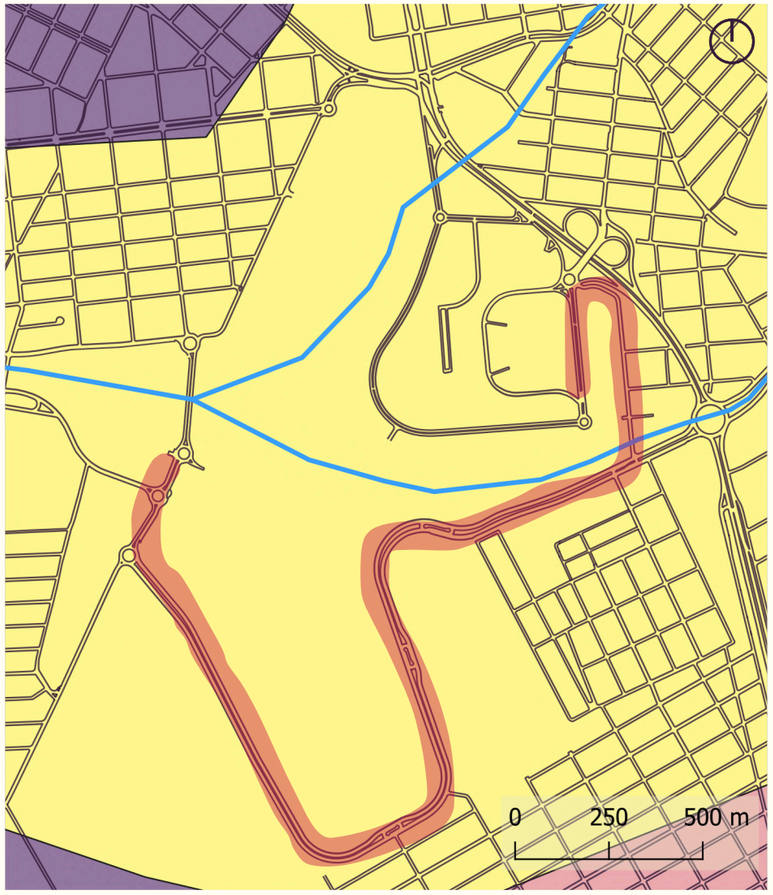
A partir do uso e ocupação do solo nota-se que o entorno do trecho é predominantemente residencial, com alguns lotes comerciais e de serviço na porção sudeste. Ao longo do trecho também existe uma predominância de lotes territoriais, com alguns lotes classificados de maneira errônea, visto que já existem construções no local.

Considerando que o zoneamento urbano estimula uma ocupação diversificada no local, propor usos comerciais, de serviços e mistos nos lotes vazios atrairiam mais pessoas a utilizar esse trajeto.



serviços
comercial
residencial
industrial
religioso
misto
territorial
áreas de projeto
trecho

Figura 67: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

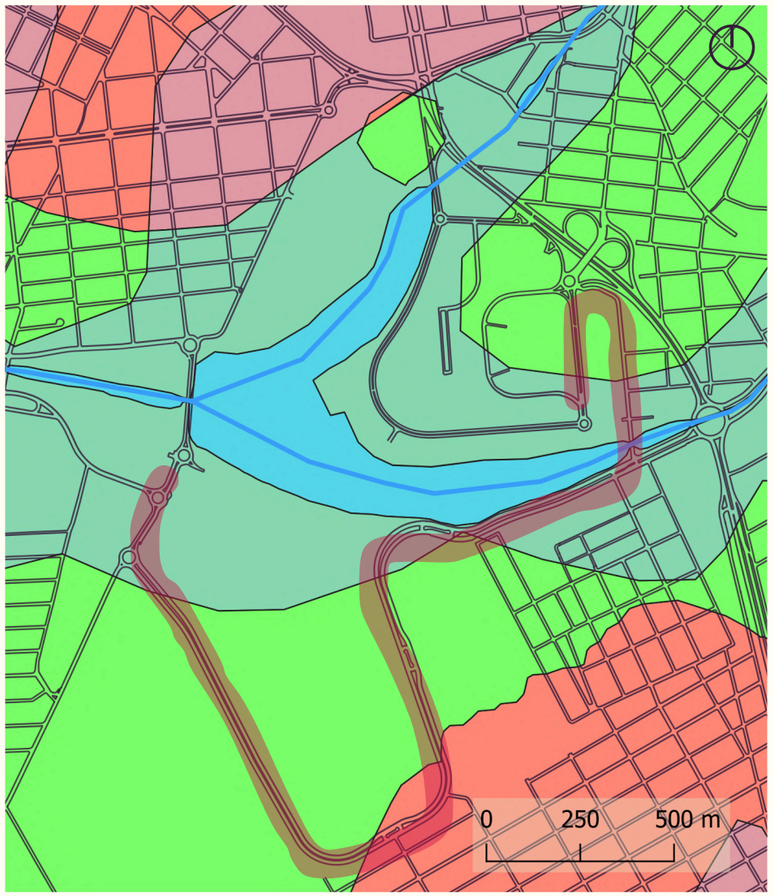


grau de criticidade	bacia	problemas atuais e potenciais
I	bandeira	• alagamentos, inundações e enchentes em vários pontos; • sistemas de microdrenagem insuficiente em vários pontos; • bocas-de-lobo assoreadas, com localização e distribuição irregular.

Figura 68: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

carta de drenagem

A carta de drenagem também é um documento importante, que auxilia na formulação de diretrizes para o projeto. O trecho encontra-se na bacia do bandeira, classificada com o grau de criticidade I, e próximo a regiões de grau de criticidade II e V. As principais problemáticas são a ocorrência de alagamentos e inundações por conta da insuficiência de sistemas de microdrenagem. Com isso, alguns serviços necessários são o desassoreamento, a limpeza e desobstrução dos sistemas de microdrenagem, além de seu alargamento e aprofundamento.



unidade homogêneas	problemas atuais e potenciais
I A	• dificuldade de infiltração de efluentes e águas pluviais; • Empoçamentos localizados associados à baixa declividade;
I B	
III B	• dificuldade de infiltração de efluentes e de águas pluviais; • ocorrência de solos moles;
IV	• ocorrência de inundação; • degradação de matas ciliares

Figura 69: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

carta geotécnica

A carta geotécnica é um instrumento que também auxilia na delimitação de possíveis usos para o território, apresentando diretrizes para intervenções, considerando as características do solo. O trecho comporta as unidades I A, I B, III B e IV. As principais problemáticas estão apresentadas na tabela ao lado. Dentre as recomendações apresentadas para as unidades I e III estão considerar a taxa de infiltração da área nos projetos, implantar sistema de drenagem de águas pluviais, enquanto que a unidade IV, que permeia o curso d'água, sugere a priorizar o uso para parques lineares e áreas de preservação e adotar técnicas que atuem e controlem os processos erosivos.



Figura 70: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

zona de interesse ambiental

Percebe-se como a vegetação existente no local cria uma espécie de barreira, o que prejudica a permeabilidade, tanto física como visual, que intensifica a sensação de insegurança no trecho. Logo, para propor intervenções, é necessário verificar as zonas especiais de interesse ambiental (ZEIAs) que abrangem a área.

O trecho compreende a ZEIA 1, que classifica as áreas de preservação permanente com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem e a biodiversidade, que no caso da região, abrange o córrego bandeira, a ZEIA 2, que é formada por áreas compostas por remanescentes de vegetação, podendo ser utilizada para edificação, como é o caso do local, e a ZEIA 3, que são partes do território com características naturais relevantes, sendo seu principal objetivo a proteção da área, e por isso seus usos e atividades são mais restritas, visando sua conservação.

Posto isso, inicia-se a definição das áreas mais aproximadas para intervenção, respeitando as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Campo Grande, Lei Complementar n° 341 de 4 de dezembro de 2018.

topografia

A topografia ao longo do trecho varia por conta da presença do córrego bandeira, fazendo com que as menores cotas estejam mais próximas à ele. Apesar da diferença entre a altura das cotas ao longo do trecho, esse desnível não é tão perceptível quando analisamos o corte AA, por conta da distância entre as curvas mestras. Já no corte BB, mais próximo ao córrego, onde as curvas são mais próximas, nota-se um declive um pouco maior.

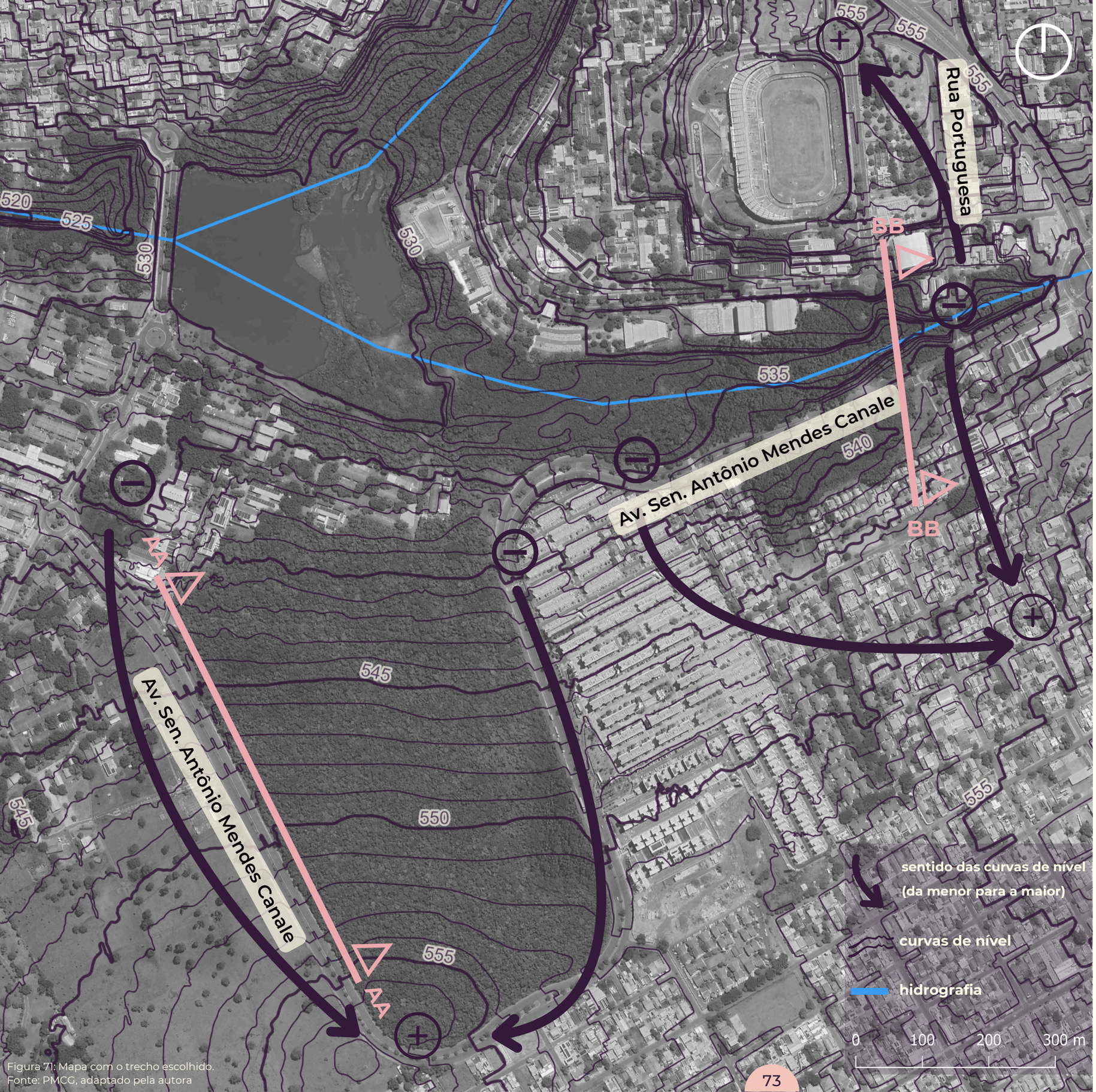
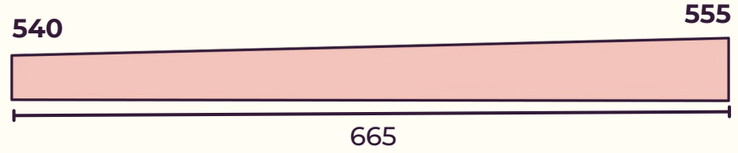


Figura 71: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

Corte AA



Corte BB

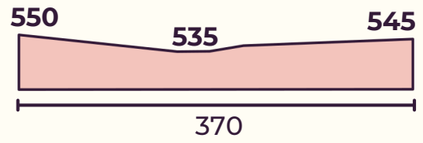


Figura 72: Cortes esquemáticos.
Fonte: elaborado pela autora

sistema viário

Para auxiliar nas intervenções urbanas, é necessário compreender o fluxos do local, tanto de modo motorizado como não motorizado. Com a hierarquização viária, percebe-se que o trecho é delimitado por vias arteriais e coletoras.



Figura 73: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

I



II



III



Figura 74: imagens do trecho
Fonte: Google Street View, 2024

mobilidade

Grande parte do trecho é delimitado por uma via arterial que prioriza mais os veículos motorizados do que os pedestres, com largas faixas de rolamento e faixas de estacionamento inutilizadas em vários pontos. As calçadas também possuem dimensões insuficientes para um fluxo confortável, além da falta da ciclovia que obriga os ciclistas a trafegarem junto aos carros.

Percebe-se também que próximo a via coletora que abrange uma parte do trecho, existe um grande número de calçadas degradadas, sem infraestrutura e sem continuidade, dificultando a passagem segura dos pedestres.



Figura 75: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora









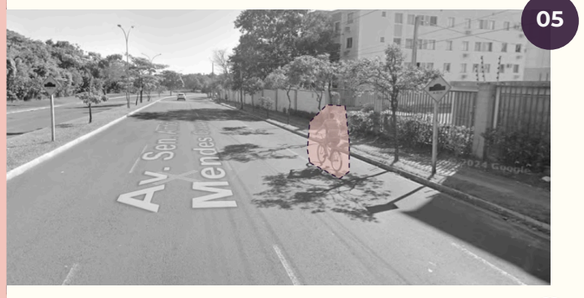








Figura 76: imagens do trecho
Fonte: Google Street View, 2024



Figura 77: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

propostas e intervenções

As principais intervenções nas áreas propostas têm como principal objetivo **conectar** a via de entorno com a área interna da UFMS, de forma **segura** e **acessível**, facilitando o fluxo do local, atraindo mais **diversidade** de pessoas e atividades, além de respeitar os limites ambientais existentes.

Para isso, as áreas propostas possuem alto potencial, por conta de sua localização no trecho, proximidade com o interior e possibilidades de desenhos que se conectem com o que já existe no local.

Trecho de intervenção

Portão existente

Proposta de nova entrada e fluxo

projeto 5



5.1 diretrizes conceituais

Para o desenvolvimento do projeto, utilizou-se como base principal três conceitos que se desmembraram em mais três, que nortearão as propostas.

I. **Segurança:** partindo do entendimento de que a segurança para o corpo feminino é constatada de formas diferentes, toma-se como base o conceito de segurança proposto por Jane Jacobs, que baseia-se na presença de “olhos na rua”, ou seja, atrair pessoas para o espaço.

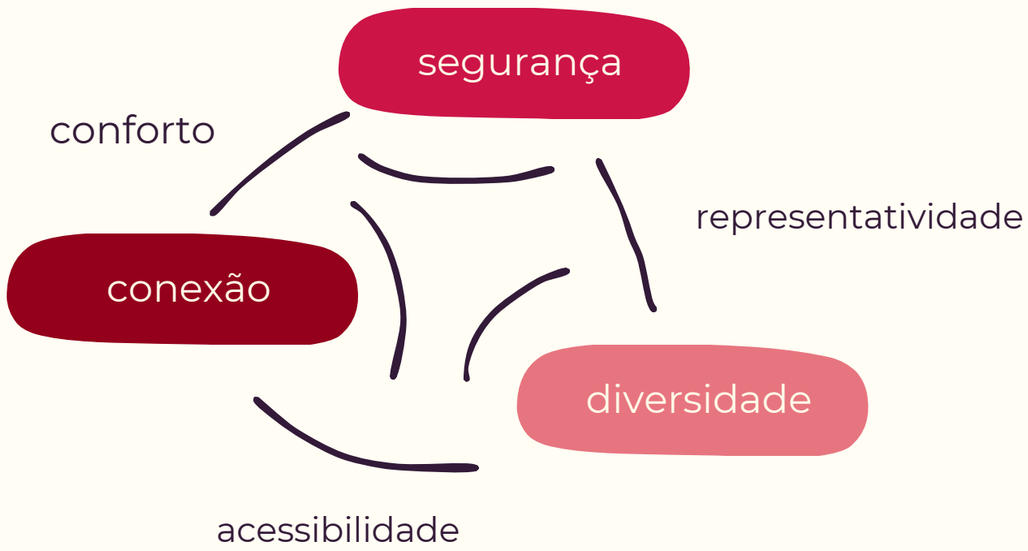
II. **Conexão:** com o intuito de vencer as barreiras existentes no local, a ideia de conectar áreas foi um ponto importante, desde a escolha das áreas até o resultado final do desenho urbano.

III. **Diversidade:** a ideia de diversidade no projeto não refere-se apenas aos usos e atividades propostas e pensadas para cada área, mas também na diversidade de pessoas, visando com isso espaços igualitários.

IV. **Conforto:** o conceito é aplicado ao projeto tanto no sentido da ambiência, buscando sombreamentos que ainda permitam uma permeabilidade visual, mas também do sentimento de pertencer ao local e sentir-se confortável com isso.

V. **Acessibilidade:** o projeto busca ser acessível através de seu desenho, com dimensões adequadas, mas também acessível para se chegar até as áreas propostas.

VI. **Representatividade:** no início do desenvolvimento do projeto, através do questionário, a participação feminina foi de suma importância na tomada de decisões, as propostas visam intensificar essa ideia.



5.2 diretrizes projetuais

novas entradas ao longo do trecho, com áreas atrativas para permanência e de passagem.	**segurança**	**conforto**
	conexão	**acessibilidade**
redimensionamento das vias do trecho, priorizando a mobilidade não motorizada	**segurança**	**conexão**
		acessibilidade
projeto de ciclovia no canteiro central da via arterial, ligando com ciclovias já existentes no entorno	**conexão**	**segurança**
mobiliários de segurança, como pontos de ônibus e totens com geolocalização, iluminação, câmeras e telas interativas para comunicação e pedidos de ajuda em caso de situações de insegurança	**segurança**	**conforto**
mobiliário expositivo com a história de mulheres importantes na história de Campo Grande e do Mato Grosso do Sul, dispostos de forma a criar um trajeto que liga as novas entradas propostas	**representatividade**	**conexão**
	diversidade	
novas estruturas para guaritas e implementação de banheiros públicos	**segurança**	**acessibilidade**
		diversidade
escolha de pisos permeáveis para as áreas de projeto e materiais construtivos de fácil montagem, com o mínimo de interferência possível nas áreas verdes existentes	**conforto**	**conexão**
proposta de usos comerciais, de serviço e mistos para os lotes vazios existentes ao longo do trecho, respeitando a legislação vigente, atrair mais pessoas	**diversidade**	**segurança**

diretrizes para o percurso

O percurso entre as áreas de projeto se estende por 2,8 km e é composto pela via arterial Av. Sen. Antônio Mendes Canale e pela via coletora Rua Portuguesa. Analisando o caminho e sua mobilidade, percebe-se algumas problemáticas recorrentes, e com isso, busca-se a partir de diretrizes minimizá-las. Ademais, as propostas de perfis viários como modelo de aplicação tanto para a via arterial como para via coletora mostram as possibilidades de projeto no trecho.



Figura 78: Mapa com o trecho escolhido.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

Via arterial
Av. Sen. Antônio Mendes Canale

problemáticas	diretrizes
calçadas degradadas e com área de caminhabilidade reduzida;	redimensionar a área caminhável das calçadas, delimitando áreas para canteiros, auxiliando nos processos de drenagem, e para o piso tátil;
faixa de estacionamento pouco utilizada;	utilizar o espaço da faixa de estacionamento para redimensionar o canteiro central, com o intuito de implementar uma ciclovia, conectando-a com as existentes mais próximas, localizadas na Av. Senador Filinto Muller e Av. Costa e Silva;
falta de iluminação;	implementar postes de iluminação voltada ao pedestre;
a vegetação densa gera sensações de insegurança;	implementar os dispositivos de segurança ao longo de todo o trecho, que auxiliam em uma comunicação rápida e segura







Figura 79: imagens do trecho
Fonte: Google Street View, 2024

Via coletora
Rua Portuguesa

problemáticas	diretrizes
calçadas degradadas e sem infraestrutura	redimensionar as calçadas, delimitando áreas para canteiros, auxiliando nos processos de drenagem, e para o piso tátil;
sensação de insegurança por falta de iluminação adequada e muros altos	o projeto da área visa atrair mais pessoas a fim de gerar mais “olhos na rua”, além de implementar dispositivos de segurança, que auxiliam em uma comunicação rápida e segura
pontos de alagamento, dado a proximidade do córrego	implementar sistemas de drenagem para auxiliar os já existentes, como jardins de chuva e biovaletas
a calçada próxima ao córrego não possui guarda-corpo, gerando risco de queda	implementar guarda-corpo nas proximidades do córrego, com a dimensão correta das calçadas

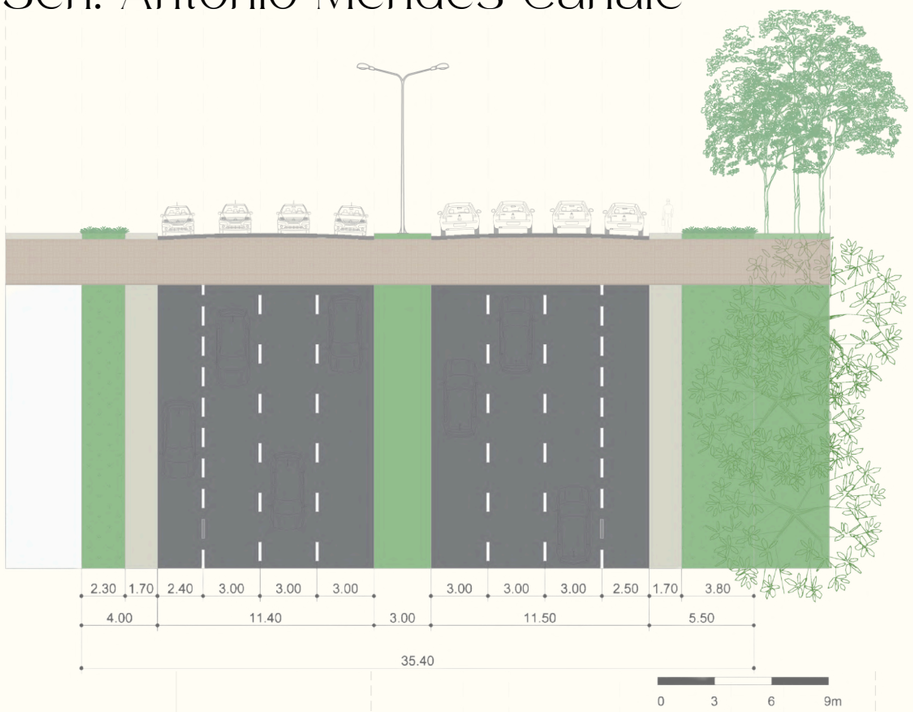


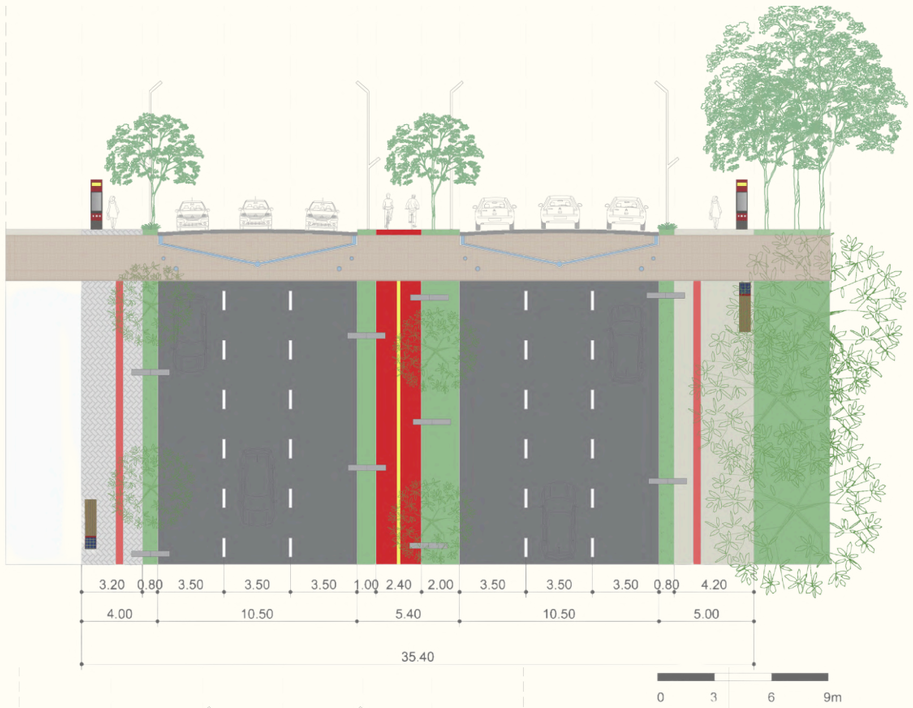




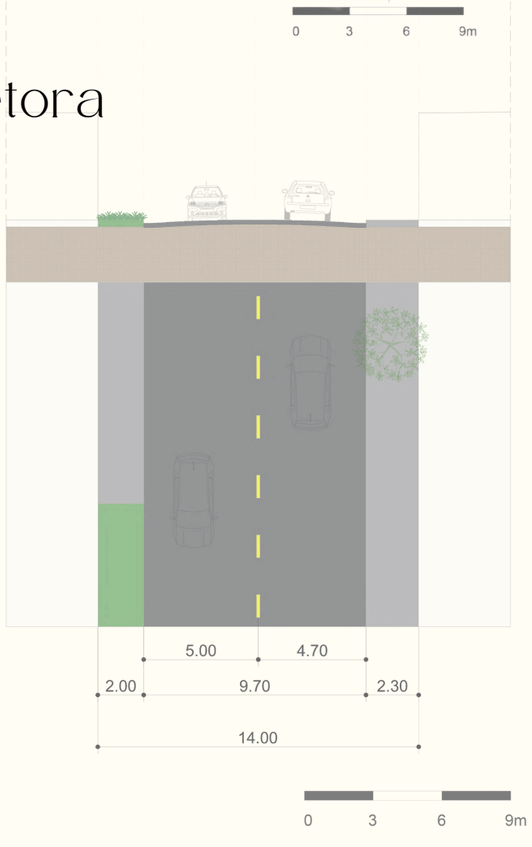
Figura 80: imagens do trecho
Fonte: Google Street View, 2024

modelo da via arterial
Av. Sen. Antônio Mendes Canale





modelo da via coletora
Rua Portuguesa



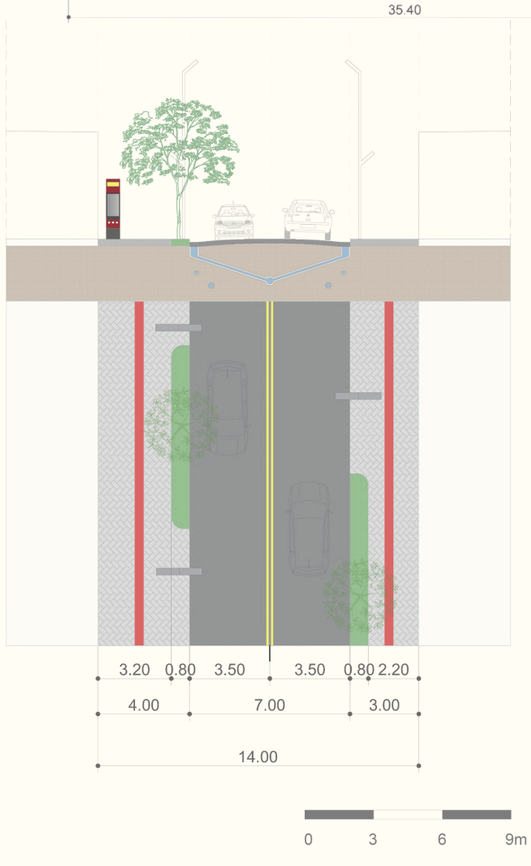


Figura 81: perfis viários
Fonte: elaborado pela autora, 2024

5.3 o projeto

Seguindo as diretrizes conceituais e projetuais apresentadas e com o objetivo de aplicá-las de forma mais direta, as áreas delimitadas a seguir foram escolhidas por motivos estratégicos, atendendo alguns critérios como:

1	Estar presente no trecho escolhido
2	Ter a possibilidade de se conectarem, tanto pelos caminhos internos da universidade, como também pela parte externa, através do trecho
3	Ter a possibilidade de conexão entre os espaços internos e externos

A proposta do projeto define-se como um **conjunto de intervenções urbanas que busca promover a segurança por meio de novas conexões**, com o objetivo de superar barreiras existentes por meio de pontos estratégicos. As áreas escolhidas, suas problemáticas e diretrizes serão detalhadas a seguir. Contudo, é importante destacar que, apesar das especificidades de cada área, algumas intervenções se repetem devido a demandas comuns identificadas.

Os mobiliários urbanos elaborados para o projeto desempenham um papel fundamental ao assegurar **segurança, informação e conforto** aos usuários. Devido à escala e abrangência do projeto, esses elementos serão apresentados de forma mais detalhada ao longo do capítulo, destacando sua contribuição para a integração e funcionalidade dos espaços propostos.

Assim, o projeto reforça a relevância de intervenções urbanas planejadas para atender às necessidades da região, promovendo conectividade, segurança e bem-estar no ambiente urbano, para que todos possam vivenciá-lo da melhor forma.



Figura 82: Mapa perspectivado
Fonte: Google Earth, adaptado pela autora

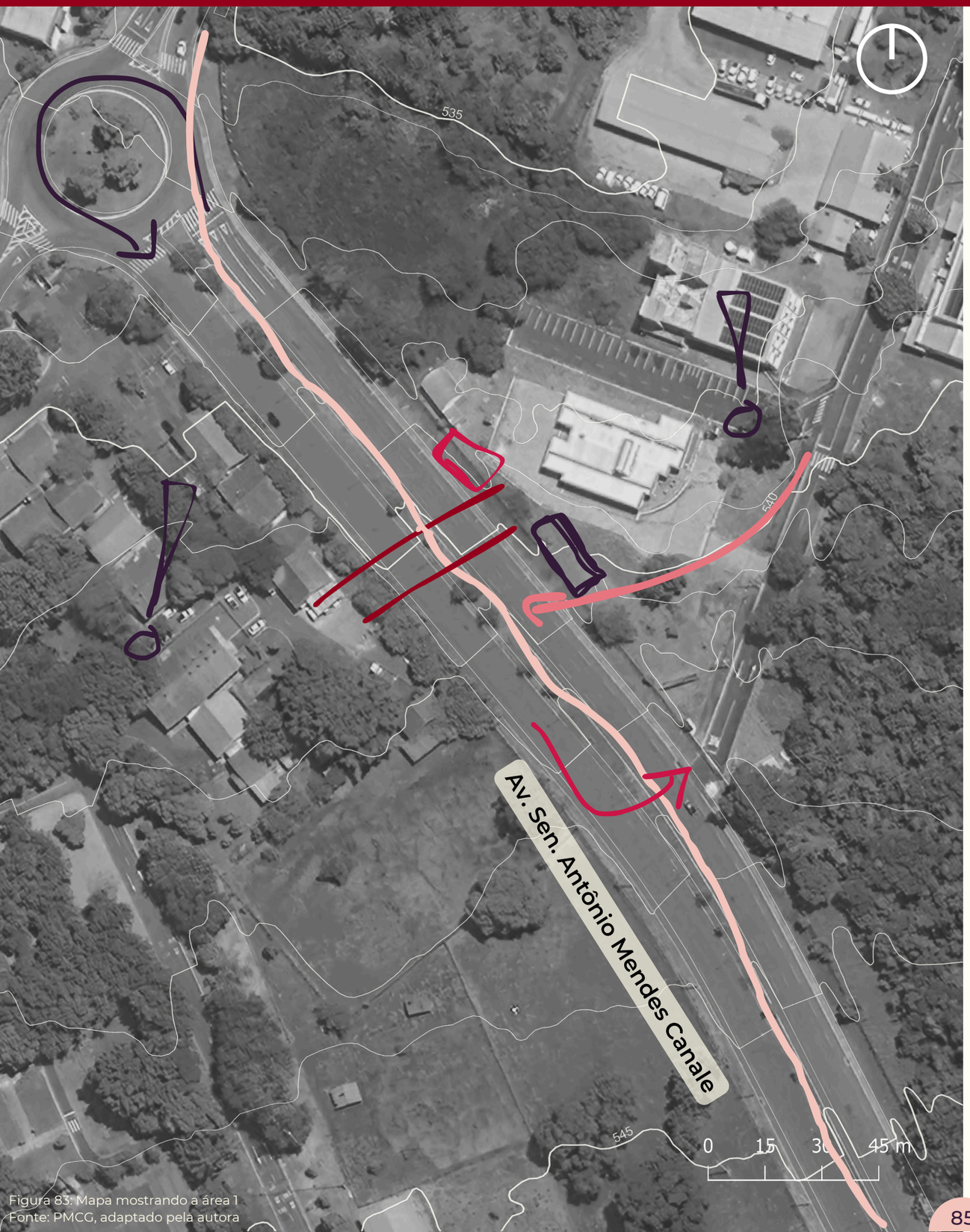


Figura 83: Mapa mostrando a área 1
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

área 1

A escolha dessa área aconteceu por conta da existência de um portão em sua localização, que atualmente não pode ser utilizado de forma independente pelos estudantes e não está presente no mapa oficial da UFMS. O local possui uma infraestrutura básica, como vias pavimentadas, iluminação precária e calçadas com dimensões irregulares.

O projeto visa utilizar o portão já existente, facilitando o acesso tanto de meios motorizados como não motorizados, através de um redesenho urbano em escala local, uma vez que a proposta abrange o redimensionamento das vias, com a retirada da faixa de estacionamento, o aumento da dimensão das calçadas, o complemento da ciclovia já existente em trechos próximos e a implantação de faixas elevadas, a fim de facilitar o trajeto entre os dois lados da via. As três faixas de rolamento foram mantidas por conta de sua classificação arterial, mas os redutores de velocidade auxiliam em uma travessia mais segura. A proposta também compreende a implantação de um ponto de ônibus com a tecnologia *"Guarded Bus Stop"*, com o intuito de auxiliar na percepção de segurança, além de áreas de permanência iluminadas e com mobiliários adequados.

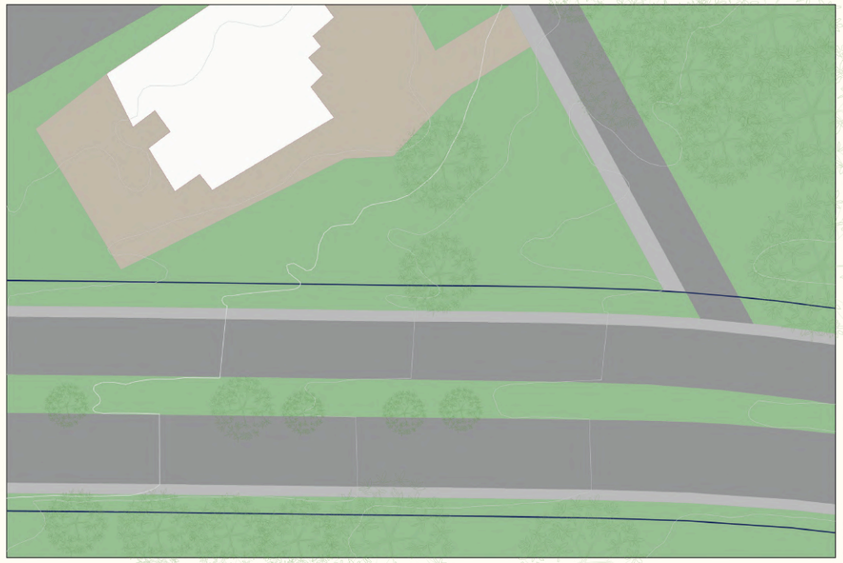




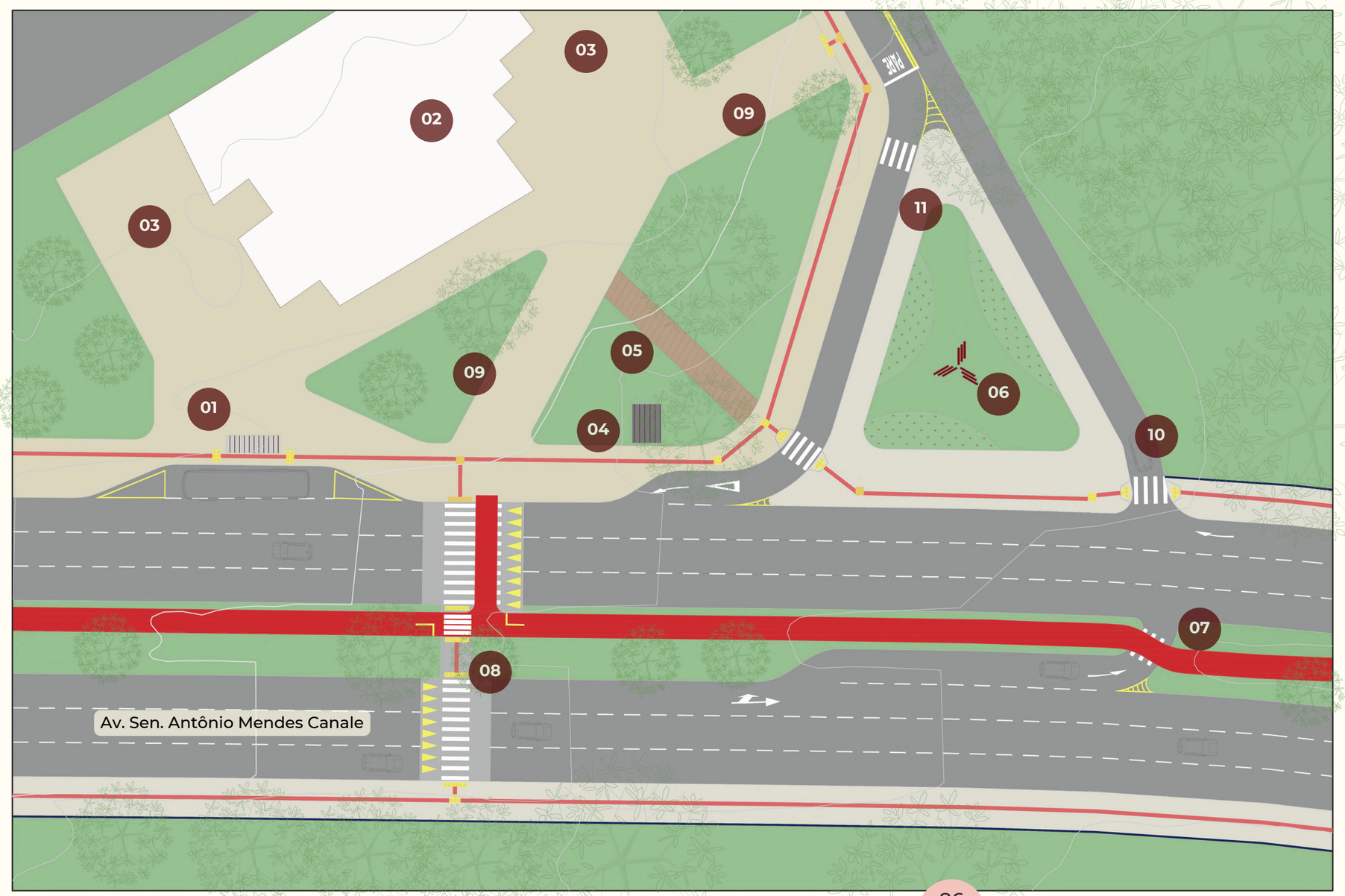
Figura 84: imagens do trecho
Fonte: Google Street View, 2024

área 1

atual



proposta



principais elementos

01 ponto de ônibus

02 unidade de tecnologia de alimentos (unital)

03 área de convivência da unidade

04 guarita

05 deck

06 monumento de entrada

07 ciclovia

08 faixa elevada

09 espaço para mobiliários

10 nova entrada

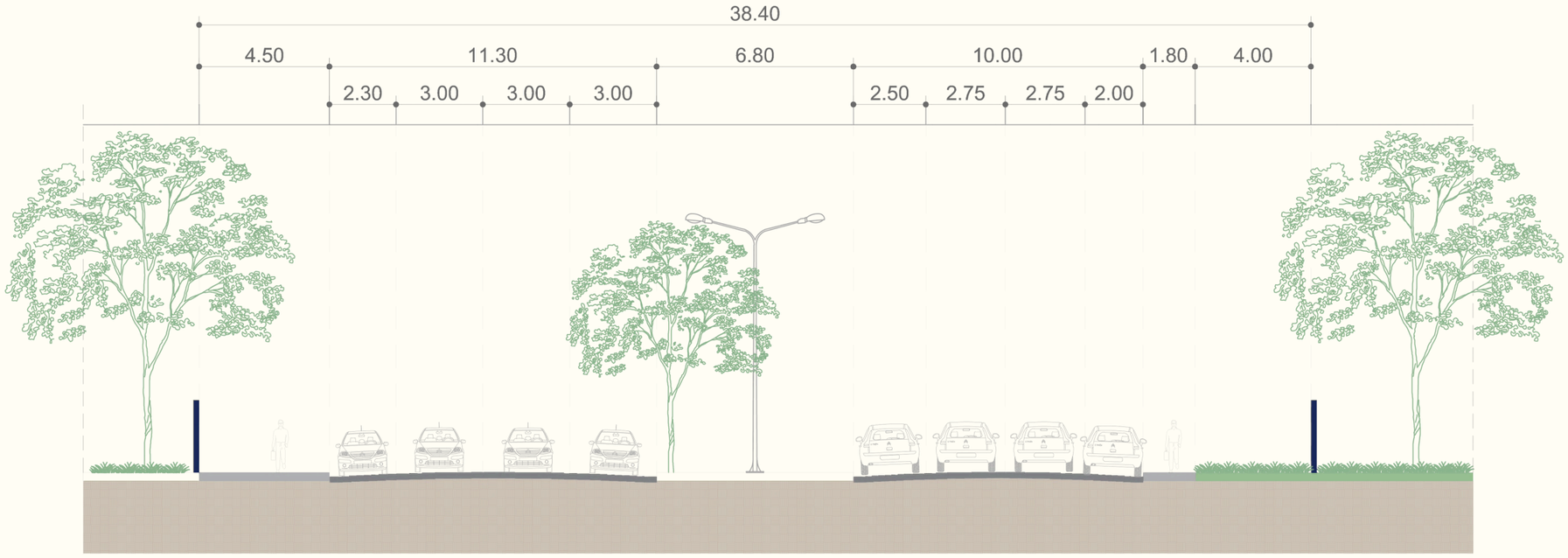
11 piso drenante

Figura 85 e 86: antes e depois da área 1
Fonte: elaborado pela autora, 2024

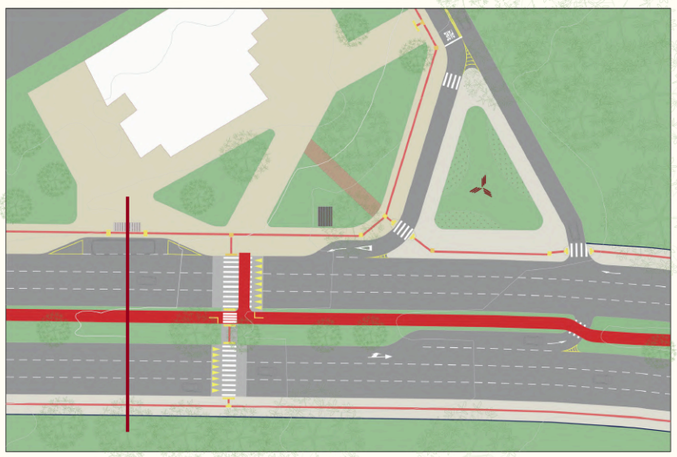
área 1

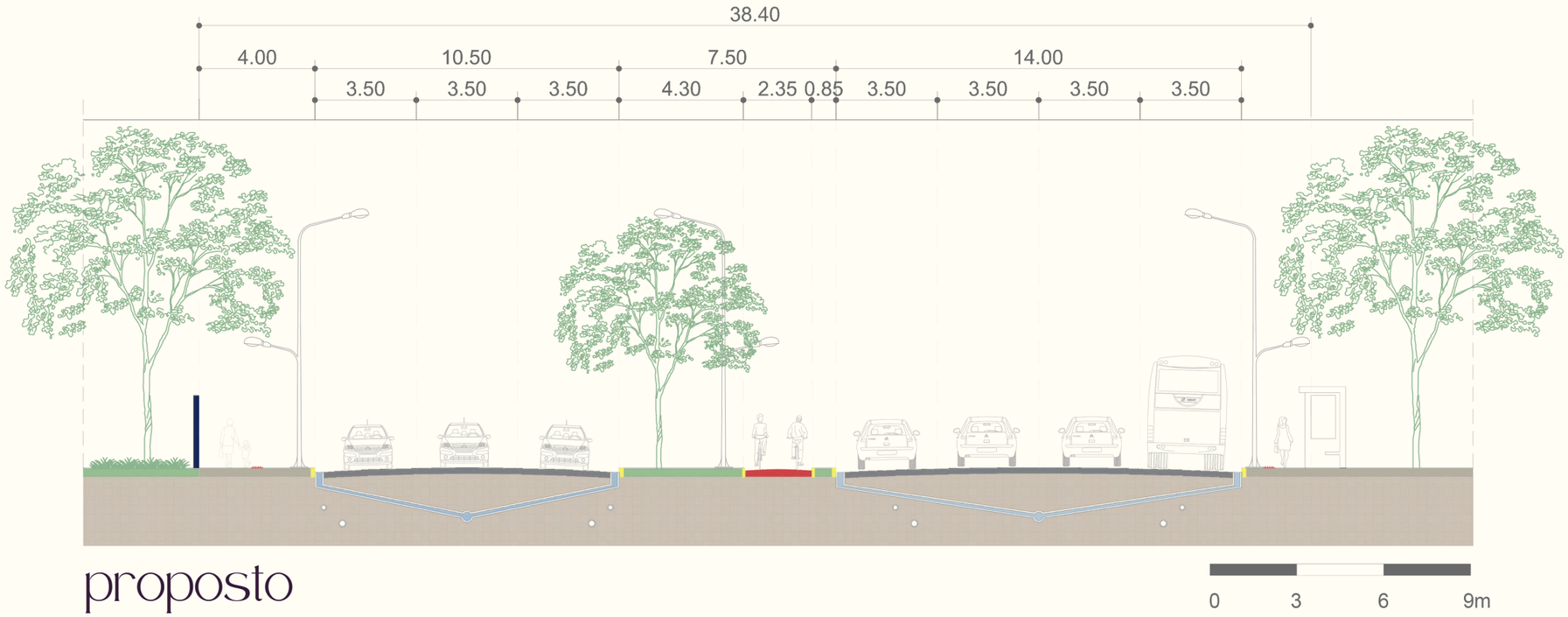
perfil viário

Av. Sen. Antônio Mendes Canale



atual





proposto

Figura 87: perfis viários
Fonte: elaborado pela autora, 2024

área 1



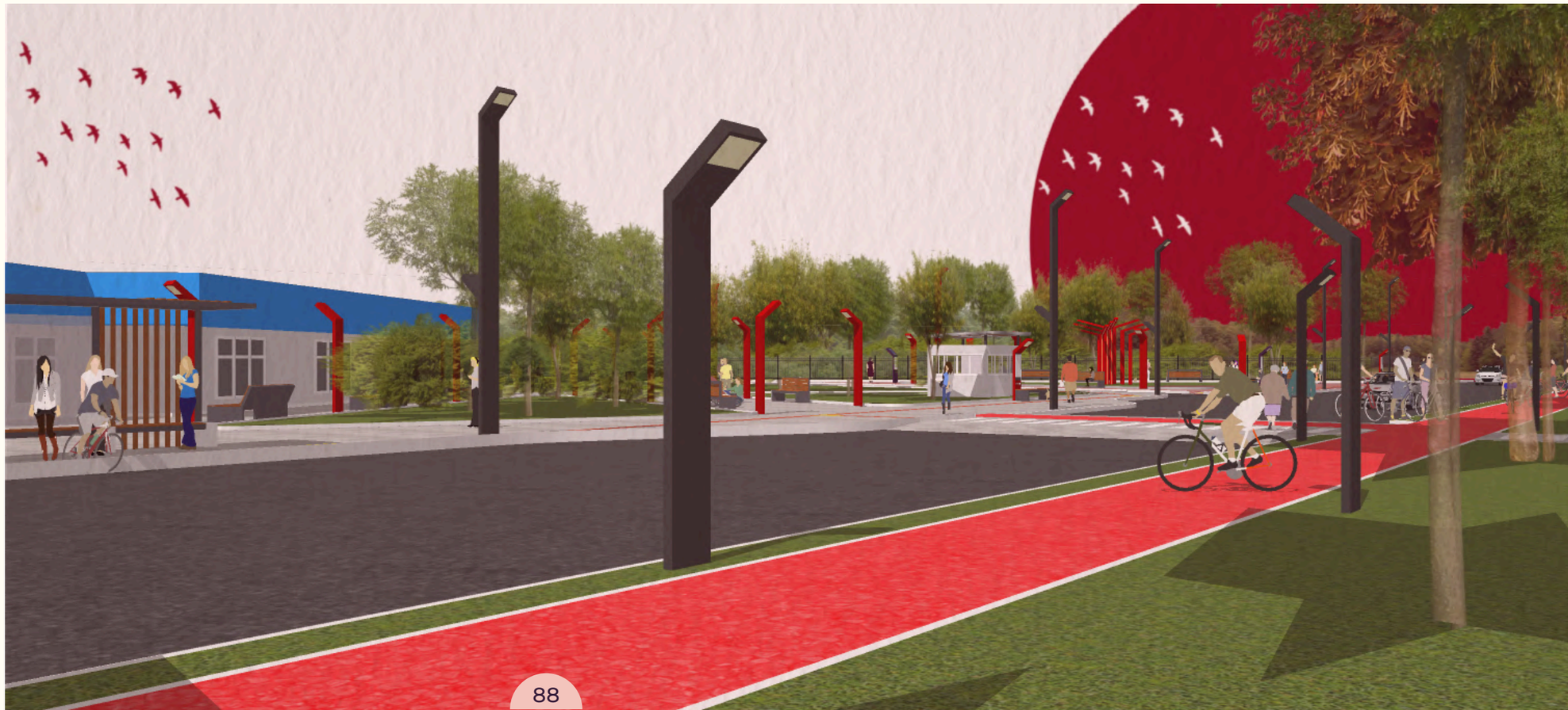


Figura 88 e 89: perspectivas da área 1
Fonte: elaborado pela autora, 2024

área 1





Figura 90 e 91: perspectivas da área 1
Fonte: elaborado pela autora, 2024

área 1



Figura 92: perspectiva da área 1
Fonte: elaborado pela autora, 2024

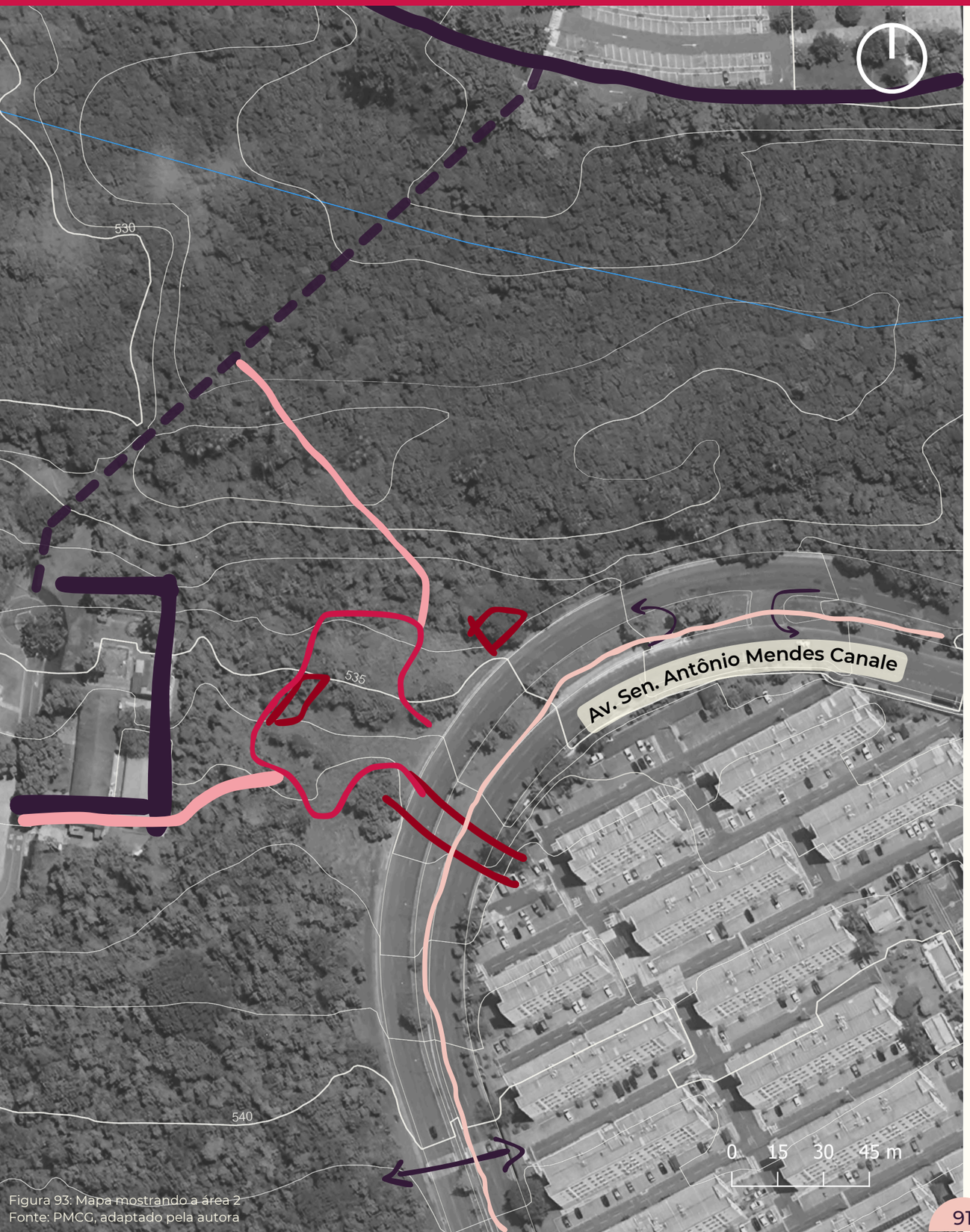


Figura 93: Mapa mostrando a área 2
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

área 2

A principal razão pela escolha da área 2 foi sua localização estratégica e sua situação legal. Atualmente, a área é classificada como um vazio urbano e encontra-se em processo de degradação por conta de despejos ilegais de resíduos, o que aumenta ainda mais a sensação de insegurança caminhando pelo local. Sua topografia é levemente acentuada, e a erosão reforça esse desnível.

A proposta busca incorporar a área como pertencente a UFMS, apropriando-se dela para a criação de uma espécie de esplanada, com caminhos para adentrar à universidade. Para isso, foi proposto um leve nivelamento do local com o objetivo de gerar um platô confortável para utilização da área. Assim, o projeto visa por áreas de conexão mas também tem capacidade para abrigar eventos como feiras e pequenos shows, com mobiliários, banheiro público, guarita, iluminação adequada, além de se conectar com o interior da universidade de forma segura.

Com a intenção de reforçar o caráter educativo e dar visibilidade às mulheres, a esplanada conta com mobiliário expositivo, a fim de divulgar perfis femininos do estado e suas conquistas. Assim, o projeto para essa área denomina-se Esplanada Oliva Enciso, homenageando uma personagem importante da história da UFMS.

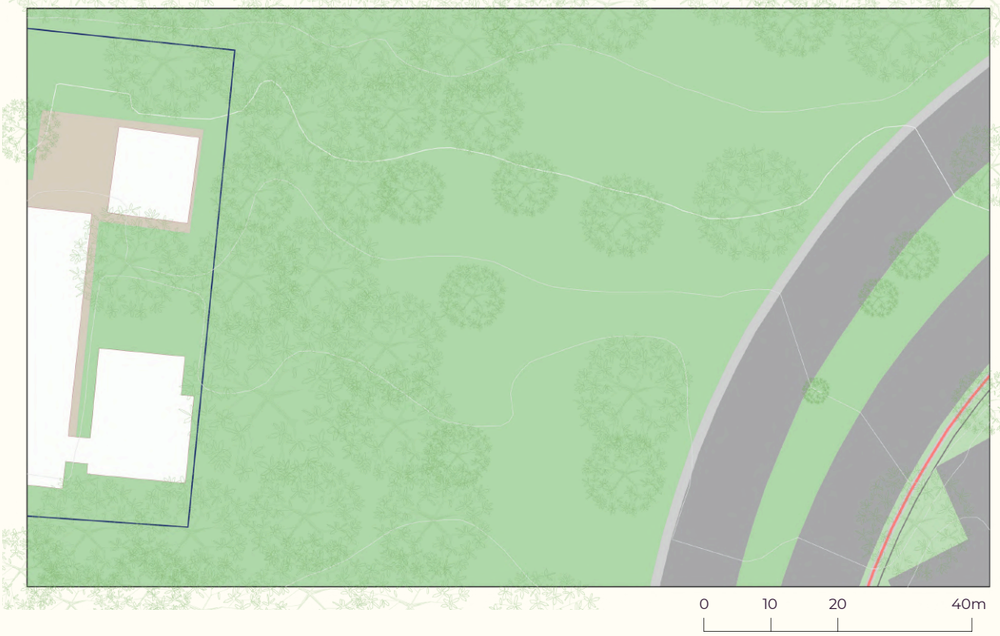





Figura 94: imagens do trecho
Fonte: Google Street View, 2024

área 2

atual



proposta



principais elementos

01 deck de conexão
02 biotério central
03 área de convivência da unidade
04 guarita
05 ponte de conexão
06 monumento de entrada
07 ponto de ônibus
08 ciclovia
09 faixa elevada
10 espaço para mobiliário
11 piso drenante
12 espaço para eventos, como feirinhas, exposições e pequenos shows

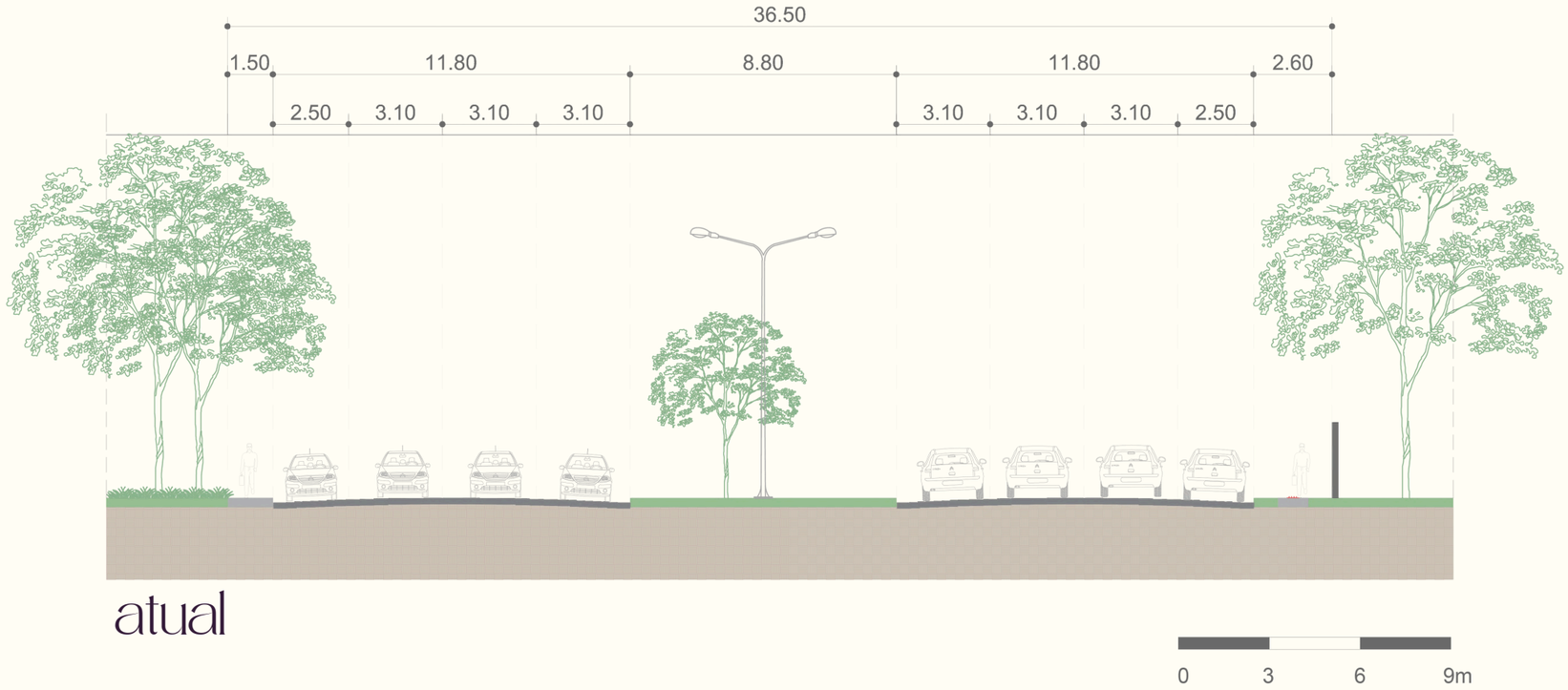
0 5 10 20m

Figura 95 e 96: antes e depois da área 2
Fonte: elaborado pela autora, 2024

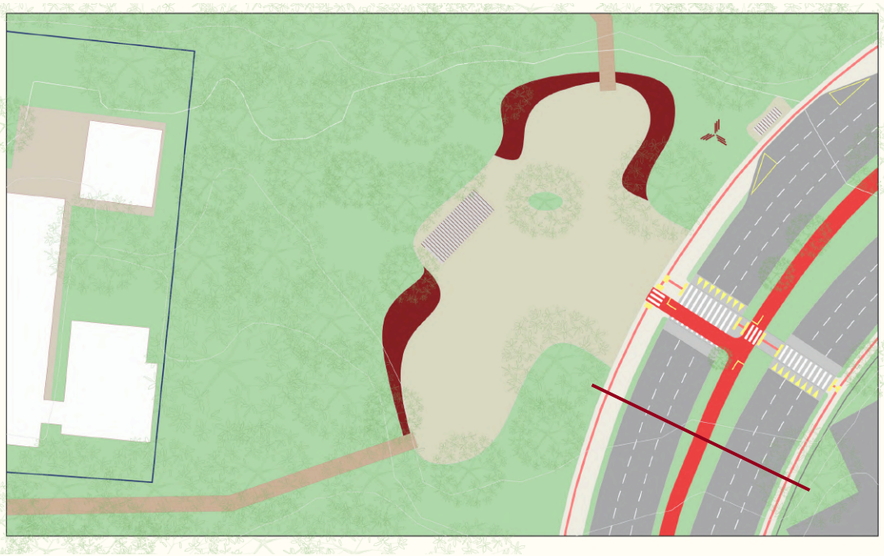
área 2

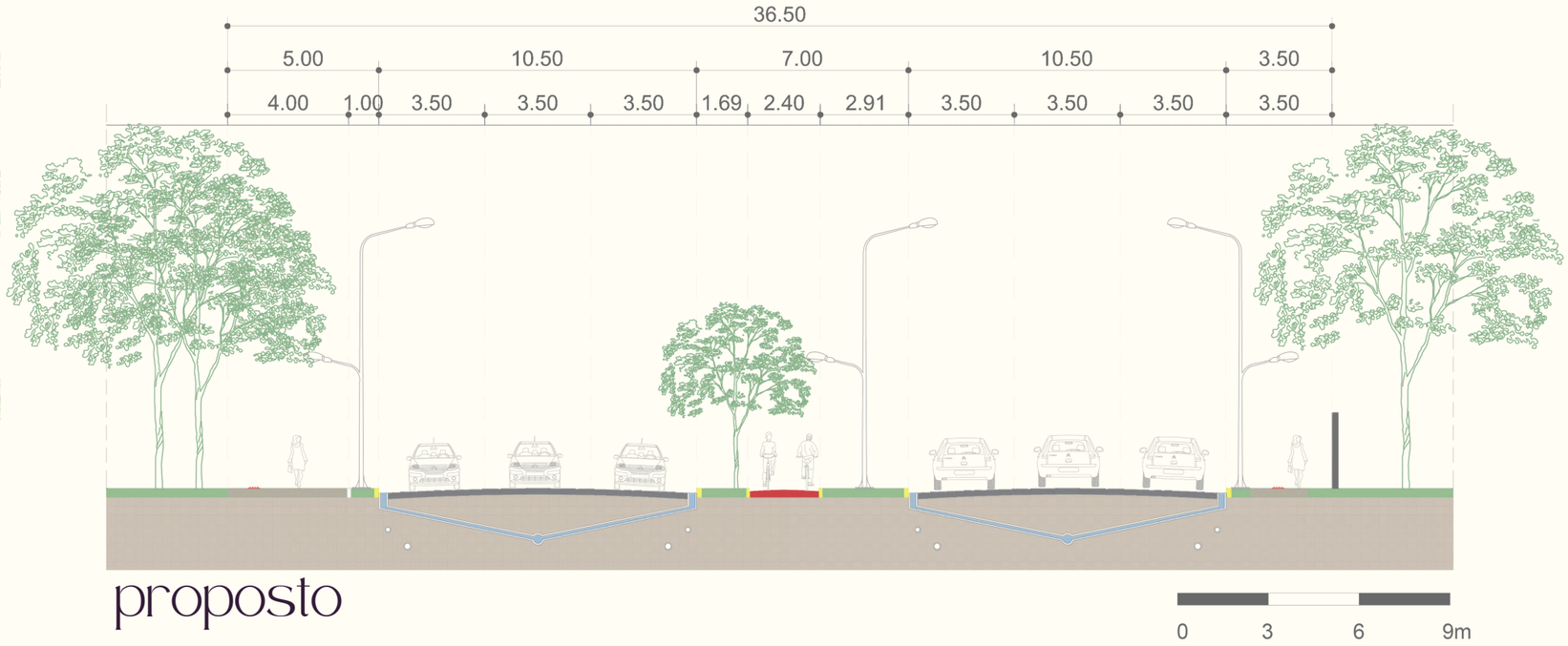
perfil viário

Av. Sen. Antônio Mendes Canale



atual





proposto

Figura 97: perfis viários
Fonte: elaborado pela autora, 2024

área 2





Figura 98 e 99: perspectivas da área 2
Fonte: elaborado pela autora, 2024

área 2





Figura 100 e 101: perspectivas da área 2
Fonte: elaborado pela autora, 2024

área 2



Figura 102: perspectiva da área 2
Fonte: elaborado pela autora, 2024

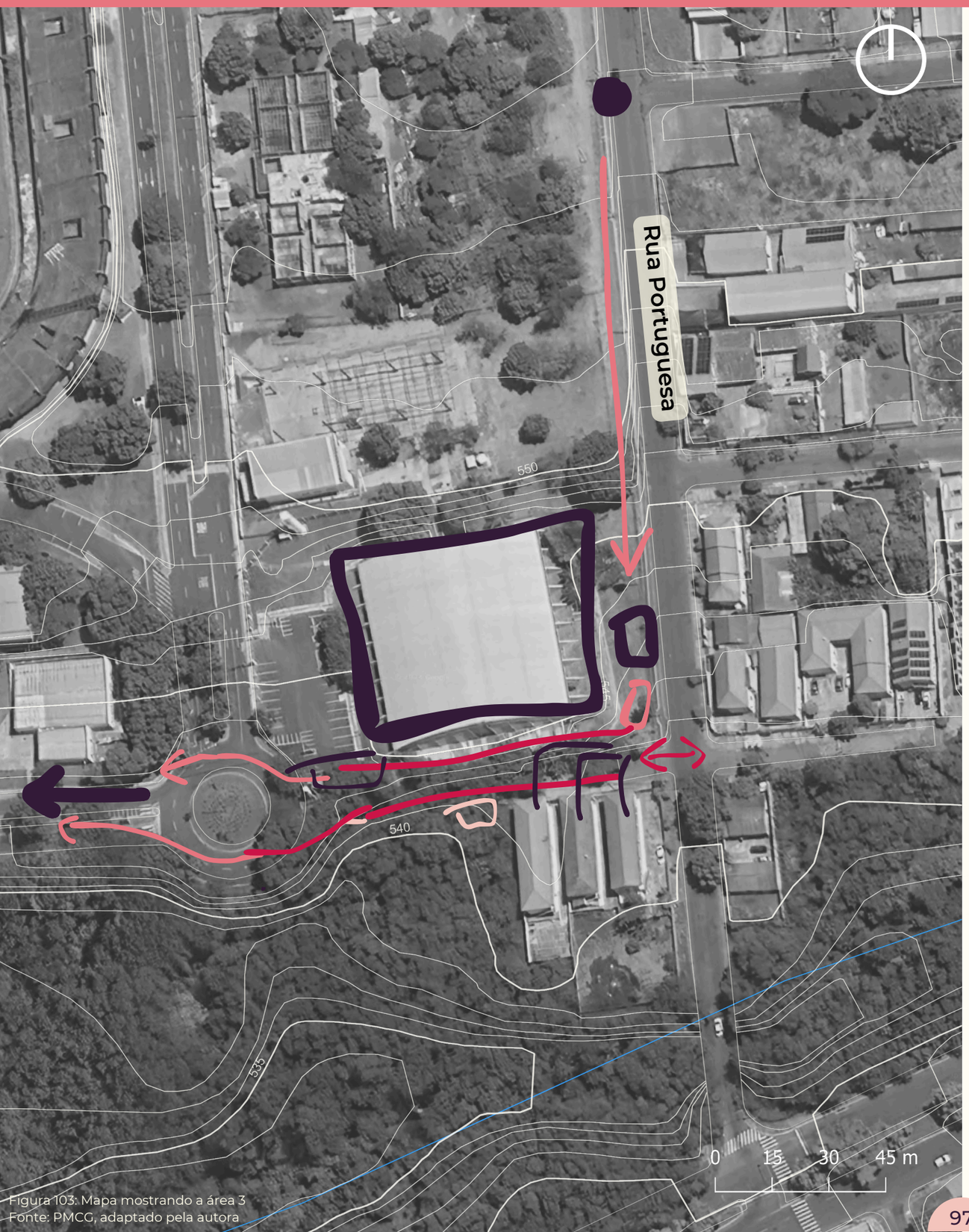


Figura 103: Mapa mostrando a área 3
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

área 3

A área 3 se diferencia em sua localização, abrangendo um cruzamento entre uma via coletora. Sua escolha também foi influenciada pela existência de uma rua sem saída próxima ao ginásio moreninho. A área também está passando por um processo de degradação, com parte de sua vegetação deteriorada.

Para o local, a proposta baseia-se na retirada da vegetação degradada, com o intuito de projetar uma via pedonal até o interior da UFMS. Por conta das edificações existentes, é necessário prever um trecho de via compartilhada, delimitando através da paginação os limites que os veículos motorizados podem alcançar. Sua topografia acentuada requer uma proposta de redesenho para configurar um platô caminhável, mas também pisos permeáveis e canteiros que auxiliem no escoamento das águas.

Por conta de sua proximidade com o ginásio Moreninho e com a via que conduz até as quadras esportivas, foi pensado mobiliário que auxiliasse na prática esportiva, como aparelhos de calistenia e alongamento, além de mobiliários para descanso, bebedouros e banheiro público.

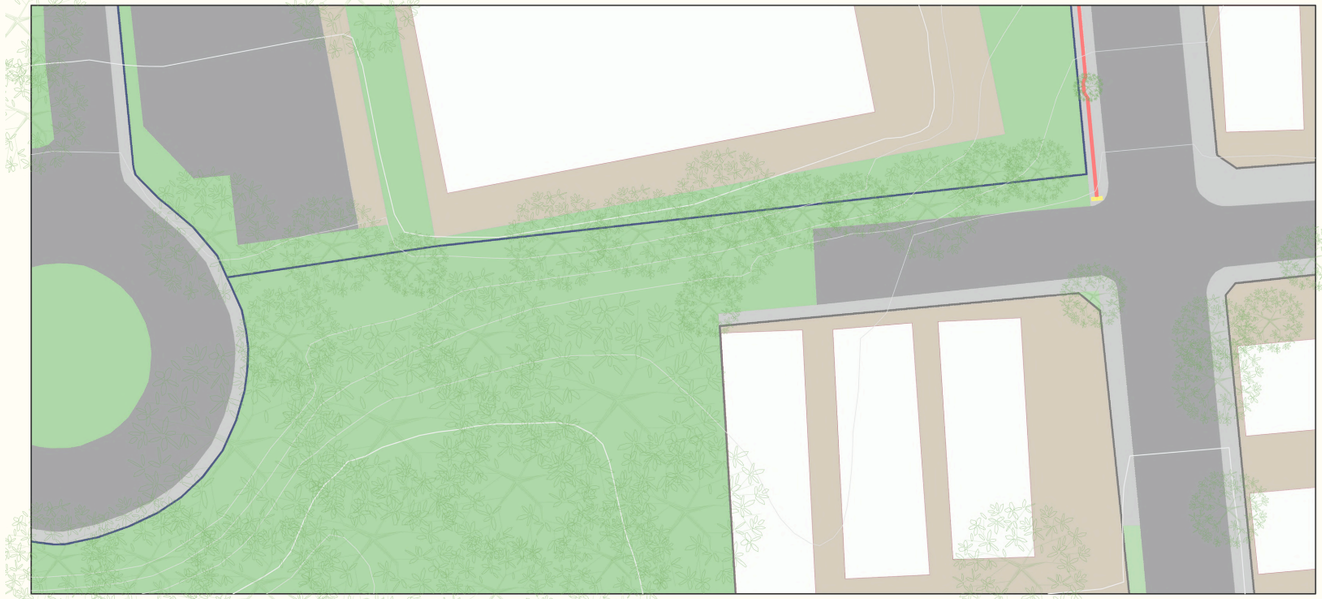




Figura 104: imagens do trecho
Fonte: Google Street View, 2024

área 3

atual



0 10 20 40m

proposta

principais elementos

01 ginásio moreninho
02 monumento de entrada
03 espaço para mobiliário esportivo
04 via pedonal
05 banheiro público
06 diferentes tipos de piso
07 via compartilhada
08 faixa elevada
09 guarita
10 ponto de ônibus
11 espaço para mobiliário diverso

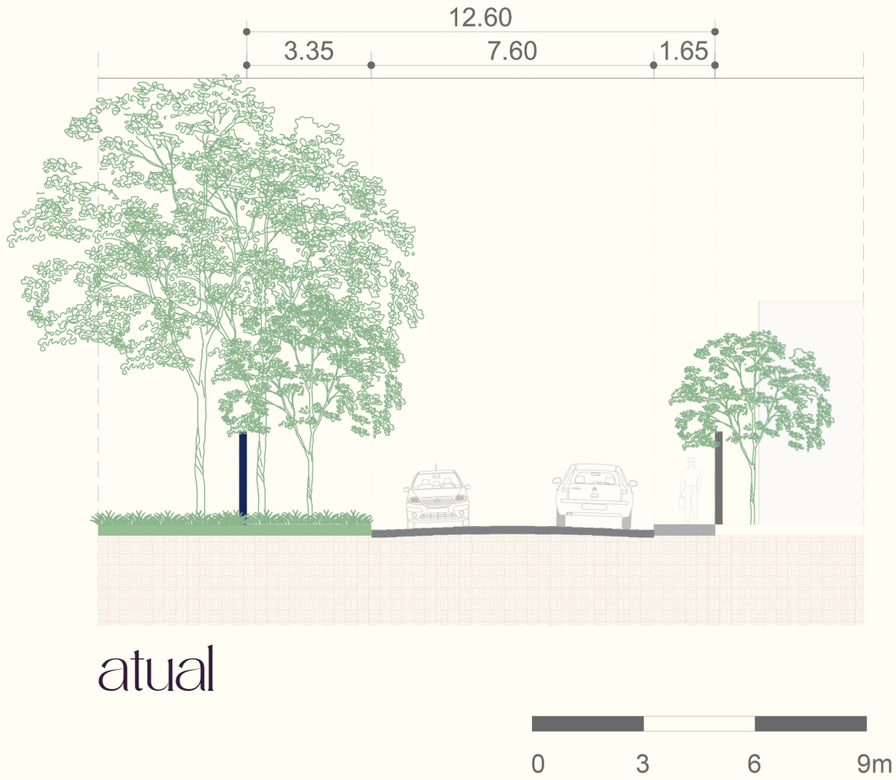
0 5 10 20m

Figura 105 e 106: antes e depois da área 3
Fonte: elaborado pela autora, 2024

área 3

perfil viário

Rua Portuguesa



atual





proposto

Figura 107: perfis viários
Fonte: elaborado pela autora, 2024

área 3





Figura 108 e 109: perspectivas da área 3
Fonte: elaborado pela autora, 2024

área 3





Figura 110 e 111: perspectivas da área 3
Fonte: elaborado pela autora, 2024

área 3

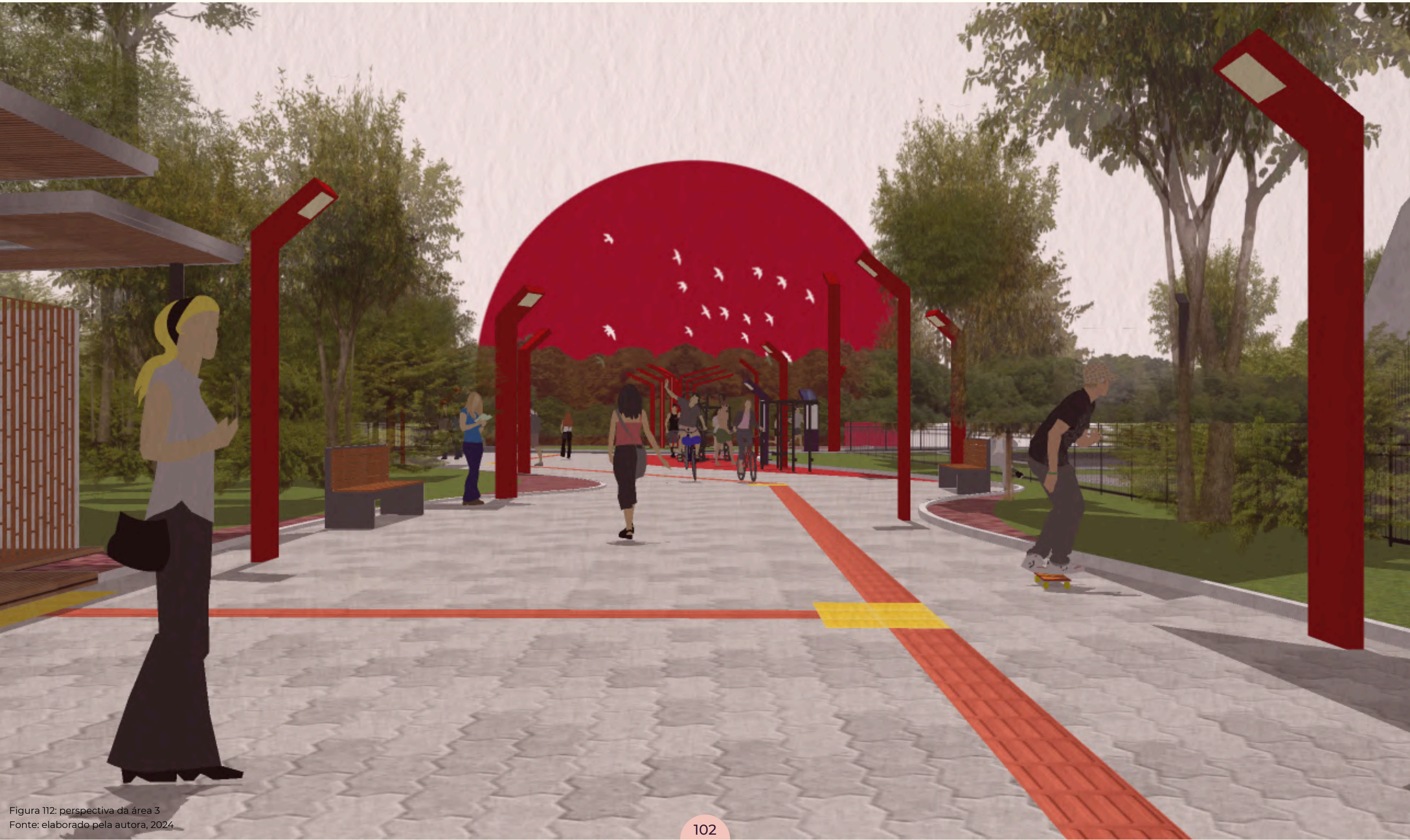


Figura 112: perspectiva da área 3
Fonte: elaborado pela autora, 2024

5.4 mobiliário

Para o desenvolvimento de um projeto urbano, é necessário dispor de mobiliários urbanos que visem atender as necessidades dos usuários daquele espaço. Com base nessa premissa, e considerando a pesquisa e as diretrizes apresentadas, o mobiliário urbano proposto foi projetado com foco em demandas relacionadas à segurança, conexão e representatividade, aspectos fundamentais discutidos ao longo do trabalho.

Entre os mobiliários projetados, incluem-se pontos de ônibus, postes de iluminação, totens expositivos e informativos, pontos de apoio seguros, além de guaritas e banheiros públicos. Esses elementos estão distribuídos por todo o projeto, contribuindo para a integração dos espaços e a coerência da linguagem do conjunto.

ponto de ônibus

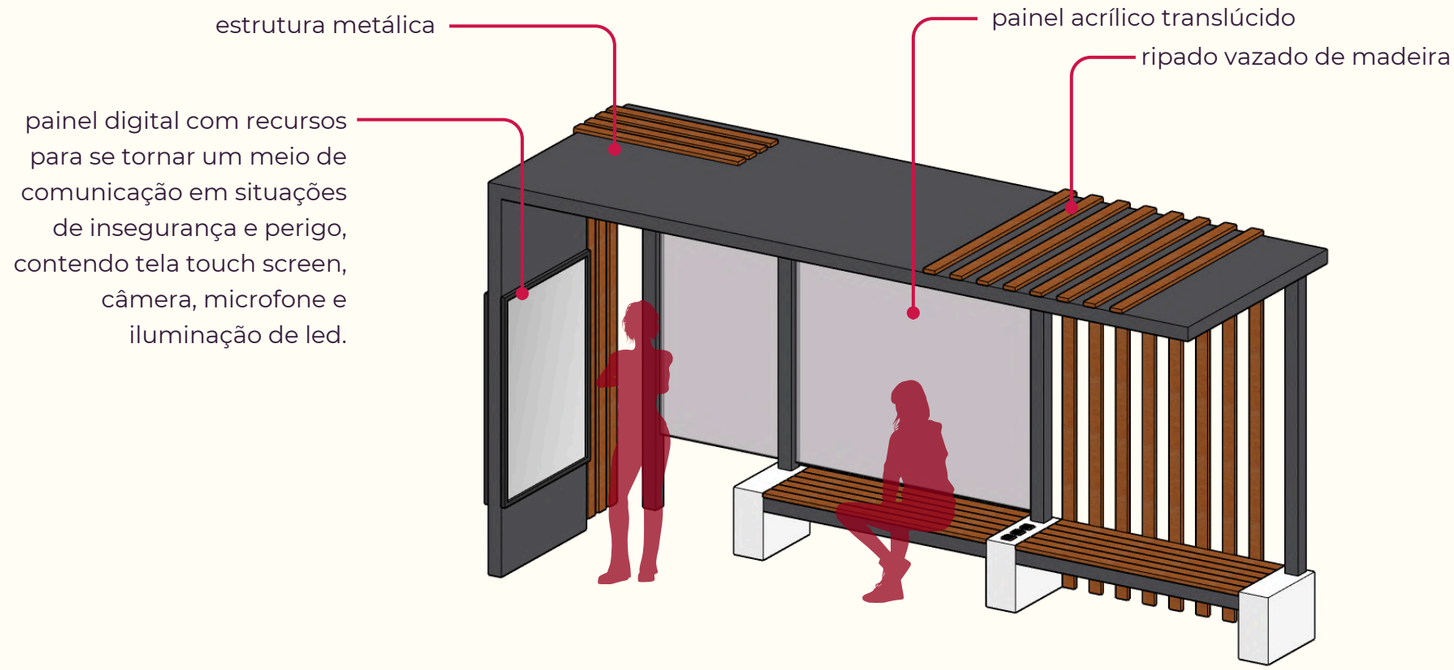


Figura 113: mobiliário
Fonte: elaborado pela autora, 2024

toten expositivo e informativo

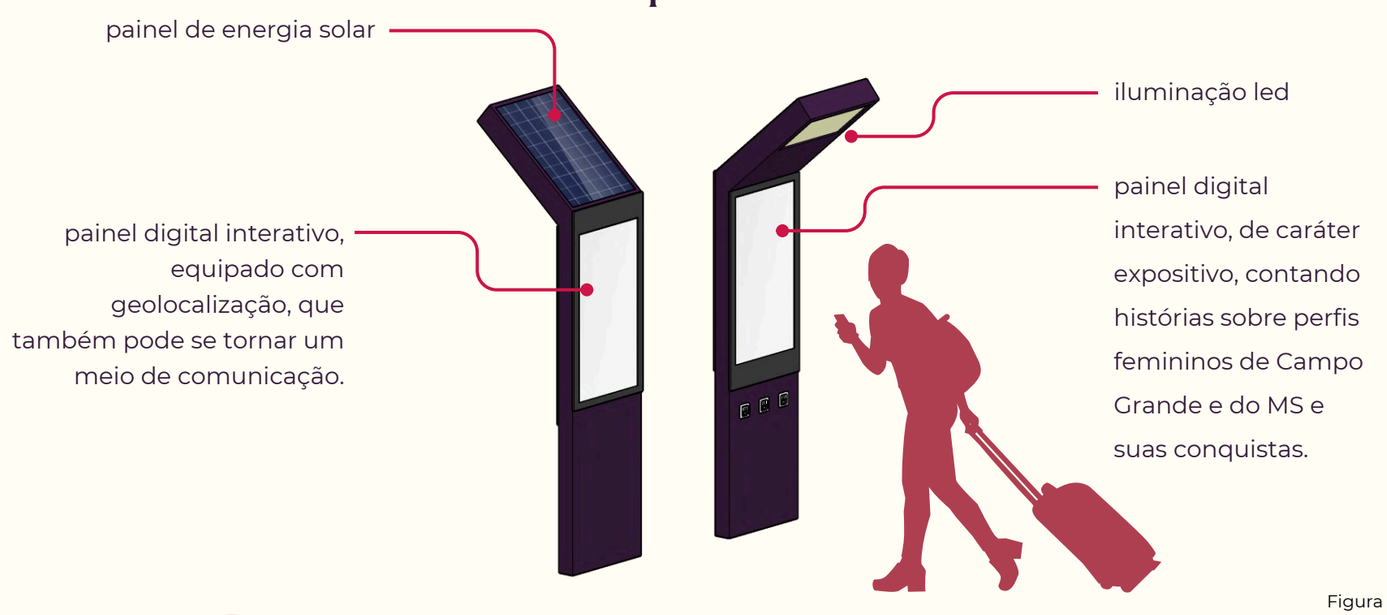


Figura 114: mobiliário
Fonte: elaborado pela autora, 2024

iluminação

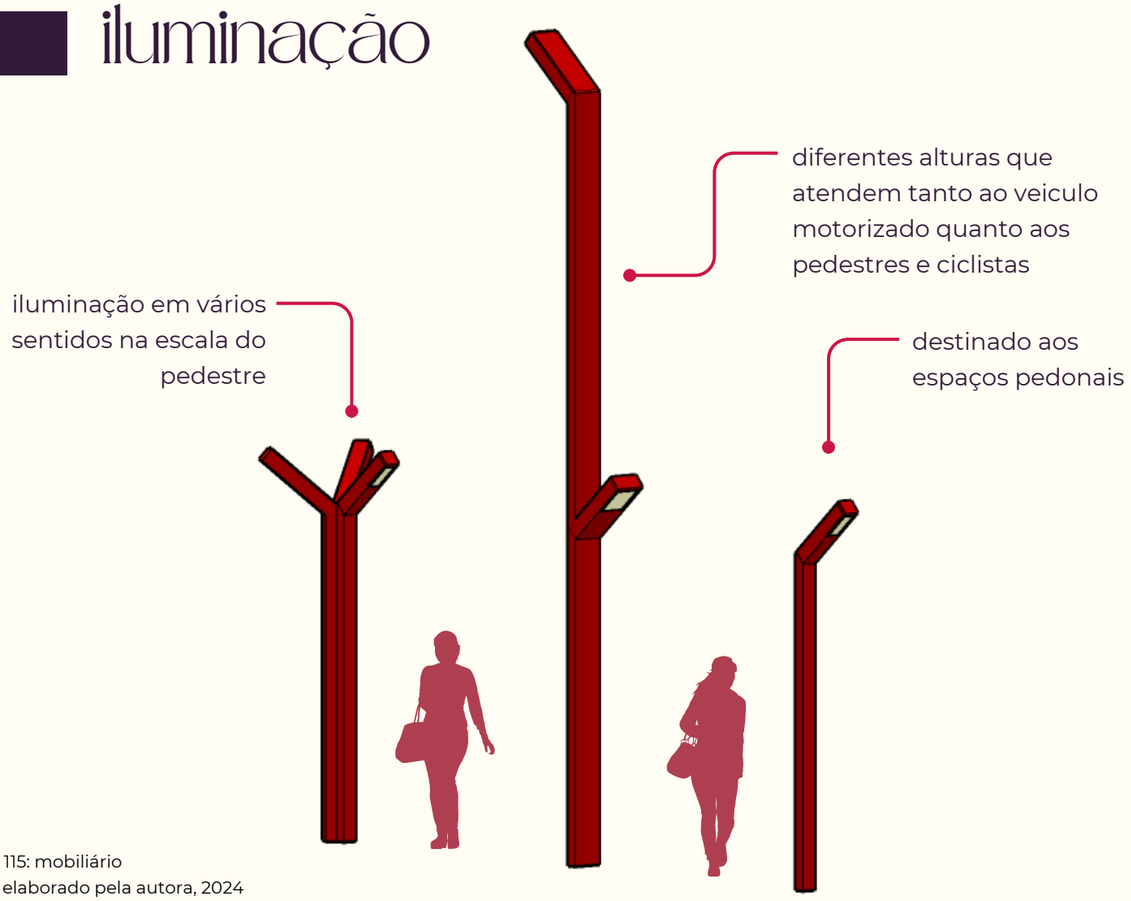


Figura 115: mobiliário
Fonte: elaborado pela autora, 2024

bancos

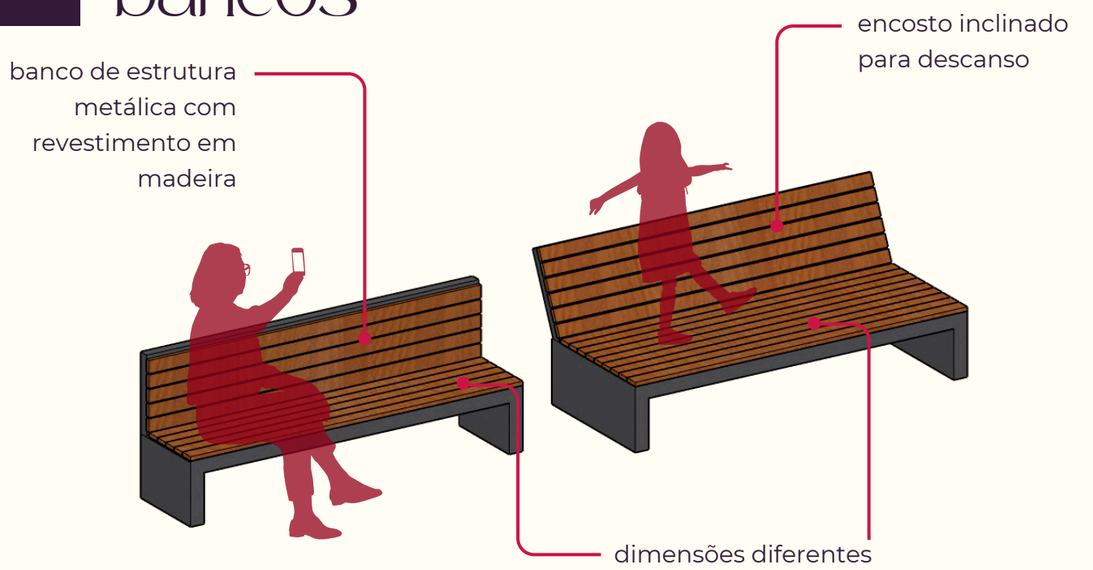


Figura 116: mobiliário
Fonte: elaborado pela autora, 2024

monumento

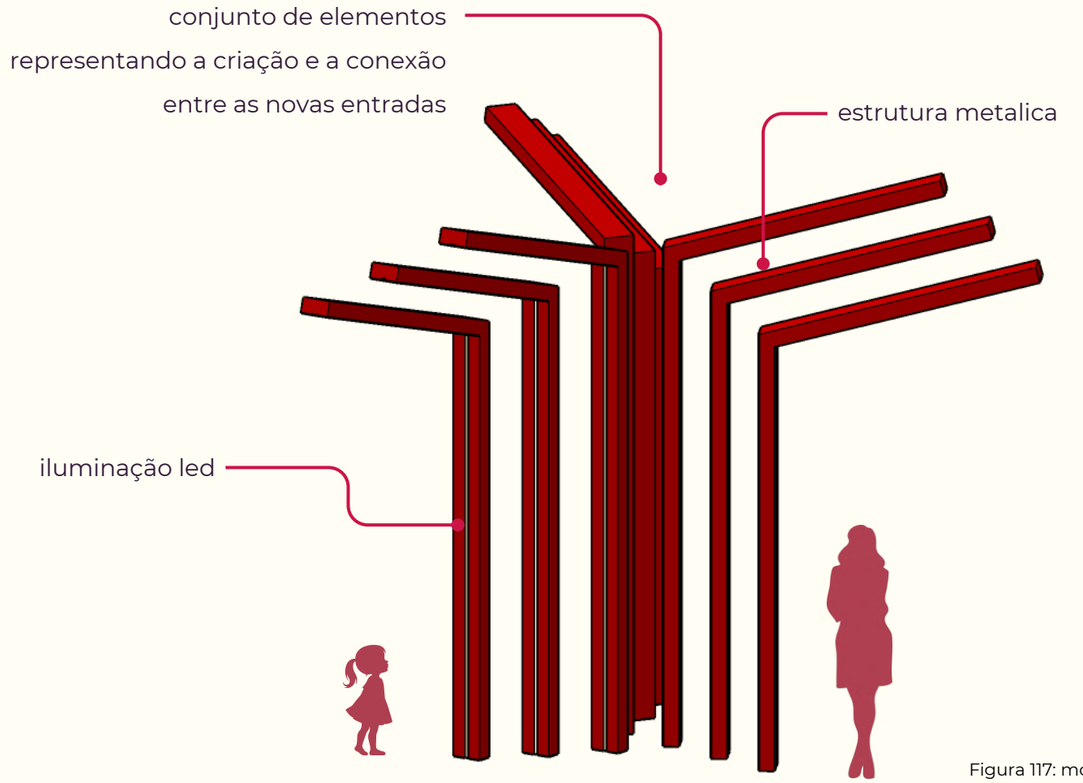


Figura 117: mobiliário
Fonte: elaborado pela autora, 2024

ponto de apoio seguro

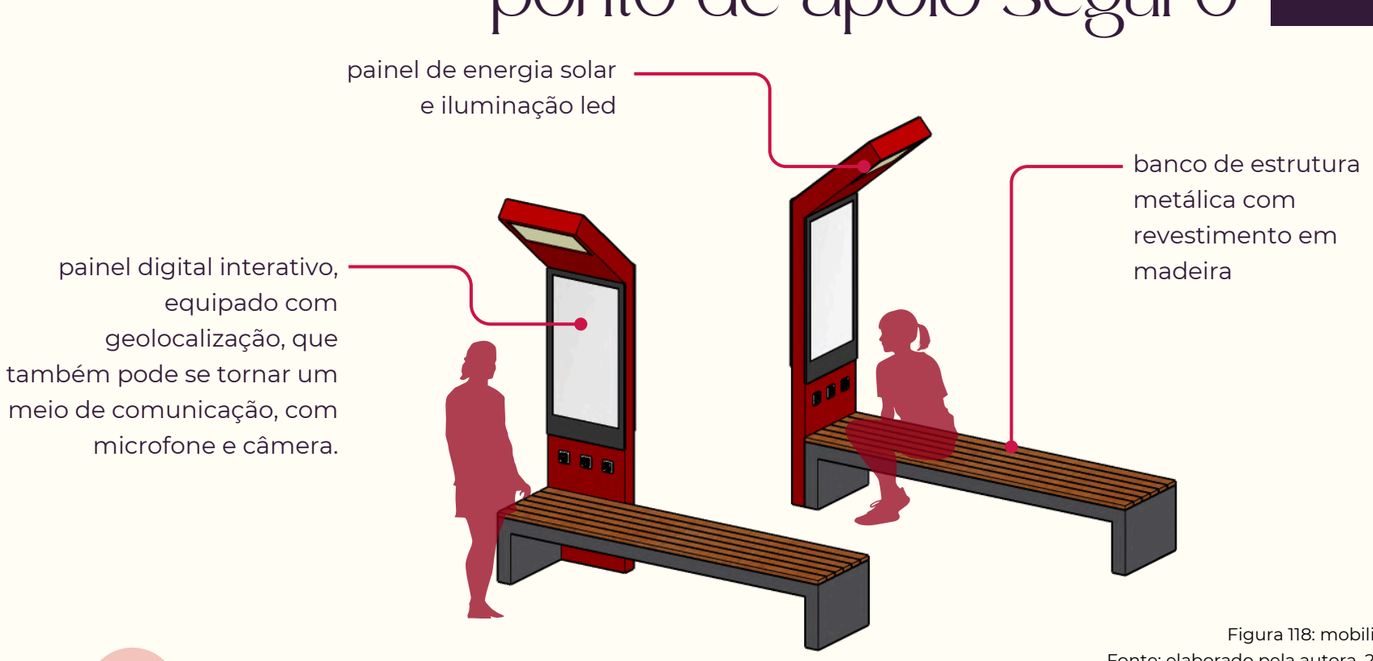
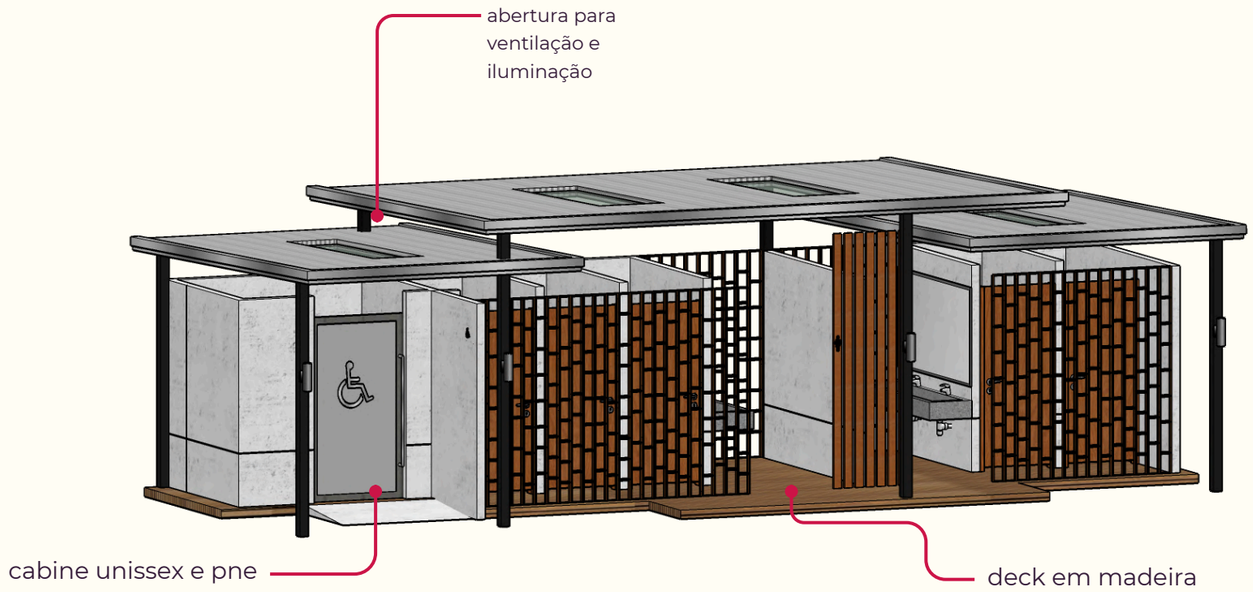


Figura 118: mobiliário
Fonte: elaborado pela autora, 2024

banheiro público



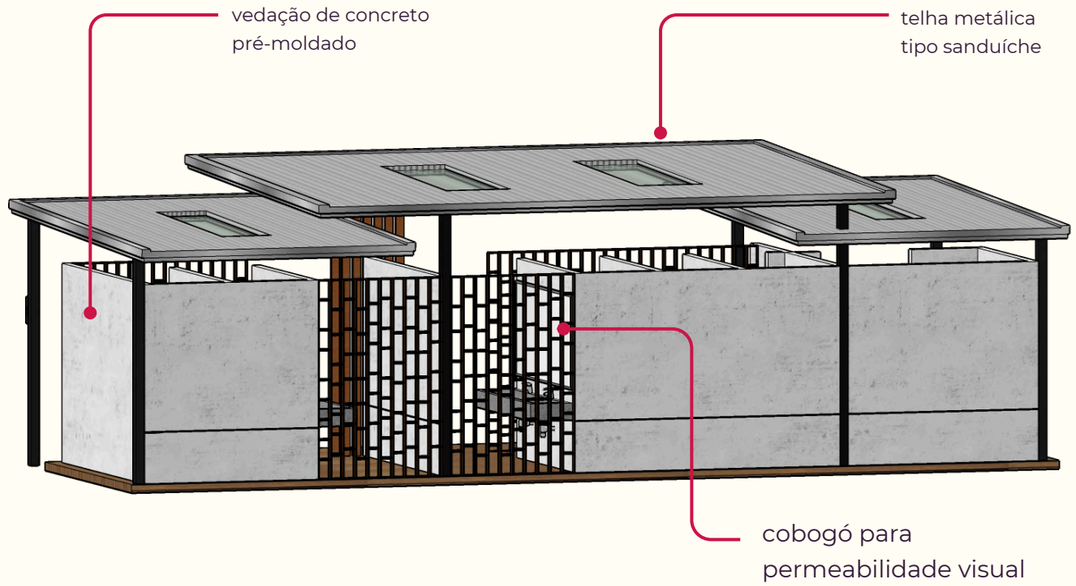
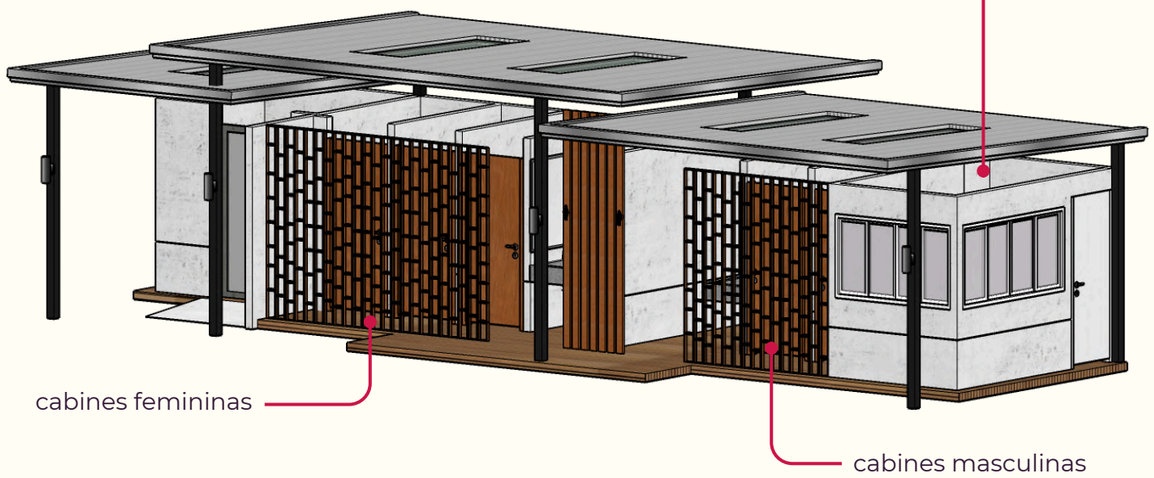


Figura 119: mobiliário
Fonte: elaborado pela autora, 2024

guarita



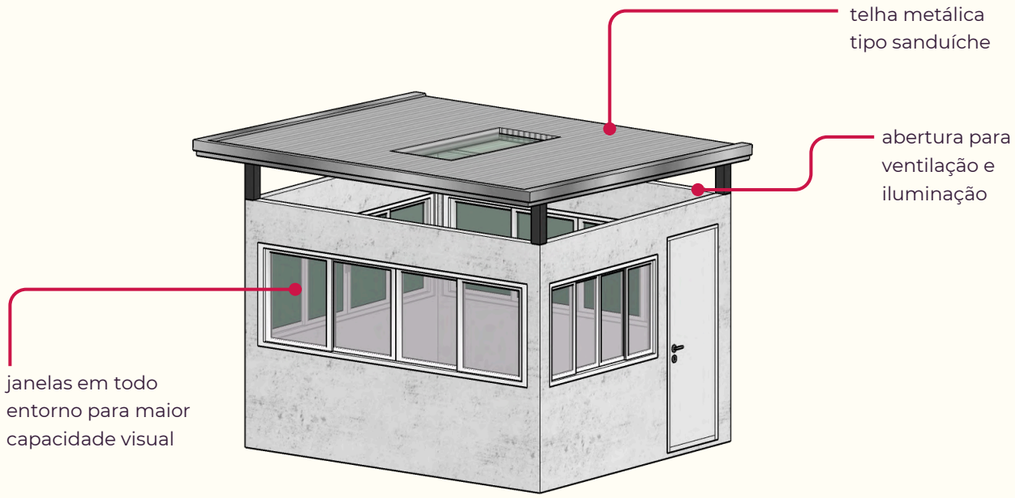


Figura 120: mobiliário
Fonte: elaborado pela autora, 2024

5.5 novos trajetos

Considerando as intervenções urbanas propostas, é possível observar que a implementação do projeto pode proporcionar conexões mais seguras e acessíveis, além de encurtar os trajetos, tornando-os mais agradáveis para serem realizados de forma não motorizada, como exemplificado a seguir.

Atualmente, a distância externa entre os portões existentes é de 3,9 km, enquanto que internamente esse percurso fica em torno de 1,5 km. Com as intervenções propostas e a criação das novas entradas, os novos trajetos são de:

trajeto externo	**1 a 2**	**1,8 km**	**total de 2,6 km**
	2 a 3	**0,8 km**	
trajeto interno	**1 a 2**	**0,6 km**	**total de 1,5 km**
	2 a 3	**0,9 km**	



Figura 121: Mapa destacando trajetos.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

exemplo 1

Ao analisar o trajeto entre o Complexo Multiuso 1 e a FAMEZ, representados por A e B respectivamente, observa-se que o percurso atual exige o deslocamento pelo lado externo do campus, passando por vias de trânsito rápido, conforme indicado pela linha branca. Com a implementação do projeto da área 1, o caminho se torna mais confortável e seguro, pois é realizado dentro do campus e com os mobiliários propostos, utilizando também uma faixa elevada para garantir uma travessia segura até o ponto B, como ilustrado pela linha vermelha.

	trajeto atual	1,5 km
	trajeto com o projeto	1,1 km



Figura 122: Mapa destacando trajetos.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

exemplo 2

Outro trajeto verificado é o que liga o Complexo Multiuso 1 aos condomínios residenciais próximos à Rua Portuguesa, representados novamente por A e B. Atualmente, é necessário sair pelo portão 3 e percorrer toda a via lateral ao longo do Estádio do Morenão e grande parte da Rua Portuguesa. Com o projeto da área 3, o percurso torna-se mais curto e seguro, como apresentado pela linha vermelha, eliminando a necessidade de contornar externamente (linha branca), o que melhora a caminhabilidade para quem frequenta essa região e traz mais movimento para a área.

	trajeto atual	1,3 km
	trajeto com o projeto	0,6 km



Figura 123: Mapa destacando trajetos.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

exemplo 3

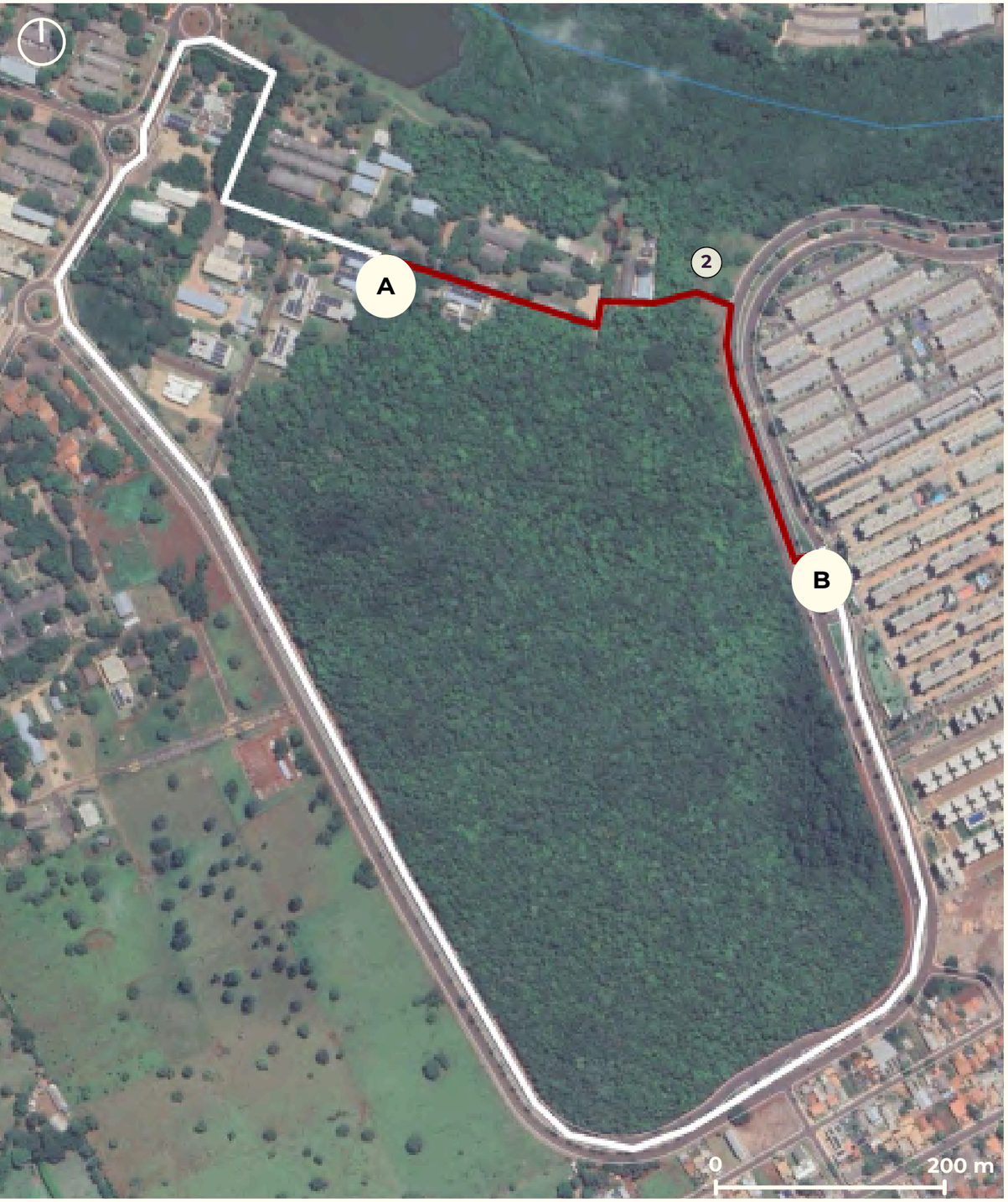


Figura 124: Mapa destacando trajetos.
Fonte: PMCG, adaptado pela autora

Outro exemplo da aplicabilidade do projeto pode ser observado no trajeto entre os prédios do INQUI e a entrada de um dos condomínios residenciais do entorno, representados por A e B, respectivamente. No percurso atual, é necessário realizar um grande desvio pelo lado externo, passando pela área da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), que carece de infraestrutura adequada para pedestres, como visto anteriormente. Com a implementação do projeto da área 2, o caminho, ilustrado pela linha vermelha, torna-se mais direto em comparação ao da linha branca, além de ser mais agradável e seguro para os usuários, facilitando a conexão de quem se desloca nesse espaço.

	trajeto atual	2,4 km
	trajeto com o projeto	0,6 km

aplicação dos mobiliários dentro da universidade

A instalação dos mobiliários urbanos planejados de forma adequada é essencial para tornar os trajetos mais seguros e agradáveis, proporcionando conforto, orientação e maior proteção aos usuários. No projeto, esses elementos estão previstos para as áreas externas, como destacado anteriormente nas perspectivas, beneficiando tanto os frequentadores da universidade quanto os que utilizam o entorno para seus deslocamentos diários. Além disso, o posicionamento desses mobiliários também no interior do campus promove uma integração entre os espaços, criando ambientes mais funcionais e contribuindo para a acessibilidade e a valorização da qualidade dos espaços públicos na região.

atual



Figura 125: Área interna da UFMS.
Fonte: arquivo pessoal, 2024

proposta

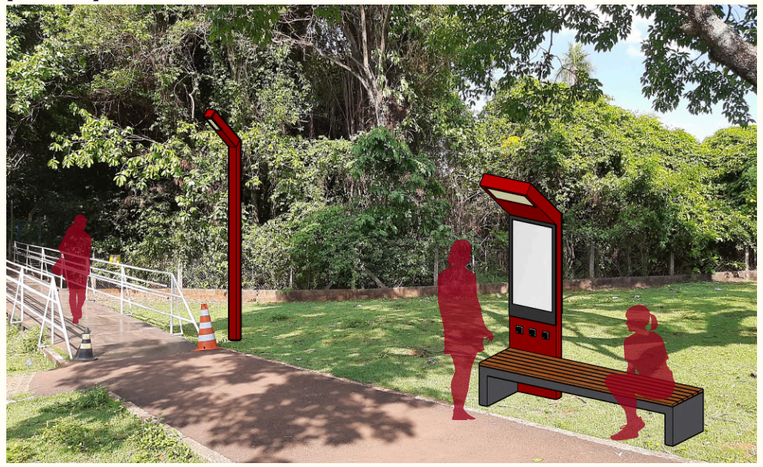


Figura 126: Área interna da UFMS.
Fonte: arquivo pessoal, adaptado pela autora.

atual



Figura 127: Área interna da UFMS.
Fonte: arquivo pessoal, 2024

proposta



Figura 128: Área interna da UFMS.
Fonte: arquivo pessoal, adaptado pela autora.

6 considerações finais



6 considerações finais

Este trabalho buscou destacar a importância de uma abordagem de planejamento urbano que leve em consideração a perspectiva feminina, com o objetivo de promover mais segurança, acessibilidade e diversidade nos espaços públicos da região da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande, MS. As propostas de intervenção urbana apresentadas refletem a necessidade urgente de criar ambientes que não apenas acolham, mas também protejam e incentivem a participação de mulheres em espaços historicamente dominados por uma visão masculina e excludente.

A análise demonstrou que a falta de infraestrutura adequada, especialmente no que tange à segurança, limita a mobilidade e a autonomia feminina nos espaços públicos. As entrevistas e diagnósticos realizados junto ao público feminino da área reforçaram essas percepções, evidenciando a necessidade de repensar o desenho urbano a partir de uma perspectiva mais inclusiva. As soluções propostas, como a implementação de melhorias na iluminação, maior visibilidade e transparência nos trajetos, e a criação de áreas mais conectadas e seguras, são passos essenciais para garantir que as mulheres se sintam pertencentes e seguras em seus deslocamentos.

O estudo conclui que as ações sugeridas podem ser adaptadas e replicadas em outros contextos urbanos, visando sempre a inclusão de minorias e a superação das desigualdades de gênero. Espera-se que as diretrizes propostas sirvam como ponto de partida para transformações urbanas mais amplas, incentivando a construção de espaços públicos mais igualitários, acolhedores e funcionais, onde todos possam usufruir de seus direitos à cidade de forma plena e segura.

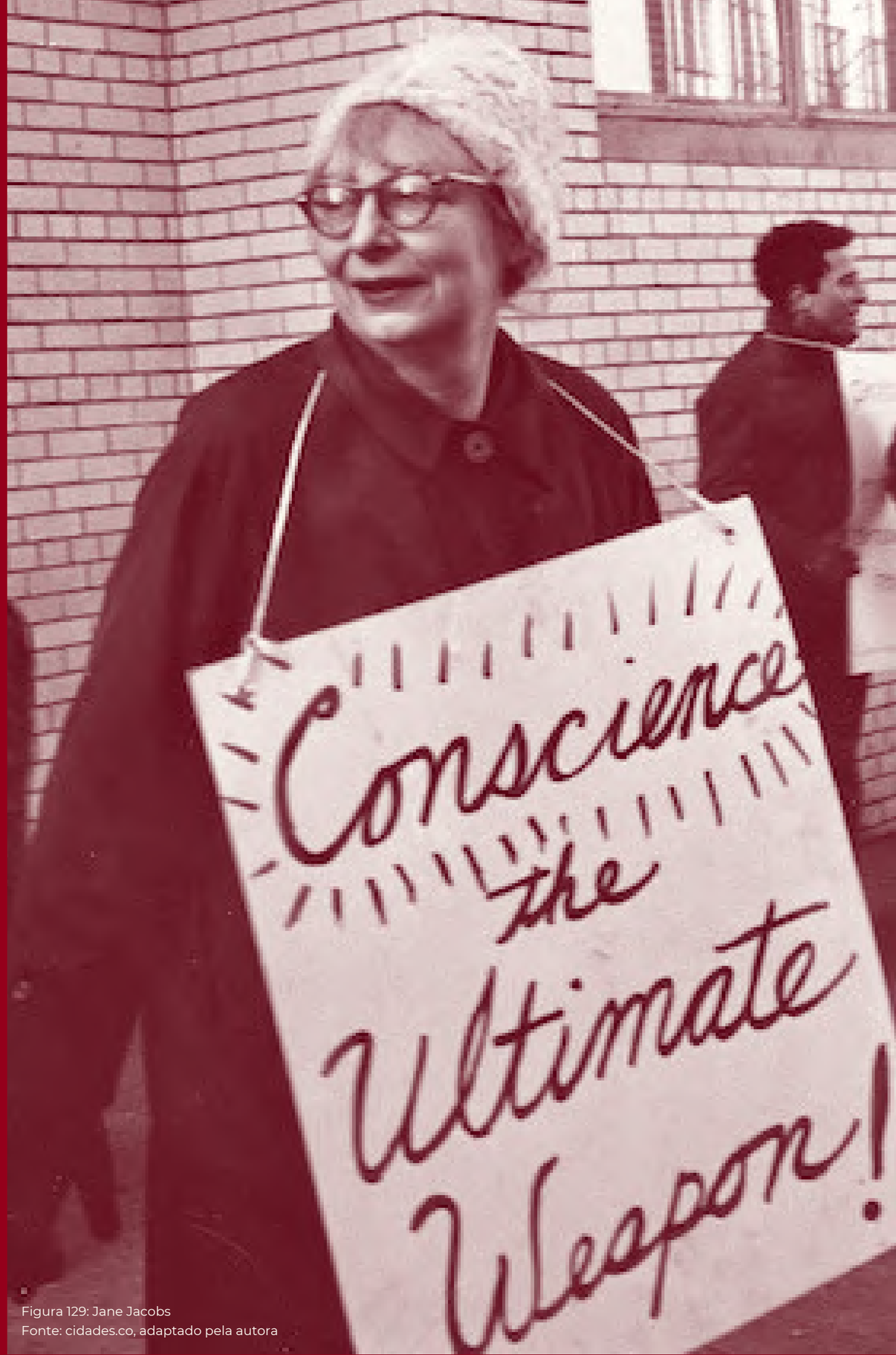


Figura 129: Jane Jacobs
Fonte: cidades.co, adaptado pela autora

referências bibliográficas 7



7 referências bibliográficas

ABREU, Thais Custódio Calazans Menescal de. **Corpos insurgentes: narrativas urbanas sob a perspectiva da mulher.** 2021. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Centro Universitário Unichristus. Fortaleza, 2021. Disponível em: https://repositorio.unichristus.edu.br/jspui/handle/123456789/1109. Acesso em: 16 abr. 2024.

AGETIC UFMS. **Números UFMS.** 2024. Disponível em: https://numeros.ufms.br/. Acesso em 21 junho. 2024.

ALAMBERT, Zuleika. **A mulher na história, a história da mulher.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP, Abaré, 2004.

AMUSSEN, Susan Dwyer. **Féminin/masculin: le genre dans l'Angleterre de l'époque Moderne.** In: Annales. Histoire, Sciences Sociales. Cambridge: Cambridge University Press, p. 269-287, 1985. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1985_num_40_2_283161. Acesso em: 23 abr. 2024.

ANTUNES, Lia Pereira Saraiva Gil. **A arquitetura nunca mais será a mesma. considerações sobre género e espaço(s).** URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, v. 7, n. 2, p. 2-23, 2015. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642600. Acesso em: 22 jun. 2024.

ARCA. **Campo Grande: Imagens da História.** Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande-MS, n.15, 2011. Disponível em: https://prefcg-repositorio.campogrande.ms.gov.br/wp-cdn/uploads/sites/47/2021/08/revista-arca-15-2011-1629935562.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A Experiência Vivida.** 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Fatos e Mitos.** 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CALIÓ, Sonia Alves. **Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano.** In: Encuentro De Geografos De America Latina, 6., 1997. Resúmenes. Observatorio Geográfico, 1997.

CAVALCANTI, Izabela. **Campo Grande tem 36,3 mil mulheres a mais que homens.** Campo Grande News, 27 outubro, 2023. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/campo-grande-tem-36-3-mil-mulheres-a-mais-que-homens. Acesso em: 21 set 2024.

DETOMI, Isis. **CIDADE: SUBSTANTIVO FEMININO.** In: Anais do 5º Fórum HABITAR 2019: Habitação e Desenvolvimento Sustentável. Belo Horizonte (MG) UFMG, 2019. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/forumhabitar2019/192220-CIDADE--SUBSTANTIVO-FEMININO. Acesso em: 18 abr. 2024.

ENCISO, Oliva. **[Correspondência].** Destinatário: Hércules Maymone. Campo Grande, 25 abr. 1984.1 carta.

FARIAS, Angela Simões de. SILVA, Maria Beatriz Marques da. BEZERRA, Marina de Medeiros. **Caça às bruxas: a importância das mulheres queimadas na inquisição para o movimento feminista.** Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, v. 1, p. 200-221, 2022. Disponível em: https://es.mpsp.mp.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/508. Acesso em: 14 maio 2024.

FEDERICI, Silva. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, João Santana. **Campo Grande 120 anos: "frágeis" mulheres na história de MS.** O Estado Online, 2019. Disponível em: https://oestadoonline.com.br/arte-e-lazer/cg-120-anos-frageis-mulheres-na-historia-de-ms/. Acesso em: 28 jun 2024.

FERREIRA, Karen. Urbanismo Feminista. In: Pereira, Gislene. Wutrich, Fabiana. **Sete princípios para um próximo urbanismo.** Curitiba: Setor de Tecnologia da UFPR, 2018. p. 89-106. Disponível em: https://tecnologia.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/06/FINAL-PARA-PUBLICA%C3%87%C3%83O-7-principios-para-um-proximo-urbanismo-v27-01-18.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. **A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental.** Revista fato & versões, n. 2, p. 3-16, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/3784126/A_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO. Acesso em: 13 maio 2024.

referências bibliográficas

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

GOMES, Isabela Rodrigues. **Territórios Generificados: uma proposta para a ressignificação espacial feminina.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6272. Acesso em: 16 abr. 2024.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero.** 2004. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-26082022-150751/pt-br.php. Acesso em: 16 abr. 2024.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero.** São Paulo: Annablume, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados.** Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2023. Disponível em:https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/campo-grande.html. Acesso em: 27 jun 2024.

INDOVINA, Francesco. **O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança.** Revista Cidades, Comunidades e Territórios, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n. 5, p. 119-123, 2002.

INOMATA, Gabriela Gonçalves. **Do ser mulher, do ser cidade.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019. Disponível em: https://issuu.com/gabrielainomata/docs/dosermulherdosercidade. Acesso em: 2 maio 2024.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Percepções e experiências das mulheres quando se deslocam pelas cidades.** 2023. Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/institucional/pesquisas/3-em-cada-4-mulheres-ja-sofreram-violencia-no-deslocamento/?doing_wp_cron=1702324438.0351269245147705078125. Acesso em: 21 jun. 2024.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Percepções sobre a violência e o assédio contra mulheres no trabalho.** 2020. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/percepcoes-sobre-a-violencia-e-o-assedio-contra-mulheres-no-trabalho-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2020/. Acesso em: 21 jun. 2024.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Violência doméstica contra a mulher na pandemia.** 2020. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-domestica-contra-a-mulher-na-pandemia-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2020/. Acesso em: 21 jun. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MANNARA, Barbara. **Ponto de ônibus que 'fala' com pessoas chegará a São Paulo e Rio de Janeiro.** Tilt UOL, 17 julho, 2023. Disponível em: https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2023/07/17/ponto-de-onibus-que-fala-com-pessoas-chegara-a-sao-paulo-e-rio-de-janeiro.htm. Acesso em: 13 set 2024.

MONNET, Nadja. **Flanâncias Femininas e Etnografia.** Revista Redobra, Salvador: 4, n. 11, p.218-234, 2013. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_23.pdf. Acesso em: 5 maio 2024

MONTANER, Josep Maria; DIAS, Marina Simone. **O direito ao espaço público. Princípios e exemplos.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 203.02, Vitruvius, abr. 2017. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.203/6517>. Acesso em: maio 2024.

referências bibliográficas

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitectura y política: Ensayos para mundos alternativos.** Barcelona: Gustavo Gili, 2011.

MORAES, Maria Lygia Quartim De. **Usos e limites da categoria gênero.** Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 11, p. 99–105, 2013. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/863446. Acesso em: 24 abr. 2024.

MUXÍ, Zaida. CASANOVAS, Roser. CIOCOLETTO, Adriana. FONSECA, Marta. VALDIVIA, Blanca **¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?.** Feminismo/s, n. 17, p. 105–129, 2011. Disponível em: https://feminismos.ua.es/article/view/2011-n17-que-aporta-la-perspectiva-de-genero-al-urbanismo. Acesso em: 18 abr. 2024

MUXÍ, Zaida. **Mujeres, casas y ciudades: Más allá del umbral.** Barcelona: dpr-barcelona, 2018.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. **Espaço público: acção politica e práticas de apropriação. Conceito e procedências.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, ano 9, n. 2, p. 265-291, 2009. Disponível em: http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a02.pdf. Acesso em: 6 maio 2024.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero.** Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 09-41, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917. Acesso em: 22 abr. 2024.

OLIVEIRA, Lina Yule Queiroz de. **A dimensão humana no espaço urbano: a área central de Campo Grande, MS.** 2018. 370 p. Dissertação (Mestrado), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

OLIVEIRA, Márcia Regina Cassanho de. **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em seus alicerces: acontecimentos, institucionalidades e discursos (1962-1979).** 2016. 185 p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

PECCINI, Isabela Rapizo. **Cidade: substantivo feminino; As desigualdades de gênero e o espaço público (não) vivenciado pela mulher.** 2016. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://issuu.com/isabelapeccini/docs/tfg_isabela_rapizo_peccini_issuu. Acesso em: 6 maio 2024.

PERROT, Michelle. **História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PHADKE, Shilpa; KHAN, Sameera, RANADE, Shilpa. **Why Loiter?: Women and Risk on Mumbai Streets.** India: Penguin Books, 2011.

PINTO, Gelson de Almeida. BUFFA, Ester. **Arquitetura e educação: campus universitários brasileiros.** São Carlos: Edufscar. 2009.

PREFEITURA DE CAMPO GRANDE - MS. **Lei complementar nº 341 de 04 de dezembro de 2018.** Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande.

Requalificação Urbana da Lagoa do Tabapuá / CERTARE Engenharia e Consultoria. **ArchDaily Brasil.** Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/955351/requalificacao-urbana-da-lagoa-do-tabapua-certare-engenharia-e-consultoria. Acesso em: 31 out 2024.

ROSA, João Pereira da. **As duas histórias da Universidade: 1966-1978.** Campo Grande: Núcleo de Imprensa Universitária, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1993.

referências bibliográficas

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott.** Educação & Realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257862/000037108.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 abr 2024.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In*: BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-74.

SILVA, Bruna da Silva e. **A interseccionalidade e a discriminação de raça e gênero no ensino superior: o caso da PUC-Rio.** Departamento de História, 2016. Disponível em: http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/sites/default/files/documentos/producao-nucleo/pibic/interseccionalidade-discriminacao-raca-genero-ensino/resumo-interseccionalidade-discriminacao-raca-genero-ensino.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica.** Revista de História Regional, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2007. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167. Acesso em: 23 abr. 2024.

TAVARES, Rossana Brandão. **INDIFERENÇA À DIFERENÇA: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero.** 2015. 230f. Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://observasp.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/04/tavares_tese.pdf. Acesso em: 6 maio 2024.

TAVARES, Rossana Brandão. **Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades.** Anais do XVII ENANPUR, São Paulo. Sessão Temática, v. 17, n. 1, 2017. Disponível em: https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2273. Acesso em: 11 jun 2024.

TEDX TALKS. R**aízes da Violência Urbana e Direito à Cidade: Um Problema de Formação.** Joice Berth, TEDxBlumenau. YouTube, 14 de outubro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ijwlcnfAnO0. Acesso em: 29 maio 2024.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. JUNIOR, Carlos Martins. **O progresso chega ao sertão: transformações urbanas em Campo Grande no início do século XX.** Revista de História Regional, v.13, n. 2, p. 246-262, 2008.

UEMT - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO. **Plano Integrado de Desenvolvimento.** Arquivo Central UFMS, Campo Grande, 1974.

VALENTIM, Anna Candida. **Cidade Delas: espaços urbanos mais seguros para meninas e mulheres.** ArchDaily Brasil, 25 Out 2022. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/991134/cidade-delas-espacos-urbanos-mais-seguros-para-meninas-e-mulheres. Acesso em: 16 abr. 2024.

VELÁZQUEZ, Isabel. **El tiempo de las cerezas. Reflexiones sobre la ciudad desde el feminismo.** Cuadernos de Investigación Urbanística, n. 42, p. 67-73, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279423756_El_tiempo_de_las_cerezas_Reflexiones_sobre_la_ciudad_desde_el_feminismo. Acesso em: 17 abr. 2024.

VIANNA, Fabíola Lessa. **Mulheres na Cidade: a invisibilidade e a exploração da condição da mulher no espaço urbano.** 2014. 59 f. TCC (Graduação), Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/295241230_Mulheres_na_cidade_a_invisibilidade_e_exploracao_da_condicao_da_mulher_no_espaco_urbano. Acesso em: 20 jun. 2024.

VIEIRA, Claudia Andrade. **Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade de Salvador, Bahia.** 2013. 282 p. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, Bahia, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23891. Acesso em: 17 abr. 2024.

WEINGARTNER, Gutemberg. **A construção de um sistema: os espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande, MS.** 2008. 196 p. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

UFMS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

2024